



Anais da Assembléia

Nº 88

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 30 DE JUNHO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL Deputado DUÍLIO GENARI
PDT Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado CARLOS XAVIER SIMÕES
PP Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 09:** José Colombino Grassano - Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 01:** Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania.
(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 64.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 1993
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Nilton Barbosa e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elío Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a
S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob os n.ºs DTL/SAT/115, 116, 117, 118 e 119/93, do Senhor Governador do Estado em exercício, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs:

197/93: Do Poder Executivo que, aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 40.000.000.000,00 (quarenta bilhões de cruzeiros), conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.335. **Anote-se - Arquite-se.**

198/93: Do Poder Executivo que, abre

crédito suplementar no valor de Cr\$ 19.350.000.000,00 (dezenove bilhões, trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros), conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.336. **Anote-se - Arquite-se.**

199/93: Do Poder Executivo que, aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 63.720.000.000,00 (sessenta e três bilhões, setecentos e vinte milhões de cruzeiros), conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.337. **Anote-se - Arquite-se.**

200/93: Do Poder Executivo que, abre crédito suplementar no valor de Cr\$ 13.621.187.000,00 (treze bilhões, seiscentos e vinte e um milhão, cento e oitenta e sete mil cruzeiros), conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.338. **Anote-se - Arquite-se.**

134/93: Do Poder Executivo que, aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de cruzeiros) conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.339. **Anote-se - Arquite-se.**

Sob o n.º ATCC 4121/93, do Senhor Mauro Rocha, Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações, solicitado pelos Deputados Emilia Belinati e Paulo Maia, ao Secretário de Estado do Meio Ambiente, sobre "Esclarecimento da Transferência da Sede do Instituto Ambiental do Paraná para o Município de Piraquara". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

OFÍCIO

Senhor Presidente.

Venho, através do presente, comunicar a Vossa Excelência, que durante o recesso parlamentar, estarei afastado do País, para viagem particular aos Estados Unidos da América, pelo período de 10 (dez) dias.

Sendo o que se apresenta, reitero a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) JOSÉ ARTHUR RITTI

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, indica para participar da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a situação dos menores bóias-frias no Paraná, representando a Bancada B.P.I. nesta Assembleia, o Senhor Deputado Waldir Rossoni e para atuar como suplente o Senhor Deputado Nelson Justus.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Líder do B.P.I.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER retificação de indicação anterior designando os Senhores Deputados Luiz Henrique Bona Turra e Domingos Carvalho para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a situação dos memores bóias-frias do Paraná e os Senhores Deputados Nereu Moura e Severino Félix para participarem da Comissão acima nominada, na qualidade de suplentes.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) RENATO ADUR

Líder do PMDB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, indica, o Deputado do PTB, Mário Bezerra, para compor a Comissão Especial que investigará a problemática de assoreamento e calado do Porto de Paranaguá e como suplente o Deputado Lourenço Fregonese.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Líder do PTB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, indica o Deputado do PDT, Algaci Túlio, para compor a Comissão Especial que investigará a problemática de assoreamento e calado do Porto de Paranaguá, e como suplente o Deputado Luiz Carlos Zuk.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) PAULO MAIA

Líder do PDT

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

A Liderança do Partido dos Trabalhadores indica o Deputado Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) para fazer parte da Comissão Especial de Investigação do assoreamento e calado do Porto de Paranaguá, a ser instalada nesta Casa, designando ainda como suplente o Deputado Ernani Pudell.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

Vice-Líder da Bancada do PT

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, indica, o Deputado do BPI, Nelson Justus, para compor a Comissão Especial que investigará a problemática de assoreamento e calado do Porto de Paranaguá e como su-

plente o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Líder do BPI

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2402

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 2413

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição de Comissão Parlamentar Especial, encarregada de estudar as causas, vertentes e implicações do uso pela Polícia Civil do Estado do Paraná de métodos violentos de investigação, em especial o recorrente cometimento do crime de tortura contra indiciados e presos nas Delegacias, integrada por 3 (três) titulares e 3 (três) suplentes, com prazo de 120 (cento e vinte) dias para a conclusão dos trabalhos.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

JUSTIFICATIVA:

O cometimento de crime de tortura contra indiciados e presos nas Delegacias parece estar incorporado à rotina das investigações policiais, sendo suficiente para evidenciá-lo a recorrência no espaço e no tempo das denúncias das vítimas.

A violência do Estado contra o cidadão tem tipificação qualificada na própria Constituição Federal, pois detendo o Estado o monopólio institucional da violência não poderia em nenhuma hipótese exercê-lo contra a cidadania que lhe confere legitimidade.

É justamente neste tipo de violência que reside o objeto dos trabalhos da Comissão Especial ora proposta, cuja tarefa estará em romper o manto de silêncio que encobre a delinquência oficial e estudar mais amplamente suas causas, vertentes e implicações.

REQUERIMENTO N° 2367

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente Sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Fábio Pinheiro, ocorrido no último dia 26 de junho do corrente, nesta Capital.

Da decisão desta Casa, pede que seja dada ciência à família enlutada, na pessoa de seu irmão Décio Pinheiro, no Gabinete da 2.^a Secretaria, desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) ALCEU SWAROWSKI

JUSTIFICATIVA:

Fábio Pinheiro, após longa enfermidade, deixa o convívio de seus familiares e amigos. Membro de tradicional família paranaense, exerceu com integridade e competência, durante muitos anos o cargo de Juiz Auditor do egrégio Tribunal de Contas do Estado, destacando-se como brilhante orador, deixando uma lacuna difícil de ser preenchida em nosso meio. Seu falecimento tomou a todos de surpresa, não podendo seus amigos prestar-lhe a última homenagem, por ter sido seu corpo trasladado para o Município de Cornélio Procopio, onde foi sepultado.

REQUERIMENTO N° 2368

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar, pelo falecimento do Pastor Roberto do Carmo, ocorrido no último dia 26 de junho, no Município de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

"A EXCELENCIA DA LEI DO SENHOR É A FELICIDADE DAQUELE QUE A OBSERVA" Salmo 119, da Bíblia Sagrada.

O mundo oferece episódio que somente com a leitura da Bíblia Sagrada é possível ter os entendimentos pela vida. Nesse contexto, a fatalidade é uma essência circunstancial, onde o chamado retorno traz conseqüências amargas aos seres humanos por experiências drásticas.

O Movimento Evangélico de Paranaguá está profundamente sentido com o falecimento de um de seus líderes o Pastor (para outros Presbítero) Roberto do Carmo, ocorrido tragicamente no último dia 26, quando ia levar a palavra de Deus aos irmãos evangélicos da Praia de Leste.

Diante dessa tristeza, solicitamos que seja enviado a Senhora Aguida do Carmo e Família, à Rua Tabajara n° 96 - Vila Padre Jackson - CEP: 83221-220 - Paranaguá, o nosso voto de pesar, pelo falecimento de Roberto do Carmo, no dia 26 de junho, e que no documento seja citado um dos PROVERBOS 17, 18 e 19 onde diz. "A morte e a

Curitiba, quarta, em 30.06.93

vida estão no poder da língua; e aquele que a ama comerá do seu fruto.", e requeira ainda que, cópia desse requerimento seja enviado para:

1 - Pastor José Alves da Silva, Igreja Assembléia de Deus, na Rua Cons. Correia, 3.171 - CEP: 83206-330 - Paranaguá-Pr.

REQUERIMENTO N° 2371

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar, pelo falecimento do Senhor Álvaro Barros, ocorrido no último dia 29 de junho, no Município de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A Cidade de Paranaguá, em certa época de sua histórica trajetória teve também o círculo cafeeiro, onde o comércio, indústria, navegação, sindicatos, e o próprio Porto viviam Café às 24 horas do dia. Um período que, inúmeros parnanguaras não esquecem, diante da importância que isso representou no contexto econômico daquela terra, e cujos reflexos positivos foram sentidos na própria economia do Estado.

Dentro desse ambiente de intensa movimentação, a cidade através de suas atividades começou a ter profundo respeito e admiração por Álvaro Barros, e suas posições no sistema, sua participação ativa como integrante desse processo social e econômico, onde conseguiu ganhar uma legião de admiradores pela sua franqueza e profunda honestidade, princípio trazido de berço. Álvaro Barros, homem simples, chefe de família exemplar, gostava do convívio social como força de atração para novas amizades, e isso o levou à Presidência do Clube Olímpico, antes também passou pela experiência clubística como Diretor e Presidente do Clube Atlético Seletto, e ainda foi também Diretor do Centro do Comércio de Café, por longos anos.

Para falar, ou comentar, a respeito da participação de Álvaro Barros, na vida de Paranaguá teríamos condições permanentes e espaços ilimitados, porém agora só ficam as saudades.

O exemplo de vida dele, foi condição essencial para que seus filhos Roberto Barros, Adélia Barros, Iriana Barros, Álvaro Barros Júnior e Celso Barros, aliado a esposa Estela Barros, que é artista plástica, servissem nesses anos todos à comunidade parnanguara de formas diferentes, e por isso seu falecimento ocorrido no último dia 29 de junho, nos enche de tristeza, pelo respeito que tínhamos a Álvaro Barros. Assim solicitamos que seja enviado o nosso voto de pesar, à Senhora Estela Barros, e aos filhos na Rua Profes-

sor Cleto Viana, 1.143 - CEP: 83203-240 - Paranaguá, manifestando os nossos sentimentos profundos e lamentando o acontecimento.

REQUERIMENTO N° 2401

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente contendo votos de pesar, pelo passamento do Senhor João São João, ocorrido no último dia 20 do corrente mês e ano, na Cidade de Nova Londrina.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

Nascido aos 12 de maio de 1905, faleceu aos 88 anos de idade na Cidade de Nova Londrina, o Senhor João São João, deixando viúva a Senhora Ernesta Zequini, e os filhos Jair, Valentim Amorilo, Antonio Saggione e as filhas Ernesta Zequini, Zulmira S. J. Minardi, Maria S.J. Adão, Anadir S.J. Pereira, Odete S. J. Meyer, genros, 18 netos e 17 bisnetos. Pioneiro da cidade de Nova Londrina, mudou-se para aquela região em 1951, quando ainda era praticamente mata virgem, tendo concentrado suas atividades na lavoura, principalmente na cafeicultura, e mais tarde desenvolveu atividades também no comércio. O Senhor João São João pelo seu trabalho no desenvolvimento e progresso da Região Noroeste merece não apenas as nossas homenagens, mas acima de tudo o nosso respeito, pois dedicou toda uma vida não apenas para o bem de seus filhos e de sua família, mas de toda uma comunidade.

REQUERIMENTO N° 2414

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Dionísio Paese, bem como envio de expediente para a família enlutada.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Dionísio Paese era nosso amigo há muitos anos. Foi um dos pioneiros do Município de Francisco Beltrão/Pr, terra que adotou como sua, contribuindo decisivamente para o seu desenvolvimento. Era um dos mais queridos membros da comunidade, com destaque para a sua ativa participação na busca de soluções para os problemas da comunidade Vila Nova, a qual ajudou a construir.

Seja na qualidade de nosso amigo, ou como homem religioso, ou ainda como um incansável trabalhador da comunidade beltro-

nense, o Senhor Dionísio Paese será motivo de saudades e boas lembranças para todos nós.

REQUERIMENTO N° 2435

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a inserção em ata de voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor João Pessa, empresário e pioneiro da região de Campo Mourão, ocorrido em lamentável acidente, no último dia 22 do corrente.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Lamentavelmente no passado dia 22 do corrente, Campo Mourão e região perdeu em trágico acidente uma de suas figuras mais representativas.

O empresário e pioneiro daquela cidade João Pessa, foi vítima de lamentável acidente, vindo a falecer.

Pessoa querida e respeitada, atuava no ramo de comercialização e distribuição de bebidas e, também, no ramo de transportes.

Chegando em Campo Mourão nos idos de 1.947, contribuiu de forma decisiva no processo de emancipação.

REQUERIMENTO N° 2436

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Alice Cilião de Araújo, esposa do ex-vereador da Cidade de Campo Mourão, Senhor Jeremias Cilião de Araújo, ocorrido no último dia 16 de junho.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, se dê ciência à família enlutada na pessoa de seu esposo.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 2356

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de congratulação, aos bombeiros, pelo seu dia, a ser comemorado dia 02 próximo vindouro.

Os bombeiros, homens que se dedicam ao trabalho visando a bem-estar do próximo, correndo risco de vida, não se importando com o perigo, muitas vezes ultrapassando obstáculos quase que intranponíveis, visando somente salvar vidas e o patrimônio do próximo.

Ser bombeiro para estes homens, é mui-

to mais que um sonho, é o ideal destes seres, que não brincam em serviço.

Requer ainda, que a decisão deste seja dada ciência, ao Comandante do Corpo de Bombeiros do Paraná, bem como às demais subunidades subordinadas a este comando.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2427

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a inserção em ata de voto de congratulações pela recente posse dos novos Diretores da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão/FECILCAM.

Requer outrossim, que da decisão da Casa se dê ciência àquela direção, na pessoa dos Senhores Marcos Erhardt e Sinclair Pozza Casemiro, empossados nos cargos de diretor e vice-diretor, respectivamente.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 2428

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a consignação em Ata, de votos de congratulações pela passagem, no último dia 23 do corrente, do "Dia de São João, Padroeiro da Maçonaria Brasileira.

Requer outrossim, que da decisão da Casa se dê ciência às Lojas Maçônicas "Luz do Oriente" e "Oliveira Janini", na pessoa dos veneráveis mestres senhores JAIME NARCISO SALVADORI e CLEBER VALÉRIO DE BARROS, respectivamente.

Sala das Sessões, em 30.06.93

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 2429

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a inserção em Ata, de votos de congratulações dirigidos à senhora ERENICE NASCIMENTO SIQUEIRA, por sua posse na Presidência da Associação de Assistência ao Educando - ASSECAM, da cidade de Campo Mourão.

Requer outrossim, que da decisão da Casa se dê ciência à homenageada.

Sala das Sessões, em 30.06.93

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 2430

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente

Curitiba, quarta, em 30.06.93

REQUER a inserção em Ata, de votos de congratulações dirigidos à nova Diretoria do Rotary Club de Campo Mourão, recém-eleita e empossada.

Requer outrossim, que da decisão da Casa se dê ciência àquela entidade, na pessoa do seu ilustre Presidente Senhor BERNARDINO LUIZ VIAN.

Sala das Sessões, em 30.06.93

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 2431

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a inserção em Ata, de votos de congratulações, pelo transcurso no dia 17 de junho corrente, do 71° aniversário da Rádio no Brasil.

Requer outrossim, que da decisão da Casa se dê ciência às emissoras de rádio abaixo relacionadas:

Rádio Cidade Jandaia

Rua. Mal. Deodoro, 510

CEP 86.960-000 - BARBOSA FERRAZ - PR

Rádio Difusora Colméia

Av. Capitão Índio Bandeira, 1.115

CEP 87.300-000 - CAMPO MOURÃO

Sala das Sessões, em 30.06.93

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 2432

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação em Ata de votos de congratulações e regozijo pela passagem de mais um aniversário de criação do Município de BARBOSA FERRAZ, a ocorrer no dia 25 de julho próximo.

Outrossim, requer que, da decisão da Casa, se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito daquele Município, Roosevelt Gonçalves Virgínio, bem como a Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal, Vereadora Elza Marques Gonçalves.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 2433

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação em Ata de votos de congratulações e regozijo pela passagem de mais um aniversário de criação do Município de IRETAMA, a ocorrer no dia 25 de julho próximo.

Outrossim, requer que, da decisão da Casa, se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito daquele Município Veriano

José Nery.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 2434

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consagração em Ata de votos de congratulações e regozijo pela passagem de mais um aniversário de criação do Município de FÊNIX, a ocorrer no dia 25 de julho próximo.

Outrossim, requer que, da decisão da Casa, se dê ciência a Excelentíssima Senhora Prefeita daquele Município Lourdes Araújo Feitosa.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 2455

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações aos novos diretores do Lions Clube de Curitiba - Centro Politécnico e do Leo Clube de Curitiba - Centro Politécnico, gestão 1993/1994.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Clubes de serviço reconhecidos pelo desenvolvimento de campanhas da maior importância para a nossa sociedade, o Lions Clube de Curitiba, e o Leo Clube de Curitiba escolheram, recentemente, os novos dirigentes da entidade.

São os seguintes os eleitos para a diretoria do Lions:

Presidente:	CL OSCAR NADER NETO
1° vice :	CL WILSON CHEDID FILHO
2° vice :	CL ANTONIO DAMASO WOLFF
3° vice :	CL ORUAL STELFELD
Secretário:	CL JORGE BALKE
2° Secretário:	CL EDIVALDO ANIBAL
Tesoureiro:	CL PAULINA O. SANTOS
	- SILVA
2° Tesoureiro:	CL NILTON PACHECO DOS SANTOS
Diretor Social :	CL ENÉAS L. DA SILVA
2° Diretor Social:	CL JOÃO ELVIR JUSTUS
Diretor Animador:	CL ANGELO BATISTA
2° Dir. Animador:	CL JAIR LEITE
Voqais :	CL JAIR LEITE, CL WILSON CHEDID FILHO, CL MARILU DIAS FERREIRA, e CL MARIA ALICE S. P. DOS SANTOS.

Já o LEO Clube de Curitiba - Centro Politécnico, passa a ser dirigido por:

Presidente: FRANCISCO W. NETO

Secretária: ALESSANDRA C. DE OLIVEIRA

Tesoureiro: MARCOS A. C. FREITAS

Diretora Social: JOSSEMARA R. COSTA

Pela seriedade dos nomes escolhidos, temos certeza que está assegurada mais uma gestão de muito trabalho e realizações, tanto no Lions Clube, como no Leo Clube do Centro Politécnico desta Capital.

Que esta manifestação enseje os cumprimentos do Poder Legislativo aos novos dirigentes e os votos sinceros de uma gestão profícua e empreendedora.

REQUERIMENTO N° 2456

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, votos de congratulações ao jornal "O Naturista", desta Capital.

Que do teor do presente dê-se ciência aos diretores do referido veículo.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Parece muito oportuna, a este Parlamentar, a iniciativa dos idealizadores do jornal "O Naturista", veículo de informações pertinentes à medicina e alimentação natural. "O Naturista" é dirigido por Everson Lobo Franco, Edson Henrique Sinnecher e pelo Professor Lelington Lobo Franco e está embasado em artigos e matérias redigidas por diversas autoridades no assunto em todo o País.

O jornal em questão, presta, na verdade, um serviço à saúde pública, porque com reportagens e novidades sobre produtos, técnicas, tratamentos e outras alternativas, educa a população para uma melhor alimentação e preservação da saúde.

Por esta razão, por ser um empreendimento sério, requeremos à manifestação do Poder Legislativo Estadual em congratulações ao jornal "O Naturista".

REQUERIMENTO N° 2358

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor Roberto Requião, Digníssimo Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Deputado José Tavares, Digníssimo Secretário de Estado da Justiça e Cidadania, solicitando a celebração de convênio com a Prefeitura Municipal de Palmeira, objetivando a instalação de Defensoria Pública nesse município e no Distrito Judiciário do Município de Porto Amazonas.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A Constituição da República Federativa do Brasil, ao tratar dos Direitos e Garantias Fundamentais, no capítulo dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, garantiu a todos os brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a igualdade perante a lei, o acesso à justiça, ao contraditório e a ampla defesa e, a assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados, determinando no artigo 5º e seus incisos XXXV, LV e LXXIV que:

"Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

(...)

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

(...)

LXXIV - O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos".

E, no artigo 134, a Constituição Federal, ao criar a Defensoria Pública - como instituição essencial à função jurisdicional do Estado - operacionou o cumprimento do seu artigo 5º e incisos descritos às pessoas carentes.

O Estado do Paraná, cômescio do direito dos seus cidadãos ao acesso e à proteção da justiça; porém, conhecedor da realidade causada pelo valor, excessivamente alto das custas judiciais que dificultam - quando não inviabilizam totalmente - aos mais carentes e necessitados, poder usufruir dessas garantias constitucionais, determinou no artigo 127 da Constituição Estadual, a existência da Defensoria Pública como instituição essencial à função jurisdicional do Estado, a quem incumbe a orientação jurídica integral e gratuita, a postulação e a defesa, em todas as instâncias, judicial e extrajudicial, dos direitos e dos interesses individuais e coletivos dos necessitados, na forma da lei.

Assim, a celebração de um convênio entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, e a Prefeitura Municipal de Palmeira, visando a instalação da Defensoria Pública na referida Comarca virá de encontro aos preceitos constitucionais acima enunciados e garantirá o acesso e a proteção da jus-

Curitiba, quarta, em 30.06.93

tiça a um grande número de pessoas carentes, uma vez que a Comarca de Palmeira, compõe a 37.^a Seção Judiciária do Estado, é de entrância inicial e abrange além da sede do Município de Palmeira o distrito judiciário de Papagaios Novos (beneficiando uma população superior a 40.000 habitantes) e a sede do Município de Porto Amazonas (beneficiado uma população superior a 3.000 habitantes).

REQUERIMENTO Nº 2360

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor Roberto Requião, Digníssimo Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Deputado José Tavares, Digníssimo Secretário de Estado da Justiça e Cidadania, solicitando a celebração de convênio com a Prefeitura Municipal de Imbituva, objetivando a instalação de Defensoria Pública nesse município e no Distrito Judiciário do Município de Ivaí.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A Constituição da República Federativa do Brasil, ao tratar dos Direitos e Garantias Fundamentais, no capítulo dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, garantiu a todos os brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a igualdade perante a lei, o acesso à justiça, ao contraditório e a ampla defesa e, a assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados, determinando no artigo 5º e seus incisos XXXV, LV e LXXIV que:

"Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

(...)

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

(...)

LXXIV - O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos".

E, no artigo 134, a Constituição Federal, ao criar a Defensoria Pública - como instituição essencial à função jurisdicional do Estado - operacionou o cumprimento

do seu artigo 5º e incisos descritos às pessoas carentes.

O Estado do Paraná, cõnscio do direito dos seus cidadãos ao acesso e à proteção da justiça; porém, conhecedor da realidade causada pelo valor, excessivamente alto das custas judiciais que dificultam - quando não inviabilizam totalmente - aos mais carentes e necessitados, poder usufruir dessas garantias constitucionais, determinou no artigo 127 da Constituição Estadual, a existência da Defensoria Pública como instituição essencial à função jurisdicional do Estado, a quem incumbe a orientação jurídica integral e gratuita, a postulação e a defesa, em todas as instâncias, judicial e extrajudicial, dos direitos e dos interesses individuais e coletivos dos necessitados, na forma da lei.

Assim, a celebração de um convênio entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, e a Prefeitura Municipal de Imbituva, visando a instalação da Defensoria Pública na referida Comarca virá de encontro aos preceitos constitucionais acima enunciados e garantirá o acesso e a proteção da justiça a um grande número de pessoas carentes, uma vez que a Comarca de Imbituva, compõe a 53ª Seção Judiciária do Estado, é de entrância inicial e abrange além da sede do Município de Imbituva, os distritos judiciários de Guaramiranga e Apiabá (beneficiando uma população superior a 22.000 habitantes) e a sede do Município de Ivaí, além dos distritos de Bom Jardim do Sul (beneficiando uma população superior a 10.000 habitantes).

REQUERIMENTO N° 2361

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor Roberto Requião, Digníssimo Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Deputado José Tavares, Digníssimo Secretário de Estado da Justiça e Cidadania, solicitando a celebração de convênio com a Prefeitura Municipal de Tibagi, objetivando a instalação de Defensoria Pública nesse município e no Distrito Judiciário do Município de Ventania.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A Constituição da República Federativa do Brasil, ao tratar dos Direitos e Garantias Fundamentais, no capítulo dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, garantiu a todos os brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a igualdade perante a lei, o acesso à justiça, ao con-

traditório e a ampla defesa e, a assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados, determinando no artigo 5º e seus incisos XXXV, LV e LXXIV que:

"Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

(...)

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

(...)

LXXIV - O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos".

E, no artigo 134, a Constituição Federal, ao criar a Defensoria Pública - como instituição essencial à função jurisdicional do Estado - operacionou o cumprimento do seu artigo 5º e incisos descritos às pessoas carentes.

O Estado do Paraná, cõnscio do direito dos seus cidadãos ao acesso e à proteção da justiça; porém, conhecedor da realidade causada pelo valor, excessivamente alto das custas judiciais que dificultam - quando não inviabilizam totalmente - aos mais carentes e necessitados, poder usufruir dessas garantias constitucionais, determinou no artigo 127 da Constituição Estadual, a existência da Defensoria Pública como instituição essencial à função jurisdicional do Estado, a quem incumbe a orientação jurídica integral e gratuita, a postulação e a defesa, em todas as instâncias, judicial e extrajudicial, dos direitos e dos interesses individuais e coletivos dos necessitados, na forma da lei.

Assim, a celebração de um convênio entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, e a Prefeitura Municipal de Tibagi, visando a instalação da Defensoria Pública na referida Comarca virá de encontro aos preceitos constitucionais acima enunciados e garantirá o acesso e a proteção da justiça a um grande número de pessoas carentes, uma vez que a Comarca de Tibagi compõe a 59ª Seção Judiciária do Estado, é de entrância inicial e abrange além da sede do Município de Tibagi o distrito judiciário de Alto Amparo (beneficiando uma população superior a 23.000 habitantes) e a sede do Município de Ventania (benefi-

ciado uma população superior a 6.322 habitantes).

REQUERIMENTO N° 2362

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor Roberto Requião, Digníssimo Governador do Estado, solicitando a liberação de recursos da ordem de Cr\$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de cruzeiros), com a finalidade de suportar parte do valor das obras de construção da ampliação do Quartel Central do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná, sediado em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

A Lei Municipal n° 2.610, de 19.11.1973, criou o Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná - FUNREBOM, sediado em Ponta Grossa.

A criação teve por finalidade prover recursos para reequipamento, material permanente, estudos e projetos técnicos de prevenção e combate a incêndios, aquisição de imóveis, construção e ampliação de instalações e despesas de administração e manutenção.

Nos quase vinte anos de existência do FUNREBOM foram inúmeros os benefícios conseguidos, através de recursos oriundos do Fundo, tais como: a renovação da frota de veículos da Corporação, a construção de mais três postos descentralizados do Corpo de Bombeiros, localizados nos bairros de Oficinas, Nova Rússia e Uvaranas, equipamentos para combate a incêndios mais modernos e eficientes, bem como mantém as despesas de energia elétrica, água, telefone e combustíveis da Corporação, sempre procurando dar melhores condições de trabalho aos valentes e corajosos "Soldados do Fogo".

Atendendo a pedido da municipalidade de Ponta Grossa, este parlamentar vem reivindicar junto ao Governo do Estado do Paraná, a liberação de recursos de Cr\$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de cruzeiros) por saber da extrema necessidade dos mesmos, para a continuidade dessa obra de grande importância para o município, iniciada com recursos da FUNREBOM, que beneficiará toda comunidade pontagrossense, proporcionando um atendimento melhor e mais eficiente por parte dessa valorosa Corporação.

REQUERIMENTO N° 2359

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

Curitiba, quarta, em 30.06.93

no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor Roberto Requião, Digníssimo Governador do Estado, solicitando suas necessárias e indispensáveis gestões objetivando viabilizar a construção de uma trincheira de passagem sob BR-376, ligação do Parque D. Pedro II com Vila São Miguel e Vila Madalena, através da Rua José Lins do Rego, no Município de Ponta Grossa.

O tráfego de veículos tanto de passeio como o de carga nessa rodovia é intenso e perigoso, acarretando inúmeros acidentes, inclusive com mortes.

A trincheira de passagem sob a BR-376, através da Rua José Lins do Rego é necessária e vital para fazer ligação do Parque D. Pedro II, Núcleo Santa Paula I, II e III ao Centro da Cidade, beneficiando, sobremaneira, os moradores desses Núcleos, que arriscam suas vidas diariamente.

A pedido da Municipalidade e, por considerar uma obra importante e indispensável para a comunidade Ponta-grossense, este parlamentar vem reivindicar junto ao Governo do Estado do Paraná, gestões viabilizando a construção da trincheira que, com certeza, evitará a perda de inúmeras vidas humanas.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 2363

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Dr. Roberto Requião, Digníssimo Governador do Estado, ao Excelentíssimo Senhor Deputado José Afonso Junior, DD. Secretário Especial de Esporte e Turismo e ao Exmo. Sr. Dr. Homero Morinobu Oguido, DD. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a construção de um Ginásio de Esportes no Município de Ortigueira.

A construção de um Ginásio de Esportes no Município de Ortigueira é uma reivindicação antiga da população.

O município possui uma extensão territorial de 2.417 Km., com uma população de mais de 56.000 habitantes, sendo um dos promissores municípios paranaenses.

Apesar das dificuldades, é um dos lemas da Municipalidade de Ortigueira a máxima grega "Mente sã em Corpo São" e, por isso ela não mede esforços para propiciar à sua população a prática do esporte.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 2364

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Deputado José Afonso Junior, DD. Secretário Especial de Esporte e Turismo, solicitando a construção de quadras esportivas cobertas nas localidades de Tingüi, Lageado Bonito e Vista Alegre, em Ortigueira.

A prática de esporte é de grande importância no desenvolvimento físico e psicológico do cidadão, assim sendo a construção das quadras - objeto do presente - viria de encontro ao anseio de 3.000 moradores da localidade de Tingüi, 2.000 moradores de Lageado Bonito e 2.000 moradores de Vista Alegre, beneficiando sobremaneira, 7.000 pessoas que não possuem um local adequado para praticarem atividades esportivas.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 2365

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor MÁRIO PEREIRA, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando o deslocamento de uma PATRULHA RODOVIÁRIA ao Município de PINHÃO para, em conjunto com a Prefeitura, realizar uma operação concentrada visando a recuperação das estradas municipais.

Com as recentes chuvas que atingiram o Município de Pinhão, piorou consideravelmente as condições já precárias em que se encontravam as estradas municipais.

Essas estradas somam 6.500 km de extensão e, como a economia do Município é calcada basicamente na agricultura, o bom estado de conservação das mesmas é vital para o crescimento econômico e social da população pinhalense que depende dessas estradas para fazer o escoamento da produção agrícola.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 2369

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Doutor MÁRIO PEREIRA, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, visando a melhoria das condições de tráfego, pavimentação asfáltica, da estrada que serve de ligação entre os municípios de Mandaguari e Astorga, denominada Estrada Alegre.

A estrada que liga os dois municípios é, sem dúvida alguma, uma das mais impor-

tantes ligações existentes na região, tendo em vista que, através da mesma, é escoada grande parcela da produção proveniente das atividades agrícolas, que aliás, dão sustentação sócio-econômica.

No entanto, dado a sua situação, faz-se necessário, o mais breve possível, pavimentar aquela via, que apresenta um estado muito ruim, não permitindo o fluxo normal de veículos.

Espera-se, portanto, dessa Secretaria de Estado, a adoção de medidas que venham de encontro aos anseios daquelas comunidades.

Requer ainda, que da decisão do Plenário seja dada ciência ao Vereador NOEL PIRES VIANA - Câmara Municipal de Mandaguari - Praça dos Três Poderes, 500 - CEP: 86975-000.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) JOÃO PREIS

REQUERIMENTO N° 2423

Senhor Presidente.

O Deputado que firma o presente instrumento, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto plenário, seja oficiado à Associação Brasileira de Imprensa, à Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, à Presidência do Tribunal de Justiça do Paraná, à Procuradoria Geral da Justiça do Estado e a Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado, comunicando a profunda inquietação de toda a população de Marechal Cândido Rondon, sobre o clima de terror psicológico criado arbitrariamente pelo Promotor Público da Comarca, Valclir Natalino da Silva, que excedendo os limites da postura profissional, intimida a tudo e a todos que não comungam com seu interesse ideológico e político.

Sala das Sessões, em 30.06.93

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento fundamenta-se na correspondência por este Deputado recebida, entre outras, que comunica a intimação e ameaças de processo e prisão contra o profissional de imprensa Lincoln Leduc, o qual, arbitrariamente, está sendo impedido psicologicamente de exercer sua atividade profissional tal a pressão que está a sofrer por parte do Promotor nominado da comarca de Marechal Cândido Rondon, simplesmente por seu interesse ideológico e político.

REQUERIMENTO N° 2357

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente em anexo ao

Excelentíssimo Senhor Mário Pereira, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a construção em caráter emergencial do Trevo de Acesso a Sertaneja.

Do aprovado, requer ainda, seja comunicado ao Prefeito Municipal de Sertaneja.

Sala das Sessões, em 30.06.93

(a) SEVERINO FÉLIX.

REQUERIMENTO N° 2366

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mário Pereira, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a construção de três (03) pontes em rios de localidades do Município de Pinhão.

Em razão das fortes chuvas ocorridas no Município de Pinhão, no princípio deste ano, as pontes das localidades de Catira (Rio Iratizinho e Rio Pimpão) e Bahia (Rio Bragança) foram destruídas.

Diante desse fato é que reivindicamos a construção das pontes - objeto do presente - pois os moradores dessas localidades, que são compostas, basicamente, por agricultores e com baixa renda, têm sofrido com a dificuldade de locomoção e, principalmente, para transportar a produção agrícola.

Sala das Sessões, em 30.06.93

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR.

REQUERIMENTO N° 2372

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Doutor Eduardo Requião de Mello e Silva, Digníssimo Secretário de Meio Ambiente e Presidente do Instituto Ambientalista do Paraná-IAP, no sentido de estudar a doação de áreas de terras do Governo do Paraná, para que o município de Paranaguá possa participar no programa "Casa de Família" do Governo Estadual.

Sala das Sessões, em 30.06.93

(a) LOURENÇO FREGONESE.

JUSTIFICATIVA:

Um dos compromissos públicos firmados pelo Governador Roberto Requião, com o Prefeito de Paranaguá Carlos A. Tortato, foi o de levar Casas Populares às famílias de baixa renda daquela cidade. A Prefeitura Municipal, através de seu Departamento Imobiliário esbarra na falta de áreas com espaços adequados a tal empreendimento. Também, não existem condições financeiras do município iniciar o processo legal de desapropriação, e com isso o tempo vai passando e a cidade fica sem esse benefício do Governo Estadual, que é o Programa

Curitiba, quarta, em 30.06.93

Casa de Família. Diante das circunstâncias, restando portanto, ao próprio Governo que tem áreas ou em última instância recursos para a necessária desapropriação, e que solicitamos seja enviado um expediente ao Secretário de Meio Ambiente Eduardo Requião de Mello e Silva, Presidente do IAP, explicando a situação da Prefeitura e solicitando a doação de uma área de terra do Governo Estadual, com isso, cumprindo o item B, "Concepção do Programa Casa de Família" (em anexo), cuja responsabilidade da doação é do município. Pedimos ainda que cópias desse nosso requerimento sejam endereçadas para as seguintes autoridades de Paranaguá:

1 - Prefeitura Municipal de Paranaguá, ao Excelentíssimo Prefeito Carlos Antonio Tortato, Rua Júlia da Costa, 322 - Cep: 83203-060.

2 - Câmara Municipal de Paranaguá, ao Excelentíssimo Presidente Mário Manoel D. Roque, Rua Visconde de Nacar, 728 Cep: 83203-420.

3 - Cooperativa Habitacional de Paranaguá, Rua Faria Sobrinho, 274 Cep: 83203-000 - Presidente Dr. Luiz A. Ili-pronte.

4 - Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá, Rua Rodrigues Alves, 621 - Cep: 83203-420, ao Sr. Presidente José Luiz Boadaid.

5 - Associação Comunitária Integrada (ACIN), Presidente Antonio Simon Sobrinho, Br-277, Kilômetro 15, Posto dos Correios do Distr. de Alexandra - Município de Paranaguá.

6 - Centro do Comércio de Café, ao Ilustríssimo João Bassaneze, Av. Arthur de Abreu, 11 - Cep: 83203-480.

7 - Sra. Regina Lúcia Corrêa, Rua Nestor Victor, 824 - Cep: 83203-260.

8 - Rádio Difusora de Paranaguá, ao Ilustríssimo Sr. Mário Mickuz, Rua Professor Cleto Viana, 305 - Cep: 83203-240.

9 - Sindicato dos Portuários de Paranaguá, Presidente Senhor Wilson Moraes, Av. Bento Rocha, s/n° - Cep: 83221-190.

10 - Ao 9° Batalhão da Polícia Militar de Paranaguá, Tenente Cel. Dilson Antonio Consentino, Rua Domingos Peneda, s/n° - Cep: 83206-070.

PROGRAMA

CASA DA FAMÍLIA

1. Concepção do Programa Casa da Família

O Programa Casa da Família, na forma de mutirão habitacional, é uma alternativa que visa possibilitar o acesso da população mais carente a casa própria, conciliando duas variáveis opostas: o custo e a necessidade de uma moradia de tamanho adequado ao grande número de componentes das famílias dessa faixa de renda.

A consecução desse objetivo tornou-se possível mediante a parceria entre o Governo do Estado, através da SEPH-COHAPAR, as Prefeituras Municipais e os mutuários, mediante as seguintes formas de atuação:

a) Governo do Estado

O Governo do Estado, através da SEPH-COHAPAR, repassa recursos provenientes do Tesouro Geral do Estado e do FGTS, às Prefeituras Municipais mediante convênio (municipalização), bem como assume a responsabilidade pela elaboração dos projetos e pela assistência técnica, social e comercial, durante e após a conclusão das obras.

b) Prefeitura Municipal

A Prefeitura Municipal, em contra-partida, participa com a doação da área, a implantação dos serviços de infra-estrutura, a execução das habitações e o gerenciamento dos recursos repassados pela SEPH-COHAPAR.

c) Mutuários

Os futuros mutuários participam em mutirão na execução da obra, com pelo menos um membro de cada família.

REQUERIMENTO N° 2373

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Doutor Murilo Hingel, Digníssimo Ministro da Educação, solicitando a criação de um CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO no município de Paranaguá-Pr.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Em toda a estrutura de funcionamento da cidade de Paranaguá, durante os últimos anos, está havendo um crescimento em pequenas e médias empresas que se utilizam de mão-de-obra especializada.

Por falta de um estabelecimento credenciado, a maioria dos jovens são obrigados a transferir-se à capital do Estado, ou então ir para outras cidades a busca de novos ensinamentos técnicos.

Uma antiga reivindicação da comunidade parnanguara é a instalação naquela cidade de um CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, conhecido por muitos como "ESCOLA TÉCNICA", cuja capacidade de ensinamentos é dos mais respeitáveis e tem formado excelentes profissionais. No Estado do Paraná, já existem cerca de 5 (cinco) CFE - Centros Federais de Educação, os últimos instalados com a presença do Ministro Murilo Hingel, e nessas condições o município de Paranaguá, sente-se efetivamente preparado para receber esses benefícios do Governo Federal, onde a abrangência de atuação alcançaria ainda as cidades de Antonina, Matinhos,

Guaratuba e Guaracueçaba, e iria de forma acentuada ampliar a formação de especializações técnicas, com isso, aumentando consecutivamente o mercado de trabalho em relação ao presente e ao futuro.

A Prefeitura Municipal - disso temos certeza - numa demonstração de entendimentos, entraria com a parte relativa ao processo de áreas, e isso facilitará ao próprio Ministério da Educação a inclusão de Paranaguá, por essa razão solicitamos que seja endereçado um expediente ao Excelentíssimo Doutor Murilo Hingel, Ministro da Educação, solicitando a inclusão da Cidade de Paranaguá, para receber a criação de um CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, e que cópias desse nosso requerimento sejam endereçadas para:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
Excelentíssimo Prefeito Carlos Antonio Tortato
Rua Júlia da Costa, 322
CEP: 83203-060 - Paranaguá-Pr.

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
Excelentíssimo Presidente Mário Manoel D. Roque
Rua Visconde de Nacar, 728
CEP: 83203-420 - Paranaguá-Pr.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DE PARANAGUÁ
Ilmo. Presidente José Luiz Boabaid
Rua Rodrigues Alves, 621
CEP: 83203-420 - Paranaguá-Pr.

JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO
Ilmo. Jornalista Olécia Plahtyn
Rua Mal. Alberto de Abreu, 140 - Cx. 83
CEP: 83203-510 - Paranaguá-Pr.

RÁDIO DIFUSORA DE PARANAGUÁ
Ilustríssimo Radialista Mário Mickuz
Rua Professor Cleto Viana, n° 305
CEP: 83203-240 Paranaguá-Pr.

REQUERIMENTO N° 2374

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Deputado Federal Homero Morinobu Oguido, Digníssimo Secretário do Desenvolvimento Urbano, solicitando a liberação de recursos para a construção de um terminal rodoviário no Município de PIÊN-PR.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Nesses últimos anos, o Município de Piên, está em compasso de desenvolvimento, havendo consecutivamente um crescimento em sua movimentação nos transportes coletivos.

Registra-se que, com isso a população através de diferentes setores-cobra uma ação efetiva do Poder Público, porém a Prefeitura Municipal, não tem recursos orçamentários para realizar uma obra como terminal rodoviário, cujos valores são de milhões de cruzeiros.

O Prefeito Ney José Ciupka, tem um compromisso com a comunidade de dotar para a cidade desse terminal, cuja serventia é de utilidade pública, e irá beneficiar milhares de pessoas.

Por essa razão pedimos que seja feito um expediente ao Excelentíssimo Deputado Federal Homero Morinobu Oguido, Digníssimo Secretário do Desenvolvimento Urbano, solicitando a liberação de recursos para a construção de um terminal rodoviário no município de PIÊN, e requeiro ainda que, cópias desse nosso requerimento sejam enviados para:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
Exmo. Prefeito Ney José Ciupka
Praça do Expedicionário, 104
CEP: 83860-000 - Piên-Pr

CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN
Exmo. Presidente José Eduardo Assis
Praça do Expedicionário, 104
CEP: 83860-000 - Piên-Pr

REQUERIMENTO N° 2375

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Deputado Federal Homero Morinobu Oguido, Digníssimo Secretário do Desenvolvimento Urbano, solicitando a liberação de recursos para a construção de um terminal rodoviário no Município de Matinhos-Pr.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A natureza através das belezas naturais, tem levado inúmeros turistas a conhecer o balneário de Matinhos, cujo crescimento também com a sua população fixa, movimentam a cidade e com isso existe o funcionamento integral da atual Estação Rodoviária, cuja responsabilidade de funcionamento é da concessionária Viação Graciosa Ltda, que no local recebe unicamente seus veículos, por força das circunstâncias legais e operacionais. Com isso, a maioria dos veículos (ônibus) ficam em diversos locais, a critério de cada motorista, não tendo nenhuma estrutura de oferecimento de serviços essenciais.

Por outro lado, a Prefeitura Municipal de Matinhos, tem sentido constantemente os apelos dos moradores, e também as reclamações dos turistas, através das empresas que operam com aquele município, e essa

Curitiba, quarta, em 30.06.93

preocupação deixa o Prefeito Acindino Ricardo Duarte numa situação difícil, pois a Prefeitura não tem condições financeiras para arcar com essa responsabilidade, diante do volume de uma construção dessa envergadura, porém sabe-se que o município, colaborando o Governo Estadual com recursos, realize a construção desse empreendimento, tão necessário ao balneário de Matinhos.

Diante das circunstâncias, solicitamos que seja endereçado correspondência ao Exmo. Deputado Federal Homero Oguido, Digníssimo Secretário do Desenvolvimento Urbano, solicitando a liberação de recursos para a construção de um (01) terminal rodoviário (estação rodoviária), no município de Matinhos.

Requeiro ainda que, cópias desse nosso requerimento sejam endereçadas para:

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS
Excelentíssimo Prefeito Acindino Ricardo Duarte
Rua A. Muller, 111
CEP: 83260-000 - Matinhos-Pr.

CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS
Excelentíssimo Presidente João Alboit
Rua A. Muller, 111
CEP: 83260-000 - Matinhos-Pr

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE MATINHOS
Ilustríssimo Presidente.

REQUERIMENTO N° 2376

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Doutor Maurício Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros para que a Prefeitura Municipal possa construir uma escola na localidade de Darigüi (perímetro urbano), no Município de Antonina.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Com o aumento da população infantil, em idade escolar, a localidade de Darigüi, no Município de Antonina, sente a necessidade de ter uma escola para o 1° grau, levando-se em conta que a grande maioria dos moradores são pessoas carentes e não podem ter despesas com o transporte de seus filhos, mandá-los a outros estabelecimentos escolares mais distantes.

Saliente-se ainda que a Prefeitura não tem condições financeiras para arcar com essa obra importante, e diante disso solicitamos que seja enviado uma correspondência ao Excelentíssimo Senhor Doutor Maurício Requião de Mello e Silva, Superinten-

dente da FUNDEPAR, pedindo a construção de uma Escola de 1º grau, na localidade de Darigüi, no Município de Antonina, e que - cópias desse nosso requerimento sejam encaminhadas à:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA
Excelentíssimo Prefeito Tronaldo Pereira de Deus
Rua XV de Novembro, 150
CEP: 83370-000 - Antonina-Pr.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
A/C PREFEITURA MUNICIPAL
Professora Ivonete Machado e
Professora Neréa Honório

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
Senhor Lindomar Gonçalves dos Santos
R. XV de Novembro, 150
CEP: 83370-000 - Antonina - Pr.

CÂMARA MUNICIPAL DE ANTONINA
Excelentíssimo Presidente Aguinaldo Silva do Rosário
Rua C. G. Costa, 174
CEP: 83370-000 - Antonina-Pr.

RÁDIO ANTONINENSE LTDA
Rua Tiago Peixoto, s/nº
Morro da Cruz - Antonina-Pr.

REQUERIMENTO N° 2377

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Maurício Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Rural Estadual Retiro Fraterno de Meninos, no Município de Morretes.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2378

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Maurício Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Estadual Presidente Roosevelt, no Município de Guaíra.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2379

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o

envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Maurício Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Estadual Almirante Tamandaré, no Município de Guaíra.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2380

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Maurício Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Estadual Mendes Gonçalves, no Município de Guaíra.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2381

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Maurício Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Estadual Ver. Samuel Benck, no Município de Guaíra.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2382

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Maurício Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Estadual Rocha Pombo, no Município de Morretes.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2383

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Maurício Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Rural Estadual Rio do Pinto, no Município de Morretes.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2384

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Maurício Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Estadual Santo Antônio, no Município de Pinhão.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2385

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Maurício Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Estadual São Sebastião, no Município de Pinhão.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2386

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Maurício Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Rural Estadual São Luiz, no Município de Pinhão.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2387

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Maurício Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Estadual São José, no Município de Pinhão.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2388

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Maurício Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos

Curitiba, quarta, em 30.06.93

na Escola Estadual Procópio F. Caldas, no Município de Pinhão.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2389

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Maurício Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Estadual Serra Negra, no Município de Guaraqueçaba.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2390

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Maurício Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Rural Estadual Rio Verde, no Município de Guaraqueçaba.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2391

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Maurício Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Estadual Marcelino Dias, no Município de Guaraqueçaba.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2392

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Maurício Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Rural Estadual Itaquí, no Município de Guaraqueçaba.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2393

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Maurício Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Rural Estadual Ilha Rasa das Peças, no Município de Guaraqueçaba.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2394

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Maurício Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Estadual Rocha Pombo, no Município de Antonina.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2395

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Maurício Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Estadual Moysés Lupion, no Município de Antonina.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2396

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Maurício Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Estadual Maria Arminda, no Município de Antonina.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2397

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Maurício Requião de Mello e Silva, DD. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Estadual Ermelino Matarazzo, no Município de Antonina.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2403

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Deputado Durval Amaral, DD. Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, no sentido de que seja determinada a inclusão do Município de Mariluz, no Projeto Clube do Irmão Caçula.

Do aprovado, requer ainda comunicação ao Prefeito e ao Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A criança, felizmente, está sendo alvo de preocupação pelas autoridades governamental e política do nosso País, em especial no Paraná, onde o Governo Requião, através da Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, tem elaborado e colocado em execução vários programas com esse objetivo.

Um desses programas, o Projeto Clube do Irmão Caçula, é que gostaríamos que fosse implantado nos municípios da nossa região, uma vez que são graves os problemas com o menor, são muitas as famílias carentes oriundas do campo, que habitando as periferias, têm suas crianças em completo abandono.

Cabe a urgente intervenção do Governo que numa ação integrada com os órgãos municipais, propiciem melhores condições de vida para essas crianças.

REQUERIMENTO N° 2404

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Deputado Durval Amaral, DD. Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, no sentido de que seja determinada a inclusão do Município de Moreira Salles, no Projeto Clube do Irmão Caçula.

Do aprovado, requer ainda comunicação ao Prefeito e ao Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A criança, felizmente, está sendo alvo de preocupação pelas autoridades governamental e política do nosso País, em especial no Paraná, onde o Governo Requião, através da Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, tem elaborado e colocado em execução vários programas com esse objetivo.

Um desses programas, o Projeto Clube do Irmão Caçula, é que gostaríamos que

fosse implantado nos municípios da nossa região, uma vez que são graves os problemas com o menor, são muitas as famílias carentes oriundas do campo, que habitando as periferias, têm suas crianças em completo abandono.

Cabe a urgente intervenção do Governo que numa ação integrada com os órgãos municipais, propiciem melhores condições de vida para essas crianças.

REQUERIMENTO N° 2405

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Deputado Durval Amaral, DD. Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, no sentido de que seja determinada a inclusão do Município de Maria Helena, no Projeto Clube do Irmão Caçula.

Do aprovado, requer ainda comunicação ao Prefeito e ao Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A criança, felizmente, está sendo alvo de preocupação pelas autoridades governamental e política do nosso País, em especial no Paraná, onde o Governo Requião, através da Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, tem elaborado e colocado em execução vários programas com esse objetivo.

Um desses programas, o Projeto Clube do Irmão Caçula, é que gostaríamos que fosse implantado nos municípios da nossa região, uma vez que são graves os problemas com o menor, são muitas as famílias carentes oriundas do campo, que habitando as periferias, têm suas crianças em completo abandono.

Cabe a urgente intervenção do Governo que numa ação integrada com os órgãos municipais, propiciem melhores condições de vida para essas crianças.

REQUERIMENTO N° 2406

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Deputado Durval Amaral, DD. Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, no sentido de que seja determinada a inclusão do Município de Xambrê, no Projeto Clube do Irmão Caçula.

Do aprovado, requer ainda comunicação ao Prefeito e ao Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A criança, felizmente, está sendo alvo de preocupação pelas autoridades governamental e política do nosso País, em especial no Paraná, onde o Governo Requião, através da Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, tem elaborado e colocado em execução vários programas com esse objetivo.

Um desses programas, o Projeto Clube do Irmão Caçula, é que gostaríamos que fosse implantado nos municípios da nossa região, uma vez que são graves os problemas com o menor, são muitas as famílias carentes oriundas do campo, que habitando as periferias, têm suas crianças em completo abandono.

Cabe a urgente intervenção do Governo que numa ação integrada com os órgãos municipais, propiciem melhores condições de vida para essas crianças.

REQUERIMENTO N° 2407

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Deputado Durval Amaral, DD. Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, no sentido de que seja determinada a inclusão do Município de Vila Alta, no Projeto Clube do Irmão Caçula.

Do aprovado, requer ainda comunicação ao Prefeito e ao Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A criança, felizmente, está sendo alvo de preocupação pelas autoridades governamental e política do nosso País, em especial no Paraná, onde o Governo Requião, através da Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, tem elaborado e colocado em execução vários programas com esse objetivo.

Um desses programas, o Projeto Clube do Irmão Caçula, é que gostaríamos que fosse implantado nos municípios da nossa região, uma vez que são graves os problemas com o menor, são muitas as famílias carentes oriundas do campo, que habitando as periferias, têm suas crianças em completo abandono.

Cabe a urgente intervenção do Governo que numa ação integrada com os órgãos municipais, propiciem melhores condições de vida para essas crianças.

REQUERIMENTO N° 2408

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o

envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Deputado Durval Amaral, DD. Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, no sentido de que seja determinada a inclusão do Município de Umuarama, no Projeto Clube do Irmão Caçula.

Do aprovado, requer ainda comunicação ao Prefeito e ao Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A criança, felizmente, está sendo alvo de preocupação pelas autoridades governamental e política do nosso País, em especial no Paraná, onde o Governo Requião, através da Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, tem elaborado e colocado em execução vários programas com esse objetivo.

Um desses programas, o Projeto Clube do Irmão Caçula, é que gostaríamos que fosse implantado nos municípios da nossa região, uma vez que são graves os problemas com o menor, são muitas as famílias carentes oriundas do campo, que habitando as periferias, têm suas crianças em completo abandono.

Cabe a urgente intervenção do Governo que numa ação integrada com os órgãos municipais, propiciem melhores condições de vida para essas crianças.

REQUERIMENTO N° 2409

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Professor Elias Abrahão, DD. Secretário de Estado da Educação, no sentido de que seja determinada a doação e distribuição de aparelhos de vídeo-cassete e televisores para as Escolas Estaduais do Município de Maria Helena.

Do aprovado requer ainda a comunicação aos ilustres Srs. Prefeito Municipal e Presidente da Câmara.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 2410

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Professor Elias Abrahão, DD. Secretário de Estado da Educação, no sentido de que seja determinada a doação e distribuição de aparelhos de vídeo-cassete e televisores para as Escolas Estaduais do Município de Moreira Salles.

Do aprovado requer ainda a comunicação aos ilustres Srs. Prefeito Municipal e

Presidente da Câmara.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 2411

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Professor Elias Abrahão, DD. Secretário de Estado da Educação, no sentido de que seja determinada a doação e distribuição de aparelhos de vídeo-cassete e televisores para as Escolas Estaduais do Município de Mariluz.

Do aprovado requer ainda a comunicação aos ilustres Srs. Prefeito Municipal e Presidente da Câmara.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 2412

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Luiz Cláudio Romanelli, Digníssimo Secretário de Estado da Política Habitacional - COHAPAR, no sentido de que seja determinado a inclusão do Município de Engenheiro Beltrão, no Programa de Construção de Casas de Madeira, com repasse de 300 Kits/Unidades Habitacionais.

Do aprovado, requer ainda, comunicação ao Prefeito Municipal, Senhor José Orlando Romeiro (rua Manoel Ribas, 160).

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O déficit habitacional, é notório em qualquer município do Brasil. Ele ocorre nas capitais, nas cidades de porte médio e até nos municípios menos populosos, pois à medida que encarece os custos da construção civil inviabiliza o acesso às famílias mais carentes da nossa população.

Os mecanismos encontrados pelo Governo do Estado do Paraná em reduzir os custos e oferecer casas populares a baixo custo são ações que possuem maior alcance social dentro das atividades governamentais.

Dentre esses mecanismos, surge agora o Programa de Construção de Casas de Madeira, cuja reivindicação, e a que mais se adequa aos municípios de minha região, portanto, solicito a inclusão do município acima citado dentro dessa programação.

REQUERIMENTO N° 2420

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Ple-

nário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Saúde, Doutor Nizan Pereira Almeida, solicitando a liberação de recursos financeiros para a aquisição de equipamentos de laboratório de análises clínicas e Raio X, destinados ao Centro de Saúde local, no município de Juranda.

Tal medida visa melhorar no atendimento à saúde, com exame mais profundo para um diagnóstico de que necessita o profissional, que na maioria das vezes precisa encaminhar o paciente para outras cidades. Que essa Secretaria de Estado, avalie, na medida do possível, e dê o necessário respaldo a tão justa solicitação.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2421

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Nizan Pereira, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de recursos financeiros do ISEP, para aquisição de uma ambulância ao Município de Ubitatã.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2422

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Nizan Pereira, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de recursos financeiros do ISEP, para aquisição de uma ambulância ao Município de Imbituva.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2437

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expedientes dirigidos respectivamente, aos Senhores José Moacir Favetti, Secretário de Estado da Segurança Pública e ao Coronel QOBM Miguel Arcanjo Capriotti, Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, solicitando a instalação de uma equipe de combate a incêndio, através de um quartel do Corpo de Bombeiros, na sede do Município de Engenheiro Beltrão.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Sem contar com um serviço próprio de combate a incêndio, a comunidade de Engenheiro Beltrão acha-se tensa e preocupada, uma vez que os serviços mais próximos distam 31 quilômetros da sede do município, mais especificamente situam-se em Campo Mourão.

A presente solicitação decorre ainda do fato de a comunidade não contar nem com carro-pipa nem pessoal treinado para o desempenho de tão importante missão de segurança.

REQUERIMENTO N° 2438

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor José Moacir Favetti, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a adoção das medidas adiante especificadas para o Município de Engenheiro Beltrão.

1. Implantação dos Serviços de módulos policiais militares nos Distritos de Figueira do Oeste e de Ivaíandia.
2. Viatura de polícia para a Delegacia da sede do município.
3. Munição para o setor policial.
4. Designação de um policial militar para o distrito de Sertãozinho.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

Apoio: Nelson Garcia

JUSTIFICATIVA:

O módulo policial é o primeiro recurso disponível ao cidadão na área da segurança pública.

A eficiência de tal benefício tem sido comprovada através dos módulos já instalados no Estado.

Inclusive a existência de tal serviço, contribui para o constrangimento da prática de atos ilícitos, diminuindo os índices de criminalidade, hoje bastante preocupantes não só nas grandes cidades do Estado.

Não dispondo de viatura própria para o desempenho das suas atribuições, a área de segurança pública de Engenheiro Beltrão, tem se valido de uma motocicleta que o Conselho de Segurança do município cedeu para que a polícia efetue o serviço de ronda preventiva.

Difícil a efetiva retribuição da segurança aos cidadãos que contribuem compulsoriamente com o Estado através do pagamento de impostos, sem que o Poder Executivo do Estado invista maciça e materialmente no setor de segurança, devendo passar da prática do discurso à prática da ação efetiva.

REQUERIMENTO N° 2439

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Senhor Ágide Meneguette, Presidente do Conselho Administrativo do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural/SENAR, solicitando a implantação dos serviços daquela entidade no Município de Engenheiro Beltrão.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

Apoio: Nelson Garcia

JUSTIFICATIVA:

O homem do campo, legítimo produtor de riquezas do Estado e do País, também não pode prescindir do acesso a novas técnicas de manejo de solo e de mão-de-obra, condizentes com os novos tempos da agricultura e da pecuária, visando estabelecer o desenvolvimento de melhor produtividade.

O SENAR promove serviços de qualificação de mão-de-obra rural, por meio de cursos de formação em vários níveis, ampliadores de novas oportunidades de vida para os trabalhadores rurais, que sem formação técnica, por incrível que pareça, estão sem qualificação para trabalhar no campo, sua origem natural e, contribuem para o inchaço das cidades, criando situação de pobreza, inviabilizando a administração pública dos grandes e pequenos centros urbanos e para a população em geral.

REQUERIMENTO N° 2440

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Paulo Roberto Cordeiro, Diretor-Presidente da TELEPAR, solicitando a implantação de um posto de telefonia rural, bem como a ampliação do atendimento daquela empresa no setor rural de Engenheiro Beltrão, através de programa de telefonia rural.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

Apoio: Nelson Garcia

JUSTIFICATIVA:

Importante o papel das comunicações na vida moderna, em especial o desenvolvido pelo serviço de telefonia.

A TELEPAR sempre na vanguarda, precisa estender os benefícios de seus serviços a outros importantes setores do Estado.

Dentre estes, o meio rural não pode mais prescindir das facilidades e da contribuição do telefone, razão pela qual a comunidade rural de Engenheiro Beltrão aguarda o deferimento do presente pleito.

REQUERIMENTO N° 2441

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais

após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Exmo. Sr. Osmar Dias, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando o atendimento a medidas que especifica, para o município de Engenheiro Beltrão.

1. Instalação de um posto de inseminação artificial de produção animal.
2. Implantação de um Centro de Produção Animal.
3. Implantação de programa denominado Pró-Várzea.
4. Programa de fruticultura.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

Apoio: Nelson Garcia.

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná é reconhecido nacionalmente como um dos estados celeiros da nação. Parte deste prestígio deve-se à indiscutível capacitação de sua equipe na área da agricultura e, em especial, à reconhecida competência do secretário Osmar Dias.

As postulações constantes do presente expediente contribuiriam de forma efetiva para o desenvolvimento da agropecuária daquele município, através da melhoria do plantel animal ali produzido, via melhoria genética do plantel a qualidade dos rebanhos, melhores resultados econômicos adviriam naturalmente.

Já o programa nominado pró-várzea administrado e desenvolvido pelo Estado, oferece técnicas para exploração das áreas de várzea, proporcionando aos proprietários rurais melhor aproveitamento de sua propriedade, possibilitando a expansão da produção e o barateamento dos custos finais da alimentação.

A fruticultura apareceria, finalmente, como alternativa rentável para os produtores daquele município, através da diversificação de sua produção e da perspectiva de nova modalidade de ganho, mesmo em propriedades rurais minifundiárias.

Constituiria uma alternativa de menor risco aos agricultores locais, pois não seriam necessários grandes investimentos nem a contratação de empréstimos ou mesmo aquisição de equipamentos, hoje totalmente inviáveis em decorrência do elevado custo do dinheiro. Um projeto de fruticultura permitirá a identificação pela SEAB da variedade e da espécie que melhor se identifica com as condições de clima e solo do município.

REQUERIMENTO N° 2442

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente RE-

QUER o envio de expediente dirigido ao Exmo. Sr. Deputado Homero Oguido, Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a adoção de medidas adiante especificadas para o município de Engenheiro Beltrão:

1. Implantação de serviços de rede de esgotos;
2. Programas de desfavelamento, através de programas de Habitação Popular às populações de baixa renda;
3. Programa de canalização de nascentes de água, existentes nas Vilas Esperança e Operária.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

Apoiamto: Nelson Garcia

JUSTIFICATIVA:

O Poder Executivo através de publicidade veiculada na imprensa do Estado, e do próprio discurso tem demonstrado preocupação com os assuntos relativos ao saneamento básico, reduzindo os índices de mortalidade e melhorando as condições de saúde de sua gente.

A extensão de um programa de instalação e melhoria das redes do esgoto do Estado, via interiorização, ofereceria saneamento adequado às comunidades, melhorando suas condições de vida e projetando o Paraná dentre as nações de primeiro mundo.

O combate à fome e à miséria tem constituído metas prioritárias em Engenheiro Beltrão, via investimento em projetos de melhoria da qualidade de vida dos moradores das favelas.

O governo do Estado não pode omitir-se em relação a esta triste realidade e, deve mobilizar projetos específicos para o setor, viabilizando senão a erradicação destes bolsões de miséria, ou, no mínimo diminuindo-os.

Concentrando razoável número de habitantes, as Vilas Esperança e Operária, têm encontrado sérias dificuldades na área do saneamento urbano, em decorrência da existência de nascentes de água natural, que oferece riscos à população que dela se utiliza, pela facilidade de contaminação decorrente da falta de higiene própria das classes populacionais menos favorecidas, decorrência da falta de educação no que concerne aos princípios de higiene e saúde.

REQUERIMENTO N° 2443

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Exmo. Sr. Nizan Pereira, Secretário de Estado da Saúde solicitando medidas adiante especificadas para o município de Enge-

nheiro Beltrão:

1. Bomba para desinfecção de poços artesianos das áreas rurais;
2. Uma ambulância;
3. Implantação de módulos sanitários.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

Apoiamto: Nelson Garcia.

JUSTIFICATIVA:

A Saúde Pública proporcionada pelo Estado, precisa ser estendida à comunidade de Engenheiro Beltrão.

Um exemplo é a dificuldade encontrada pelo setor de Vigilância Sanitária, no exercício de suas atribuições junto à zona rural daquele município, que não conta com água tratada para consumo humano.

As bombas de desinfecção aqui solicitadas, propiciariam aos técnicos daquela secretaria o tratamento das águas dos poços artesianos lá existentes, melhorando a qualidade da água consumida pelas famílias rurais, com a conseqüente diminuição dos problemas de saúde decorrentes do consumo de água inadequada.

Apesar do município contar com rede hospitalar de razoável recurso de atendimento básico de saúde, Engenheiro Beltrão, necessita em algumas oportunidades de transferir pacientes para atendimento médico especializado em cidades da região e mesmo Curitiba.

Uma ambulância, veículo adequado ao transporte de pacientes, ofereceria melhores condições de segurança e conforto, no transporte de doentes em estado grave.

O Executivo Municipal de Engenheiro Beltrão, preocupado com os índices de crescimento de favelas, decorrente da situação econômica da nação procurando melhorar as condições de vida para os moradores, solicita a expansão dos postos sanitários do município como forma de impedimento à proliferação de doenças infecto-contagiosas, decorrente da deficiência de higiene, minimizando os problemas de saúde de todos os moradores daí.

REQUERIMENTO N° 2444

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Exmo. Sr. Professor Elias Abrahão, Secretário de Estado da Educação, solicitando as providências adiante especificadas para as escolas de ensino público de Engenheiro Beltrão:

01 - ESCOLA ESTADUAL ARTHUR RAMOS

Iluminação do pátio, cobertura para a quadra de esportes; Equipamento audiovisual constituído por: televisor, vídeo-cassete; reparos nos muros.

02 - ESCOLA ESTADUAL CASTELO BRANCO

Construção de sala para biblioteca e respectivo acervo; construção de uma quadra de esportes e equipamento esportivo para aulas de educação física.

03 - ESCOLA GABRIEL SCIPIONE

Construção de quadra poliesportiva coberta; Construção de dependências administrativas.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

Apoio: Nelson Garcia

JUSTIFICATIVA:

Com uma considerável parcela da clientela estudantil de Engenheiro Beltrão, as escolas referenciadas através de seus diretores e professores, solicitam ao Secretário da Educação, especialista na matéria, o atendimento de suas pretensões.

Se atendê-los a Secretaria de Estado da Educação, estará com certeza, cumprindo sua finalidade, que é o de proporcionar condições materiais para a formação da juventude do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO N° 2445

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido a Exma. Sra. Gilda Poli, Secretária de Estado da Cultura, solicitando a adoção de medidas que adiante especifica, para o Município de Engenheiro Beltrão.

1. Construção de um Centro Cultural no Horto Florestal.
2. Instrumentos para composição de uma fanfarra.
3. Oficinas para formação de monitores nas áreas de dança, música, teatro e expressão corporal.
4. Construção de prédio para a instalação de Biblioteca Pública Municipal.
5. Acervo bibliográfico para a Biblioteca Pública Municipal.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

Apoio: Nelson Garcia

JUSTIFICATIVA:

Municípios pequenos porém almejando ser grandes, poucas oportunidades oferecem para seus habitantes, inclusive as que dizem respeito às manifestações culturais.

O pequeno orçamento público municipal deve se voltar às causas e áreas mais essenciais da população, tais como: saúde, saneamento, educação.

Somente através de investimentos do Poder Executivo do Estado, poder-se-á proporcionar e viabilizar projetos voltados às manifestações artístico-culturais.

Mesmo que o município, através de um esforço comunitário pretendesse investir no setor, precárias seriam as condições, sob o aspecto material e humano.

Considerando que Engenheiro Beltrão constitui um dos mais tradicionais municípios do Paraná, sua comunidade espera do Poder Público a consideração que lhe é devida.

REQUERIMENTO N° 2446

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Senhor Maurício Requião de Mello e Silva, Diretor-Superintendente da FUNDEPAR, solicitando estudos objetivando a descentralização da merenda escolar, para compra das alimentações nas escolas do Estado.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A descentralização para a aquisição da merenda escolar pelas escolas públicas do Estado, eficientizaria o serviço, inclusive com a escolha dos alimentos compatíveis com os cardápios e hábitos alimentares regionais e, conseqüentemente, melhor qualidade protéica.

REQUERIMENTO N° 2447

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Professor Elias Abrahão, Secretário de Estado da Educação, solicitando a adoção de ações adiante especificadas, para as escolas relacionadas pertencentes ao Município de Engenheiro Beltrão.

1. ESCOLA ESTADUAL MANOEL RIBAS
Refeitório e biblioteca
2. ESCOLA PADRE VIEIRA
Construção de cobertura para quadra de esportes; construção de Biblioteca; acervo da Biblioteca.
3. ESCOLA GETÚLIO VARGAS
Acervo bibliográfico; Televisor e Vídeo-cassete.
4. ESCOLA MARIA APARECIDA MEDEIROS (Municipalizada)
Reforma e ampliação do prédio; reforma e iluminação da quadra de esportes; acervo bibliográfico; televisor e vídeo cassete.

OBS: Ampliação com instalações, para cozinha, refeitório, biblioteca, sala de professores e secretaria.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

Apoio: Nelson Garcia

JUSTIFICATIVA:

As justas, oportunas e necessárias reivindicações da comunidade de Engenheiro

Beltrão, na área educacional pública, acham-se perfeitamente enquadradas dentro dos propósitos e da política para o setor, desenvolvida pelo Senhor Secretário da Educação.

Tal constatação tivemos, na última sexta-feira, dia 25 de junho corrente, quando do pronunciamento do professor Elias Abrahão, na reunião da COMCAM, levando a efeito na cidade de Araruna.

A seriedade, o conhecimento, a capacitação profissional do Senhor Secretário, um especialista, dão-nos a convicção de que as justas pretensões da comunidade escolar daquele município, serão devida e oportunamente atendidas.

REQUERIMENTO N° 2448

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Mário Pereira, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando estudos por parte do DER, para o asfaltamento do trecho de aproximadamente 2 (dois) quilômetros, prolongamento da rua 27 dezembro (Posto Presidente) até o Seminário São José, na BR-369, na cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A presente obra constitui antiga reivindicação dos integrantes da comunidade local e, o atendimento à solicitação permitiria o desvio do tráfego pesado das vias centrais da cidade, diminuindo o risco de acidentes e facilitando a circulação dos veículos de menor porte.

REQUERIMENTO N° 2449

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Senhor João Carlos Cascaes, Presidente da COPEL, sugerindo que aquela empresa reveja o calendário de vencimento das faturas dos usuários, através do cadastramento que compatibilize a data de recebimento das inúmeras categorias de assalariados do Estado, inclusive e em especial os aposentados.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação nos foi dirigida por um usuário dos serviços da COPEL, cidadão aposentado, que recebe seus vencimentos nos dias 05 de cada mês, e cuja fatura de luz vence no dia 1°.

Considerando que a política de salá-

Curitiba, quarta, em 30.06.93

rios do País, é madrastra para a grande maioria, não se justifica que o assalariado tenha que pagar juros de mora após o vencimento da fatura de serviços públicos.

REQUERIMENTO N° 2450

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Senhor Stênio Jacob, Diretor Presidente da SANEPAR, sugerindo que aquela empresa reveja o calendário de vencimento das faturas cobradas aos usuários, através de recadastramento que compatibilize a data de vencimento, com a data de recebimento das inúmeras categorias de assalariados do Estado, inclusive, e em especial, os aposentados.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A prestação dos serviços públicos aos cidadãos não objetiva o lucro. A presente solicitação nos foi dirigida por um cidadão paranaense aposentado, cuja data de recebimento da sua aposentadoria é dia 05 do mês, e cuja fatura de água vence todos os meses no dia 1°.

Imprescindível a compatibilização de datas, considerando que os salários no país deixam muito a desejar e não é justo que o usuário assalariado tenha que responder mensalmente com o pagamento de juros moratórios.

REQUERIMENTO N° 2370

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de apelo aos Senadores e Deputados Federais, da Bancada paranaense, no intuito da liberação de recursos orçamentários em benefício do Hospital Nossa Senhora das Graças de Curitiba, que vem prestando um significativo atendimento médico-hospitalar, gratuitamente, a toda a comunidade reconhecidamente carente, sem qualquer discriminação pessoal ou de classe.

É de fundamental importância que medidas se dirijam diante do exposto, o que, por certo, irá beneficiar a comunidade curitibana e também, grande parte da Região Metropolitana.

Requer ainda, que da decisão Plenária, se dê conhecimento à:

Irmã Lourdes Margarida Thomé
Digníssima Superintendente do
Hospital Nossa Senhora das Graças
Caixa Postal n° 18522

CEP: 80810-990 - Curitiba-Pr.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) JOAO PREIS

REQUERIMENTO N° 2454

Senhor Presidente.

O Deputado autor o presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja transcrita nos anais da Assembléia Legislativa do Paraná a "Carta de Pinhais", resultante do 4° Encontro dos Conselhos de Segurança Pública, realizado no dia 25 de junho próximo passado, no Município de Pinhais, neste Estado.

Requer, outrossim, que do referido documento sejam enviadas cópias aos Senhores Deputados Estaduais com assento neste Poder, aos Senhores Deputados Federais pelo Estado do Paraná, ao Ministro de Estado da Justiça, ao Secretário de Estado da Segurança Pública do Paraná, ao Superintendente da Polícia Federal do Paraná, ao Governador do Estado do Paraná e aos Conselhos Comunitários de Segurança Pública, ativos nos municípios paranaenses.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Reunidos no Município de Pinhais, no dia 25 de junho próximo passado, presidentes e representantes de Conselhos Comunitários de segurança de vários municípios paranaenses, com a presença de convidados do vizinho Paraguai, do Curso Superior de Polícia de São Paulo, representantes da sociedade em geral, preocupados em melhorar a qualidade de vida das respectivas comunidades, discutiram com muita seriedade a questão da segurança pública e o papel dos conselhos comunitários na busca de soluções para os problemas da população na área.

As propostas apontadas pelos participantes constam do documento a ser inserido nos anais do Poder Legislativo e consideram como viga mestra para o sucesso das ações em segurança pública a participação da comunidade e o suporte da opinião pública e a posição da segurança pública como um dos principais problemas a serem resolvidos em todo o Brasil, conforme pesquisas junto à população.

Diante disso, da contribuição real que presta à discussão das matérias relativas à segurança pública, requeremos a transcrição das conclusões de tal encontro nos Anais do Poder Legislativo e o seu envio a diversas autoridades, para conhecimento e apoio às propostas nas suas áreas de atuação.

Queremos, ainda, que este requerimento enseje o voto de louvor ao Poder Legislativo do Paraná a todos os que se fizerem presentes no encontro em questão, empenhando-se na discussão que resultou na Carta de Pinhais.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 320/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo, autorizado a vender, no todo ou em parte, as ações de seu patrimônio, detidas junto à TELEPAR - Companhia de Telecomunicações do Paraná S/A.

Parágrafo Único - O Poder Executivo fixará em decreto os procedimentos a serem adotados para o cumprimento deste artigo.

Art. 2° - Os recursos obtidos através da venda das ações citadas no Art. 1°, deverão ser utilizados na construção da ponte sobre o Rio Paraná no Município de Guaíra, na duplicação do trecho paranaense da Rodovia BR-376 e, subsidiariamente, em obras de grande prioridade para o Estado do Paraná.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(aa) RENATO ADUR

HEINZ HERWIG

Apoiamto: Cleiton Kielse, José Arthur Ritti e Nelson Justus.

PROJETO DE LEI N° 321/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar Convênio de Cooperação Técnico-Financeira com o Governo do Estado de Santa Catarina, objetivando a elaboração de estudos pela administração direta e através de contratação de serviços de consultoria, referentes à duplicação da BR 376, Curitiba - Div. PR/SC (Garuva) e BR 101, Div. PR/SC (Garuva) - Florianópolis, de modo a atender os requisitos para obtenção de recursos junto a entidades financeiras.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(aa) ORLANDO PESSUTI

HEINZ HERWIG

Apoiamto: Cleiton Kielse, José Arthur Ritti e Nelson Justus.

PROJETO DE LEI N° 322/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Ficam isentos de recolher I.C.M.S., em âmbito Estadual, na compra de carro popular, os representantes comer-

ciais autônomos, denominados "caixeiros viajantes", que comprovarem:

- I - Que há mais de cinco anos exercem este ofício;
- II - Que esta é sua única fonte de renda.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

A profissão de "caixeiro viajante" requer, para seu exercício, um automóvel que permita ao seu usuário viajar com certo conforto, o que torna as viagens menos cansativas, bem como um automóvel que tenha segurança, já que grande parte dos acidentes que resultam em morte nas nossas rodovias estaduais e federais, tem por causa a má conservação destes automóveis, que fazem parte de uma frota que se encontra sucateada.

Deste modo, faz-se mister que aqueles que se utilizam do automóvel para seu trabalho, possam fazer uso de produtos novos, evitando, por conseguinte, os freqüentes acidentes que põem em risco toda a coletividade.

Desistindo do I.C.M.S., o Estado possibilitará a aquisição dos chamados carros populares pelos "caixeiros viajantes", bem como promoverá a diminuição da incidência de acidentes.

Pelo exposto, pedimos o apoio dos nobres pares, para que aprovelem esta proposição de elevadíssimo valor social.

PROJETO DE LEI Nº 323/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Os recursos provenientes de multas aos proprietários de veículos automotores, decorrentes do Sistema de Estacionamento Regulamentado (ESTAR), ou sob qualquer outra denominação, onde se ache implantado no Estado, reverterão, na proporção de 25% (vinte e cinco por cento) aos municípios, 25% (vinte e cinco por cento) ao Conselho de Segurança Pública, e 50% (cinquenta por cento) para o Estado.

Art. 2º - Após a vigência da presente lei, ficam sem efeito todos os convênios firmados entre os órgãos da administração direta, indireta, fundacional e autárquica do Governo do Estado, com quaisquer órgãos da administração direta, indireta, fundacional e autárquica dos executivos municipais, que objetivem a destinação de parcelas de receitas provenientes das multas referidas no artigo 1º da presente lei.

Art. 3º - No prazo de 120 dias da vi-

Curitiba, quarta, em 30.06.93

gência da presente Lei, o Poder Executivo do Estado do Paraná, através de decreto, regulamentará a forma de gestão, repasse, prazo de repasse e a forma de correção dos valores, no caso de dilação dos prazos de repasse aos municípios.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Apoio: Ademar Traiano e Mário Bezerra,

JUSTIFICATIVA:

Atualmente, o setor de segurança pública encontra-se em defasagem e, segundo as autoridades, por absoluta falta de recursos financeiros.

O problema do aumento da criminalidade tem sido sentido principalmente nos grandes centros urbanos, conforme se observa pelas estatísticas apresentadas.

Os valores arrecadados com a aplicação das multas, beneficiarão vários setores, garantindo uma melhor qualidade de vida aos cidadãos.

Sendo assim, propomos o presente projeto de lei, solicitando o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 324/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo, autorizado a alterar o § 2º, do artigo 12, da Lei nº 6.774, de 08 de janeiro de 1.976, para passar a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12 - As Diretorias serão chefiadas por Coronéis do Quadro de Oficiais Policiais Militares, com exceção da Diretoria de Saúde que será chefiada por um Coronel, do Quadro de Saúde".

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a alterar o inciso, do artigo 23, da Lei nº 6.774, de 08 de janeiro de 1.976, para passar a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 23 - ...

V - órgãos de apoio de saúde:

- a) Hospital da Polícia Militar (HPM);
- b) Centro Odontológico (COPM);
- c) Centro Veterinário (CVPM);
- d) Centro de Farmácia e Bioquímica (CFBPM);
- e) Juntas Médicas".

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Ressaltando-se o caráter autorizatório da iniciativa, a presente proposta legislativa possui duplo sentido.

O primeiro é de integrar o Centro de Farmácia e Bioquímica da Polícia Militar, como órgão de apoio de saúde, pois esta área de relevante importância, não consta mencionada no artigo 23, inciso V, da Lei 6.774, de 08 de janeiro de 1.976, que enumera tais órgãos. O segundo sentido, é fazer com que os profissionais da área de Farmácia e Bioquímica, concorram, também, para a chefia da Diretoria de Saúde da Polícia Militar, haja vista que, da forma em que vigora o articulado a ser alterado, somente profissionais de medicina, poderão concorrer à chefia da Diretoria de Saúde da Polícia Militar, situação esta, em muito injusta, tão qualificados, tantos são desprestigiados em detrimento de outros que possui a mesma função de defesa da vida e a promoção de saúde.

Nestas condições, solicitamos o apoio dos nobres pares desta Casa de Leis, ao Projeto de Lei que ora apresentamos, por se tratar de medida justa e meritória.

PROJETO DE LEI N° 325/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica denominada de "Rodovia Edgard Andrade Gomes", o trecho da Rodovia que liga os Municípios de IRATI a INÁCIO MARTINS.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

Edgard Andrade Gomes é filho de Emílio Batista Gomes e Etelvina Andrade Gomes, nascido no dia 18 de março de 1.906, na cidade de IRATI, Estado do Paraná.

Iniciou seus estudos em sua terra natal, vindo a completá-lo no Colégio Diocesano de Curitiba-Pr, onde em 14 de novembro de 1.924, diplomou-se como guarda-livros.

Casou-se em 1.927, com a Senhora Rosa Fenianos Gomes, e teve os seguintes filhos: Nely Gomes Slaviero, casada com o Dr. Dercy Slaviero; Glacy Gomes Mussi, casada com o Sr. William Mussi; Ruth Gomes Slaviero, casada com o Sr. Rubens Slaviero; Luiz Fernando Fenianos Gomes, casado com a Sra. Maria Helena Honaiser Gomes; Sérgio Edgard Fenianos Gomes, casado com a Sra. Otilia S. Gomes; Cidelvina Rosi Gomes Komniski, casada com o Sr. Antonio Komniski.

Seus filhos lhes deram 24 (vinte e

quatro) netos e 34 (trinta e quatro) bisnetos.

VIDA POLÍTICA

Diploma expedido da oitava junta apuradora no ano de 1.935, da eleição realizada 12 de setembro, no município de Irati, para Prefeito e Vereadores conforme estatui o Art. 156, do Código Eleitoral.

Total de Votos Apurados: 1.273 (Mil, duzentos e setenta e três). Apuradas 07 (sete) Secções e nenhuma foi anulada. Votação obtida pelo então candidato Edgard Andrade Gomes, 102 (cento e dois) votos. Diploma do Vereador pelo Município de Irati. E, para servir de diploma aos candidatos eleitos e suplentes, mandou o Juiz Presidente, da oitava Junta Apuradora, que se lhe desse extrato da Ata Geral da apuração que vai por ele assinada, em fiel observância do disposto no Art. 156 do Código Eleitoral. Eu, Doralicio Correia, Secretário da Junta, fiz este extrato da Ata Geral a que me reporto, que depois de lida e achado conforme, vai assinado pelo Juiz Presidente e conferido por mim, do que dou fé. Ponta Grossa, 14 de Fevereiro de 1.936. Prestou promessa legal e tomou posse do cargo em 24 de Fevereiro de 1936. Juízo Eleitoral da 23ª Zona da Comarca de Irati.

Posteriormente, exerceu o cargo de Prefeito Municipal de Irati, nos períodos de: 1951 a 1955; 1959 a 1962; 1969 a 1972; 1977 a 1980, quando veio a falecer no exercício de seu mandato.

DESTAQUES, ALGUMAS DE SUAS REALIZAÇÕES:

1 - Construção do prédio destinado à Prefeitura Municipal de Irati e Câmara Municipal - Paço 2 de abril - .

2 - Aquisição e doação de terrenos para a instalação de: Subestação da COPEL; 15º Distrito Rodoviário - D.E.R.; COPASA - para construção de silos; casas populares e LACTISUL.

3 - Construção do Ginásio Municipal de Esportes Agostinho Zarpellon.

4 - Adaptação do prédio e aquisição da Biblioteca para a instalação da Faculdade de Educação de Irati. Teve participação ativa na instalação da referida Faculdade.

5 - Eletrificação rural, trazendo ao homem do campo as informações e a tecnologia através da energia elétrica.

6 - Calçamento e asfaltamento das ruas da cidade; realizando as respectivas obras de Infra-estrutura, galerias, bueiros e pontes.

7 - Construção do prédio destinado ao Corpo de Bombeiros, dando maior proteção e tranquilidade à população.

8 - Apoio decisivo para a instalação do Colégio Estadual São Vicente de Paulo; instalação do Colégio Florestal Arthur Costa e Silva; Ginásio Sagrado Coração.

9 - Abertura da Av. Perimetral Irati-

-Velho/Nhapindazal.

10 - Aquisição de terreno para a sede do Hospital Regional de Irati.

ATIVIDADES EMPRESARIAIS

Sócio fundador e diretor das seguintes empresas:

- 1 - Cia. de Fósforos Irati;
- 2 - SOPACO - Sociedade Paraná Comercial e Importadora Ltda;
- 3 - SOPARELI - Sociedade Paranaense de Reflorestamento Ltda;
- 4 - Cia. Metropolitana de Automóveis;
- 5 - Cia. Moto-Agrícola Campo Real Ltda;
- 6 - SIRAMA - Participações, Administração e Transportes Ltda;
- 7 - Cia. de Cimento Itambé;
- 8 - Emílio B. Gomes & Filhos S/A

OUTRAS ATIVIDADES

Exerceu a Presidência do: Irati Esporte Clube; Clube do Comércio; Rotary Clube de Irati; Conselho Deliberativo do Irati Esporte Clube; Hospital São Vicente de Paulo; Liderou a construção do atual Clube do Comércio; Construiu com recursos próprios a arquibancada do Estádio Cel. Emílio Gomes.

Foi Inspetor de Quarteirão, em Água Quente (Distrito de Irati em Guamirim) na Subdelegacia de Bom Retiro; Preposto do Coletor Federal de Irati; Promotor substituto; Juiz de Paz.

A presente justificativa apresenta apenas alguns aspectos da brilhante vida e carreira deste paranaense que notabilizou-se por seu empenho e dedicação em todos os campos de atividade aos quais se dedicou.

Seu conceito profissional e reconhecimento prestígio o reconduziu à frente do Executivo de Irati, por vários mandatos, tendo ao final de cada mandato o reconhecimento da comunidade local, pelas realizações no campo da administração e no desenvolvimento social, econômico e cultural.

Por tudo que fez, nada mais justo do que lhe conceder esta singela homenagem, demonstrando todo apreço e carinho por tudo que realizou.

Pelo que, contamos com apoio dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI N° 326/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica implantado no Sistema Financeiro Estadual o Seguro Rural, através das seguintes modalidades de cobertura:

- a) seguro de custeio agrícola;
- b) seguro pecuário;
- c) seguro de bens, benfeitorias e produtos agropecuários;
- d) seguro de acidentes e de vida do

Curitiba, quarta, em 30.06.93

homem do campo, envolvido no processo de produção.

Art. 2° - O Seguro Rural objetiva o aumento da produção, da produtividade, o desenvolvimento tecnológico e a fixação do homem do campo, de forma a contribuir para com a estabilidade econômica, social e política do País.

Art. 3° - As classes de riscos cobertas pelo Seguro Rural compreendem incêndios, fenômenos meteorológicos adversos, pragas, e doenças incontroláveis e todos os demais tipos de sinistros rurais ocasionados por fatores externos.

§ 1° - No caso de seguro de custeio agrícola, o cálculo de custos de produção para a estipulação dos valores de riscos a serem pagos pelo segurado deverá necessariamente refletir uma estimativa real que inclua a valorização da mão-de-obra familiar na atividade.

§ 2° - O Seguro Rural garantirá:

I - a indenização de 100% do valor do bem segurado, desde que isto conste do contrato;

II - a indenização da área sinistrada, independente de área contínua ou remanescente não sinistrada, de forma a impedir, ademais o replantio.

III - a indenização das áreas de meeiros e parceiros consideradas, no caso, como unidade de produção próprias;

IV - a indenização do custo de produção das atividades agropecuárias, incluindo necessariamente a remuneração do produtor e, quando for o caso, da mão-de-obra familiar.

V - uma redução do prêmio a ser pago, ao assegurado que não tiver perdas, dentro da orientação do Seguro Rural de estimular o desenvolvimento tecnológico.

§ 3° - Cabe ao Poder Público, através de seus órgãos competentes, a fixação do cálculo do custo real do custo de produção das atividades agropecuárias inclusive a mão-de-obra familiar, respeitando as medidas regionais de produtividade, valores das diárias indenizadas, preços de mercado efetivamente pagos ao produtor e outras características regionais.

Art. 4° - O interessado poderá fazer o Seguro Rural com ou sem financiamento bancário.

Art. 5° - Competirá à Companhia de Seguros sob o controle acionário do Estado a promoção de ações necessárias de planejamento, regulamentação e implantação das operações do Seguro Rural, nos termos da presente lei e da Legislação Federal pertinente.

§ 1° - Constituir-se-á, no âmbito da

Companhia de Seguros sob o controle direto ou indireto do Estado, um Conselho Consultivo que proporá formas de atuação e cumprirá o papel de agente fiscalizador da política estadual do Seguro Rural.

§ 2º - A composição do Conselho Consultivo deverá contemplar obrigatoriamente a participação de representantes de entidades não governamentais ligadas ao setor.

§ 3º - Constituir-se-á, em cada município um Conselho Municipal de Seguro Rural, composto por representantes de todos os setores envolvidos, que terá como atribuição a arbitragem nos casos de disputas em relação à magnitude dos sinistros o qual colaborará na divulgação, implantação e controle do Seguro Rural na respectiva região.

Art. 6º - O Seguro Rural, através de normas complementares, definirá o caráter de obrigatoriedade para algumas atividades de custeio agrícola e de bens, benfeitorias e produtos agropecuários e também o caráter facultativo para as respectivas atividades, incluindo todas aquelas relacionadas ao seguro de custeio pecuário.

Parágrafo Único - A definição da obrigatoriedade ou não do Seguro Rural conforme as modalidades de cobertura e as linhas de atividades será atribuição da Companhia de Seguros mantida pelo Estado, ouvido o Conselho Consultivo.

Art. 7º - No prazo de 90 (noventa) dias a Companhia de Seguros deverá submeter à apreciação do Poder Executivo as "NORMAS OPERACIONAIS DO SEGURO RURAL", ouvidos o Conselho Consultivo e demais entidades interessadas.

Parágrafo Único - Todos os órgãos ou agências da administração direta ou indireta no Estado, bem como as entidades a eles vinculadas, poderão ser acionadas para a operacionalização do Seguro Rural, que entrará em vigor tão logo suas normas sejam aprovadas pelo Sistema Federal de Seguros.

Art. 8º - A implantação do Seguro Rural obterá sua sustentação financeira através do Fundo de Seguros que fica criado nos termos descritos neste artigo:

§ 1º - Os seguros de bens, direitos, créditos e serviços dos órgãos e entidades estaduais, da administração direta ou indireta, serão contratados com a Companhia, com o controle acionário do Estado ou de entidade da administração indireta do Estado, sem prejuízo da realização, por esta, de Co-Seguros com as congêneres.

§ 2º - Nos contratos de seguros a que se refere este artigo é proibida a intervenção de qualquer que seja a sua forma de corretores, administradores de seguros

e entidades outras, qualquer que seja seu tipo jurídico.

§ 3º - As importâncias correspondentes a todas as comissões de corretagem de seguros contratados, na forma do parágrafo deste artigo, serão recolhidos em conta especial denominada "FUNDO DE SEGURO RURAL", a ser mantida no Sistema Financeiro Estadual, que se destinará, especificamente, a garantir as despesas com planejamento, implantação e a operação do Seguro Rural, financiado ou subvencionando os respectivos prêmios, prioritariamente em favor dos pequenos e médios produtores.

Art. 9º - O Poder Executivo Estadual promoverá ações necessárias para que outras instituições do Sistema Nacional de Seguros Privado se integrem à política descrita nesta lei.

Art. 10 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(aa) OVÍDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

DR. ROSINHA

Apoio: Alceu Swarowski, Paulo Maia e Heinz Herwig.

JUSTIFICATIVA:

Diz a Constituição Federal no seu Artigo 187 "A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente: "Inciso V "o seguro agrícola". Diz também a Constituição Estadual em seu Artigo 154 "A política Agrícola Estadual planejada e executada, na forma da lei, com participação paritária e efetiva dos trabalhadores rurais, objetivando o desenvolvimento rural nos seus aspectos econômicos e sociais com racionalização de uso e preservação dos recursos naturais e ambientais, cabendo ao Estado: "... Inciso IV - "o estabelecimento de mecanismos de apoio:"...letra "b) a sistemas de Seguro Agrícola.

Considerando que o Setor Agrícola é a base de sustentação da economia de nosso país, apesar do avanço tecnológico e do crescimento da indústria de transformação, ainda são gritantes as precárias condições de vida e de trabalho que atingem grande parte da população rural. Assim, faz-se necessário que busquemos medidas que pela sua amplitude, aliando fatores de estímulos à produção, com o aperfeiçoamento de técnicas alternativas, viabilizem a estabilidade do homem na terra e provoquem uma crescente regularidade e eficiência na sua

atividade produtiva.

Entre os diversos objetivos, destacam-se a diminuição do risco de perda da produção agrícola, que estaria coberta por um Seguro abrangente, em contraposição à frágil cobertura promovida pelo PROAGRO (Programa de Garantia da Atividade Agropecuária), única análise, significa apenas a garantia do agente financeiro diante dos diversos imprevistos que se apresentam na atividade agrícola em nosso país.

"O Seguro Rural objetiva o aumento da produção, da produtividade, o desenvolvimento tecnológico e a fixação do homem do campo, de forma a contribuir para com a estabilidade econômica, social e política do país, diminuindo, indiscutivelmente o êxodo rural, algo extremamente preocupante que vem aumentando nas últimas décadas, ocasionando evidentemente, o inchaço nas periferias das médias e grandes cidades".

Cabe ressaltar também que o agricultor ao fazer uso do Seguro Rural, terá desenvolvido uma planificação mínima do seu processo de produção, contando inclusive com a previsão do que irá colher. A própria administração, quer a nível regional, quer a nível estadual, terá em suas mãos um instrumento muito mais efetivo sobre o que se planta e o que se colhe em nosso Estado.

É de extremo interesse que discutamos os diversos fatores que regulamentarão o funcionamento da presente proposta: a obrigatoriedade ou não do Seguro para determinados produtos; um estudo que respeite as particularidades de cada região prevendo assim uma maleabilidade nos critérios a serem adotados na sua aplicação; que estabeleça também o índice real do prêmio para que o projeto não se transforme apenas numa propaganda demagógica desse instrumento, resultando ônus financeiro para o nosso Estado.

É necessária a criação da Companhia de Seguros sob o controle direto ou indireto do Estado que terá como função básica entre outras, a promoção de ações necessárias de planejamento, regulamentação e implantação das operações do Seguro Rural, nos termos da presente lei e da Legislação Federal pertinente.

É importantíssimo a constituição em cada município de um Conselho Municipal de Seguro Rural com representantes de todos os envolvidos, para colaborarem na implantação e fiscalização no município e região.

Acreditamos na sensibilidade dos Senhores Senhores no sentido de bus-

Curitiba, quarta, em 30.06.93

as forças que se interessarem, quer entre os colegas parlamentares, nas diversas instâncias que deverão discutir e emitir seus pareceres a possíveis alterações ao Projeto, quer entre os diversos segmentos da sociedade que estão ligados à produção agropecuária, convidados a encaminhar seus pareceres.

PROJETO DE LEI N° 327/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a alterar o artigo 1° da Lei n° 7.047, de 21 de novembro de 1978 (Lei de Fixação do Efetivo da Polícia Militar do Estado), alterada pela Lei n° 9507, de 28 de dezembro de 1990, para passar a ter a seguinte redação:

"Art. 1° - O efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná é fixado em 20.085 (vinte mil e oitenta e cinco) policiais militares"

Art. 2° - O anexo 1, integrante da Lei n° 7047, de 21 de novembro de 1978, com alteração introduzida pela Lei n° 9507, de 28 de dezembro de 1990, passa a vigorar na forma do anexo 1, integrante desta Lei.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) NELSON JUSTUS

RESUMO DOS QUADROS DE OFICIAIS "ANEXO I"

POSTOS							
QUADROS	CEL	TC	MAJ	CAP	1°T	2°T	SOMA
QOPM	12	37	60	177	193	230	709
QOBM	2	5	8	18	40	50	123
QOPM							
Fem.	-	-	-	1	4	7	12
MÉDICOS	1	5	6	6	16	-	34
Q DEN-							
TISTAS	1	3	7	8	14	-	33
S VETE-							
RINÁRIOS	-	-	-	1	2	-	3
BIOQUÍ-							
MICOS	1	2	1	1	3	-	8

QUADROS	CEL	TC	MAJ	CAP	1°T	2°T	SOMA
E COMU- NICAÇÕES	-	-	-	-	1	2	3
QOA	-	-	-	13	25	74	112
Q Of Ex- TINÇÃO	-	1	1	1	-	-	3
TOTAL	17	53	83	227	300	364	1044

JUSTIFICATIVA:

Ressaltando-se o caráter autorizatório da iniciativa, a presente Proposição, possui o objetivo de aumentar o contingente efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná, criando uma vaga para o posto de Coronel no Quadro de Saúde da instituição, aos postulantes Bioquímicos.

A iniciativa vem contemplar e suprir a necessidade de adequação isonômica aos profissionais do Quadro de Saúde da Polícia Militar, pois todos possuem atividades iguais ou assemelhadas, com o mesmo fim, a promoção de saúde.

Nestas condições, pedimos o apoio dos nobres pares com assento nesta Casa de Leis, ao plano de lei que ora apresentamos, por se tratar de medida justa e necessária.

PROJETO DE LEI N° 328/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Deficientes Físicos de Ubatã - ADEFIU - com sede e foro no Município de Ubatã-Pr.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 30.06.93
(a) TOTI COLAÇO.

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Deficientes Físicos de Ubatã, é uma entidade sem fins lucrativos, criada em 07.07.87, tem por finalidade proporcionar às pessoas deficientes, sejam elas portadoras de defeitos e incapacidades físicas congênitas ou adquiridas, sem distinção de raça, cor, condição social, credo religioso ou político; no sentido de garantir sua integração na sociedade, são os objetivos genéricos. Os objetivos específicos estão discriminados no art. 2° do Estatuto da Associação.

Sua atividade é, portanto, das mais nobres, motivo pelo qual pedimos sua aprovação.

PROJETO DE LEI N° 329/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - A.P.M.I. com sede e foro no Município de Quinta do Sol - Pr.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 30.06.93
(a) TOTI COLAÇO.

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - A.P.M.I. - de Quinta do Sol, fundada em 03.08.75, é uma entidade sem fins lucrativos, e tem por finalidade a proteção e a assistência à maternidade e à infância em geral, velando pela saúde, o bem-estar e as necessidades da criança e da gestante, conforme preceitua o Art. 2° e suas alíneas, do Estatuto da entidade.

Suas atividades, portanto, é das mais nobres, motivo pelo qual pedimos sua aprovação.

PROJETO DE LEI N° 330/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica Declarada de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Terra Roxa, mantenedora da Escola Especial Pequeno Mundo, com sede à rua Parigot de Souza n° 467, no Município de Terra Roxa.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.06.93
(a) ARLINDO TROIAN.

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 30 de maio de 1988, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Terra Roxa, é uma entidade que tem atingido os objetivos para a qual foi criada. A APAE, mantém a Escola Especial Pequeno Mundo, que conta atualmente com 30 alunos matriculados dando atendimento na educação precoce, treinamento básico pré-escolar, e ainda presta atendimento de fisioterapia, fonoaudiologia e psicologia, e faz um trabalho de prevenção junto à Creche Dona Silvia Braga Alves. O atendimento prestado pela APAE, poderá ser melhor analisado no relatório das atividades anexas ao presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI N° 331/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica Declarada de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Amigos dos

Excepcionais - APAE, mantenedora da Escola Especial Ana Nery, com sede a Rua Mário Ribeiro Borges n° 2170, no Município de Cidade Gaúcha.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.06.93

(a) ARLINDO TROIAN.

JUSTIFICATIVA:

Fundada no dia 09 de fevereiro de 1981, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, do município de Cidade Gaúcha tem procurado desenvolver as atividades para a qual foi criada. Mantenedora da Escola Especial Ana Nery, a APAE tem procurado atender os portadores de deficiência física e mental, na faixa etária de 0 a 15 anos, e também acima desta faixa, tendo atualmente 60 alunos matriculados, dando atendimento social, psicológico, médico, fonoaudiológico, fisioterapia, educação física, estimulação precoce, pré-escolar I e II, educação escolar I e II, treinamento básico I e II e iniciação para o trabalho. O relatório anexo, demonstra o trabalho que a APAE tem prestado à comunidade de Cidade Gaúcha.

PROJETO DE LEI N° 332/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o Programa de Voluntariado Paranaense - PROVOPAR "Ação Social de Paranaíba" com sede e foro no Município de Paranaíba.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.06.93

(a) ARLINDO TROIAN.

JUSTIFICATIVA:

Fundado no ano de 1991, o Programa do Voluntariado Paranaense - PROVOPAR "Ação Social" do Município de Paranaíba, tem procurado desenvolver as finalidades para o qual foi criado, com a promoção de bazares, festas comunitárias, reuniões informativas encaminhamentos diversos, realizações de cursos profissionalizantes, participações de eventos da comunidade, promoções de eventos culturais e sociais, apoio técnico para entidades sociais e associações populares e assessoramento técnico e financeiro a grupos de produção, além de promoções de campanhas para angariar agasalhos e alimentos para distribuição às famílias carentes do município.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito Senhor De-

putado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É com muita honra que, usando o horário concedido, procederemos à leitura de um discurso proferido pelo Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, por ocasião da homenagem da AECIC - Associação dos Empresários da Cidade Industrial de Curitiba no último dia 23, quarta-feira passada:

"Dr. Francisco Cunha Pereira Filho"

Senhores, meus amigos.

Antes do meu sincero e comovido agradecimento por esta notável homenagem, permitam que aproveitando a minha presença neste auditório raro e qualificado pela competência e discernimento dos que compõem esta verdadeira assembléia da AECIC, possa fazer algumas considerações que me parecem oportunas e de razoável urgência.

Elementos reais vêm se acumulando para que nosso país prospere: crescimento recorde do PIB com taxa de 4,36%, a maior registrada no primeiro trimestre desde 1980, apontando para um resultado positivo em 1993. O IBGE constatou um crescimento de 5,8% no semestre de outubro de 1982 a março de 93.

Contamos com um Produto Interno Bruto de 790 bilhões de dólares e não apenas de 450 bilhões, conforme avaliação feita pelo novo critério do F.M.I.

Tivemos uma produção agrícola ascendente este ano, com uma safra de grãos notável e preços internacionais altamente compensatórios.

Possuímos reservas cambiais de 25 bilhões de dólares. Assistimos no último mês de maio a um recorde de produção de automóveis, com 129.069 unidades produzidas e no mês de junho o ritmo tem aumentado.

Uma retomada de investimentos de capital nacional e estrangeiro já é sentida em quase todas as atividades e autoridades financeiras nos informam que está equacionado o acordo da dívida externa com o Club de Paris e com os banqueiros privados.

Procurei trazer este elenco de fatos importantes e positivos para assinalar que com toda certeza um programa de austeridade, como promete o ministro Fernando Henrique Cardoso, nos levará a vencer a terrível situação que enfrentamos de mais de 30% de inflação ao mês e permitirá também eliminar os dolorosos bolsões de pobreza, com uma melhor distribuição de renda dentro de espírito social do presidente Itamar Franco, com a prometida criação estimulante de novos empregos.

São argumentos reais e positivos que nos permitem este tom de esperança e otimismo que desejo transmitir, neste momento

feliz, convencido como todos, estretanto, que só a união e o trabalho dos brasileiros, e não apenas do governo, permitirão os índices de prosperidade e paz social que tanto almejamos.

Feitas estas observações, que espero tenham o dom de elevar ainda mais ânimo deste grupo legítimo de heróis do trabalho, do dinamismo e da competência que são os membros desta vitoriosa Associação das Empresas da Cidade de Curitiba, quero agradecer a homenagem que profundamente me tocou.

O momento deste almoço no Graciosa Country Club é de emoção para mim.

Quando trabalhamos intensamente numa luta feroz de todo dia e de noite, quer no jornal, quer na televisão ou no rádio, não esquecendo que além da finalidade do lucro há o interesse maior da comunidade, e assistimos depois este trabalho reconhecido unanimemente por empresários destacados e vitoriosos de uma instituição como esta AECIC - que tem sido parcimoniosa e cautelosa mesmo em suas premiações anteriores - esta emoção cresce e quase nos sufoca. Lembramo-nos então dos que conosco colaboraram e colaboram, principalmente nossa família e nossos auxiliares, que hoje são quase 2.000 mil no Paraná todo e com quem desejamos compartilhar este expressivo galardão.

Estejam certos, senhores da AECIC, que este prêmio distribuído anualmente é um forte estímulo e um competente balizador para todos, norteando-nos a fim de que nossas ações sejam melhores e mais eficientes, pois, o presidente, diretores, conselheiros e empresários da Cidade Industrial de Curitiba, aí estão atentos, cobrando-nos com suas críticas quando erramos ou não somos competentes, mas premiando com plena independência, liberdade, e com generosidade até, quando vislumbram algum resultado positivo em nosso trabalho.

Mais uma vez, pois, digo obrigado pela generosidade do prêmio Personalidade AECIC 1992 - concedido por uma unanimidade que muito me honrou e comoveu.

Muito obrigado.

Mas, senhores, não posso deixar de aproveitar mais um pouco esta rara oportunidade de ser ouvido por líderes expressivos como os que se reúnem hoje aqui nesta solenidade.

Após campanhas árduas em que estivemos empenhados e vejo aqui expressivos companheiros de lutas, como conservação do solo, apoio total à exploração de xisto de São Mateus, alfabetização, ampliação da Biblioteca Pública já autorizada, construção do Centro de Convenções, instalação do Centro de Tecnologia Metal-Mecânica no acordo Brasil e Japão, criação de um pólo

avanzado de informática transformado hoje no CITPAR, construção da 2.^a linha de estrada de ferro Curitiba-Paranaguá ainda não vitoriosa mas fundamental, reparação dos danos causados por alagamentos para construção de hidrelétricas, presença de paranaenses nas grandes decisões nacionais, inteligência, integridade e cultura de nossa terra aproveitados nos Tribunais Superiores do País, nos empenhamos mais agora como veículo de comunicação social em novas lutas, que consideramos graves, urgentes e de suma importância: o combate à idéia esdrúxula do separatismo; a batalha que iniciamos há mais de três anos, imensurável e difícil contra a miséria; e uma campanha de estímulo à criação de mais de novos empregos, nos moldes aliás que já fizeram exemplarmente os dinâmicos empresários da Cidade Industrial que precisa entretanto ser imitada e ampliada.

Após o episódio do fracassado projeto do Estado do Iguazu, quando maus brasileiros ou inocentes úteis queriam dividir o Paraná e Santa Catarina, transformando nossos pujantes territórios em dois estados inviáveis por todas as razões, tomando-nos áreas fertilíssimas, roubando nossas fronteiras com o Paraguai e Argentina, tirando-nos o Rio Paraná e Iguazu em grande parte de sua extensão, privando-nos ainda das Cataratas do Iguazu e da monumental ITAIPU, assistimos entristecidos, recentemente a quase demência de tentativa da volta ao tema vencido e mais recente ainda a idéia profundamente impatriótica e repugnante do separatismo afastando o Sul do resto do País.

O milagre brasileiro, o milagre deste país continente, é exatamente a sua unidade. Desde a descoberta em 1.500 até os dias atuais, a luta de nossos antepassados foi pela unidade territorial, unidade cultural, de língua, de sentimento e de amor à Pátria comum e não pode agora ser vencida por falsos líderes, figuras inespressivas, data vênias dos que pensam em contrário, verdadeiros pigmeus da nacionalidade. Nós, brasileiros do Sul, já fizemos integrar em nosso patrimônio pessoal o dinamismo e patriotismo de São Paulo, os encantos, a prodigiosa natureza e a criatividade do Rio de Janeiro, com o petróleo da Bacia de Campos e as usinas de Angra dos Reis, a riqueza do Rio São Francisco e suas hidrelétricas e o sucesso da irrigação no Nordeste, a nossa moderna capital Brasília, o Pantanal, a pujante riqueza da exuberante Amazônia. Não podemos admitir que idéias absurdas, e criminosas até, pretendam nos privar deste patrimônio que herdamos de nossos antepassados, e temos o dever de defender e transmitir íntegro a nossos filhos, netos e gerações futuras. A vigilância permanente e a repulsa a estes

movimentos são atos de mais puro patriotismo.

A verdadeira cidadania nos fez compreender que aqui no Sul o nosso patrimônio inclui toda a fabulosa parcela do Sudeste, Centroeste, Norte e Nordeste. Naquelas regiões, nossos irmãos de todo o Brasil também se inflamam quando ouvem a alucinada campanha divisionista e também defendem com o mesmo ardor o sentimento de cidadania que lhes faz incorporar como patrimônio seus todas as riquezas do Sul, como a poderosa industrialização de São Paulo, a fertilidade das ubérrimas terras roxas e vermelhas paranaenses, o espírito industrial e progressista de Santa Catarina e o patriotismo, trabalho e tradição de nossos irmãos do Rio Grande do Sul.

Mais uma vez repetimos: essas idéias separatistas são ervas daninhas que não podemos deixar vicejar, pois contêm um profundo princípio mau e destruidor, que pode causar danos irreparáveis no futuro, levando até irmãos contra irmãos em uma guerra terrível e fratricida, como as que assistimos em países ditos civilizados do primeiro mundo.

Estejamos pois alertas e vigilantes contra aqueles que não têm vínculos com o passado e menos ainda com o futuro e procuram trazer argumentos solertes e perigosos, que podem atingir em cheio nossas profundas raízes de unidade nacional. É dever herdado de nossos antepassados heróicos manter intacto o gigantesco e notável território continental que recebemos.

Felizmente a Constituição Federal não permite e pune mesmo movimentos separatistas como atos criminosos, mas é indispensável que todos estejam atentos e vigilantes para que nenhuma manobra insidiosa possa vir dividir este território gigantesco, riquíssimo e que é nosso.

Examinemos agora a luta contra a miséria. É impossível que qualquer um de nós tenha tranqüilidade neste farto almoço ou em qualquer outra refeição do nosso dia-a-dia sabendo que muito próximo há um semelhante na miséria, passando fome total, doença, frio e desemprego. O coração mais insensível se dobra e chora ao ver o drama da miséria e da fome. Velhos sem trabalho ou aposentadoria, com frio, fome e doença se constituem em espetáculo doloroso; e criança abandonada, sem roupa e com fome e frio, é um espetáculo tão ou mais doloroso quanto o de um jovem desesperado ou de um chefe de família desesperado e também sem emprego. E estes fatos cotidianos se constituem atualmente no drama mais terrível de nossa geração. A pobreza ainda é suportável, é uma condição perversa da vida humana, mas não é fatal.

Porém a miséria é uma maldade contra a

natureza humana, ou como dizia D. Hélder Câmara, com toda propriedade: "Sob um ponto de vista cristão, a miséria é uma grave ofensa contra o Criador..." E o Arcebispo de Olinda e Recife já afirmava, também com vigor: "É necessário que todos, mas TODOS, com letras maiúsculas se empenhem contra a miséria". E acrescentava ele: "Se todos os homens, mulheres, soldados, religiosos, governos, cada habitante de rua, do quarteirão ou praça conseguirem matar a fome de um semelhante, a imagem lúgubre da miséria estará enterrada até o ano 2.000."

Já na década de 80, a Gazeta do Povo e a Rede Paranaense de Televisão iniciaram campanha mobilizando os empresários para que, num esforço por reduzir a pobreza, abrissem em suas empresas apenas mais uma vaga, dando emprego assim a pelo menos mais um desempregado.

Há mais de dois anos, diante do índice assustador do crescimento da miséria, a sociedade paranaense também se mobilizou através de alerta da Gazeta do Povo, criando-se naquele momento o primeiro comitê contra a fome no Brasil.

É uma visão, é um projeto generoso que já começou a se transformar em realidade, graças também ao trabalho do sociólogo Herbert de Souza - Betinho, coordenador do Programa Nacional Contra a Fome - numa ação de cidadania contra a miséria e pela vida. É uma preocupação também agora do presidente da República que acabou de criar o Conselho de Segurança Alimentar - COSEA - integrado por cinco ministros, além das autoridades estaduais e municipais.

Mas, senhores, aqui em Curitiba repetindo, há mais de dois anos se faz uma distribuição exemplar de alimentos e de um sopão aos famintos, por iniciativa corajosa de um grupo que se reuniu na Federação do Comércio em maio de 1991, com a presença de líderes sociais do Paraná, religiosos de diversas igrejas, autoridades e representantes de instituições diversas, atendendo a convocação da Gazeta do Povo e com o apoio decidido do Presidente da Federação do Comércio do Paraná, Rubens Brustolin, e mais tarde também da Prefeitura e governo do Estado.

Entretanto há ainda muita fome, há muita miséria, há muito desemprego. É preciso que voltemos muitas vezes ao tema para atingir todas as classes e principalmente parte de nossas elites que, não raras vezes alienada, não se apercebeu ainda da gravidade do fato.

Parece oportuno fazer um apelo para que todos passemos a meditar seriamente sobre o grave tema. Para que levamos a todas as classes, principalmente às mais ricas e as mais poderosas a idéia de que: "A Miséria Tem Que Ser Considerada Um Escân-

dalo", e a salvação é a parceria compenetrada de toda a comunidade num gigantesco esforço.

Acreditando no empenho e trabalho de todos, imagino que o Paraná poderá ser um dos primeiros estados a entrar no ano 2.000, na passagem do terceiro milênio, vendo vencida em nossa terra esta dolorosa e perversa realidade cruel, que já é um escândalo nacional.

Terminaria tentando profetizar que na virada do milênio, quando muita coisa estranha e milagrosa pode acontecer, se todos trabalharmos juntos e empolgados, poderemos ver o Brasil como o país de progresso e de paz; sem divisionismo, sem desemprego e sem o terrível e doloroso escândalo da miséria.

São idéias que, sem qualquer outra pretensão, quis passar à meditação de todos, aproveitando esta rara oportunidade, quando vejo aqui presentes quase todos os companheiros de grandes jornadas e de grandes vitórias anteriores.

Finalmente, feliz e honrado com o prêmio ora recebido, mais uma vez, o meu muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, uma vez mais digo que esse discurso foi proferido pelo grande paranaense, Dr. Francisco Cunha Pereira.

(Usa o Horário da Liderança do PP)

Concedo aparte ao Deputado Luiz Carlos Martins.

O Sr. Luiz Carlos Martins - Eu quero parabenizá-lo por essa ocasião em que traz à tribuna do Paraná, à tribuna da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná esse discurso proferido pelo Dr. Francisco Cunha Pereira, Diretor Presidente da Gazeta do Povo e da Rede Paranaense de Televisão.

Foi uma justa homenagem ao Dr. Francisco que sempre e atento, vem através dos meios de comunicação que representa, fazer um chamamento a todos nós para a questão da miséria que é galopante nesse País, e acima disso, tem demonstrado, no silêncio, a sua contribuição. É preciso que todos nós saibamos que acima da campanha que ele faz, através dos meios de comunicação concretiza através dos seus gestos, levando a uma parte dessa legião de miseráveis a sua contribuição.

Portanto, Deputado Geraldo Cartário V.Exa está de parabéns, e a Assembleia Legislativa do Paraná também, porque nesse instante faz referência a um grande paranaense, a um grande homem das comunicações.

Parabéns, Deputado.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Agradeço ao Deputado Luiz Carlos Martins e me associo às palavras em homenagem ao Dr. Francisco. Obrigado!

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Pela Ordem) -

Gostaríamos de registrar a presença neste Plenário do vice-Prefeito de Paranguá Dr. Massani Takaiana e do Comandante dos Portos do Estado do Paraná, Capitão de Mar e Guerra Nelson Martinelli.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência soma-se a V.Exa. e dá outras boas-vindas aos ilustres visitantes. Registramos, também, a presença da Radialista Rosemary Paks, da cidade de Ponta Grossa, idealizadora da "Noite das Personalidades", que aqui se encontra para convidar os Senhores Deputados para participarem dessa festa.

Registro, também, com satisfação a presença, na galeria de honra dessa Assembleia do ex-Deputado Gernote Kirinus, bem como, do Senhor Carlos Alberto Rosário, da Associação Brasileira de Centrais de Abastecimento, igualmente do ex-Deputado Aluísio Paraguaçu, bem como, do Senhor Mário Córdor, Presidente da Associação dos Usuários do CEASA. Registramos, também, com satisfação a presença do Senhor Rubens Brustolin, da Federação do Comércio.

No Grande Expediente, com a palavra, o Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, nobres colegas Deputados.

Venho a esta Tribuna trazer um assunto que considero ser motivo de solução da providência da administração da Casa, mas não posso calar-me durante um período tão logo porque esta Casa vem sendo consequentemente os Senhores Deputados permanentemente lembrados nas manchetes da nossa imprensa de que os salários, a remuneração que nós recebemos são escandalosas, inclusive numa consideração do Senhor Governador.

Vou registrar aqui o que penso acerca do assunto e deixar registrado nos Anais da Casa especialmente motivado pelo discurso do Deputado Jone Verisco, representante do Oeste do Paraná, feito da tribuna da Câmara Federal, dizendo, dentre outras coisas, que os Deputados Estaduais, especialmente os do Paraná, recebem salários superiores aos dos Deputados Federais.

Acho da maior importância o discurso do Deputado Varisco, mas sem oportunidade porque a ele e aos congressistas competem a solução do problema.

Senhor Presidente, historicamente em algumas dezenas de anos, antes da Constituição de 88, as Assembleias Estaduais vinham pagando aos Deputados Estaduais 2/3 do que ganhavam os Deputados Federais. A Constituição de 88 eliminou os 2/3, criou uma lacuna, não ficou claro. A constitui-

ção de 88 diz que as Assembléias Estaduais estabelecem numa legislatura para entrar em vigência na subseqüente, a remuneração dos seus parlamentares. Daí, foi esta torre de babel que cada Assembléia estabeleceu os seus critérios e deram margem para que, realmente, os Deputados Estaduais fossem assunto de matéria de toda a imprensa. Em virtude disso, quero crer, em março o Congresso Nacional, ou melhor, as Mesas da Câmara e do Senado, por iniciativa do ilustre Senador do Rio de Janeiro, Senador Nelson Carneiro, votaram, promulgaram Emenda Constitucional n° 01, em março de 92, dizendo que as Assembléias Legislativas podiam pagar até 75% da remuneração em espécie que recebiam os Deputados Federais, mas, ainda, esta mesma emenda, além de alterar os valores das câmaras municipais, que era o limite de 4%, a emenda passou para 5%, ainda manteve a determinação da Constituição de 88 de que a legislatura atual estabeleceria valores para a subseqüente.

Senhor Presidente, esta emenda ficou pior do que o soneto. Tudo continua da mesma forma. Não há um entendimento nacional no sentido de que as Assembléias todas falem a mesma língua, tenham o mesmo entendimento sobre o assunto e nem se fala então das Câmaras Municipais, pois bem temos algumas informações pela imprensa que nas Câmaras Municipais do Paraná, determinados vereadores devolveram parte do seu subsídio, por entenderem serem mais altos do que deviam e municípios criados recentemente no Paraná que pagam a seus vereadores cerca de cem milhões de cruzeiros.

Mas não ficou aí, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Lei Complementar 8.448 de julho/92 do Congresso Nacional deu isonomia, a famosa isonomia constitucional a nível federal dos Deputados Federais aos Ministros dos Tribunais Federais e o que aconteceu? Alguns Estados da Federação acompanharam a orientação dessa Lei Complementar 8.448 e nesses Estados estabeleceram valores para a folha de pagamento de seus quadros de funcionários, que assustam, porque a isonomia é de cima para baixo. A partir do momento que se equiparou salário de Deputado Federal com Ministro de Tribunal e não fica aí em função da vinculação que tem magistratura/ministério público, delegado de polícia, procurador, assistente jurídico, defensores públicos e depois há sem dúvida alguma dos cargos da Polícia Militar do Estado e aí estende-se às principais carreiras e o que acontece, não só o aumento das folhas que se verifica agora naqueles Estados, como também a repercussão na folha dos inativos e o que mais assusta e não podia haver outra decorrência, senão o Poder Judiciário do Paraná buscar

da mesma forma aqui no Paraná esta mesma isonomia que culminou com esta Assembléia votando Mensagem do Sr. Governador do Estado, cujos valores ficaram muito aquém daqueles pretendidos pelo Poder Judiciário.

Mas, durante, Sr. Presidente, Srs. Deputados toda esta campanha não se ouviu, pelo menos não me lembro ter visto, nenhuma palavra do deputado estadual, do deputado federal do político afinal, que não vem a esta Casa estimulado pelo alto salário, aqui vêm para esta Casa políticos militantes, aqueles que têm vocação política; da representação popular, da representação de seus conterrâneos, dos seus amigos e aqui serem dignos na construção do seu país, do seu estado, é isso que nos traz e nos move a ingressarmos na carreira política nesta Casa ou em outros cargos eletivos. Temos os maiores exemplos de que homens honrados que passaram por aqui, deixando suas propriedades, seus escritórios de advocacia, seus hospitais, e saíram desta Casa, anos depois, com vida modesta, deixando muitas vezes seus imóveis no interior e tendo dificuldades enormes, que se estenderam a seus familiares.

Aqui, Senhores Deputados, quem conhece sabe, aqui não é uma fonte de renda. Quem vem aqui, vem estimulado por isto: este sentimento de civismo, de amor a Pátria, amor ao seu Estado.

Pois bem, Senhor Presidente, no episódio da tramitação, nesta Casa, do projeto que resultou na Lei de Isonomia, logo depois da votação, as manifestações contrárias aos valores estabelecidos pelo Senhor Governador, foi dado ciência, o Governador do Estado falou na televisão, para a imprensa de que os juizes, ao invés de promoverem greves, deveriam ajudá-lo no combate aos salários imorais dos Senhores Deputados. O Senhor Governador me surpreendeu, porque ele enviou Mensagem a esta Casa incluindo os Deputados em relação à magistratura, e depois ele mesmo retirou. E não pode chamar de imoral, se nós recebemos aquilo que a lei manda que se pague.

O Deputado Varisco fez publicar o contra-cheque que recebe da Câmara Federal. Não é nenhuma novidade. Nós divulgamos e distribuimos para as Câmaras Municipais, mensalmente, a remuneração dos nossos Parlamentares! Isso é documento público. O que precisa é o Deputado Jone Varisco e o Senador Nelson Carneiro e outros mais se sensibilizarem por este assunto, que é grave, que aborrece e que é constrangedor. Precisam, agora, na oportunidade da revisão constitucional, deixar as coisas claras.

Por que não retroagirmos? Por que não voltarmos a estabelecer os 2/3 do que ganha um Deputado Federal, a qualquer títu-

lo? Por que não? Se a mesma Constituição Federal e a Emenda Constitucional n° 1 não proibem, ao contrário, mantém a Emenda e dispositivo que fala a Constituição de 88?

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados eu reconheço que é assunto da área administrativa. Não sei se já trouxe esta matéria à tribuna, anteriormente, mas não posso me calar! Estou aqui há muitos anos e o que eu recebo, aqui, é até tão indigno quanto o do Deputado Evaristo! Nós, aqui, recebemos valores pagos pela Mesa Executiva, que se orienta, por certo, na lei. Nada mais além disso.

Agora, está tudo certo nas casas legislativas? Acho que não! Acho que não. O Poder Legislativo tem dado mostras de que sua administração interna é a pior do mundo. Não se administra nada pior no mundo, no Brasil, do que as casas legislativas.

Mas, a nossa remuneração, quero repetir, existe em função da lei; acho até que a Mesa Executiva, se assim entender, tomar algumas providências no sentido de que a Assembléia passe a ter despesas menores: enxugar a máquina administrativa, reduzir despesas da forma que entender. Eu fui Secretário desta Casa dois anos, conheço também como todos senhores, é um outro aspecto, e que eu venho aqui é dizer que encaminharei ao Deputado Jone Varisco cópia deste modesto pronunciamento para dizer da oportunidade de ele agora, quando vai se reexaminar a Constituição Federal, para deixar muito bem claro essa questão da nossa remuneração, que como eu disse: aborrece e é constrangedor.

O Deputado que pediu o aparte.

O Sr. Nereu Moura - Agradeço o aparte, nobre Deputado Basílio Zanusso. Gostaria de dizer a Vossa Excelência que admiro muito o seu trabalho. Eu que sou um calouro aqui neste Parlamento sempre admirei, mesmo não sendo do seu partido político, o trabalho honrado que Vossa Excelência faz em favor da população que sempre o elegeu e que sempre o trouxe para este Parlamento.

Nobre Deputado Basílio Zanusso, eu que sou da mesma região do Deputado Jone Varisco, com quem dobrei em alguns Municípios para Deputado Federal, inicialmente achei que não era necessário se pronunciar sobre as questões levantadas pelo Deputado Federal Jone Varisco, esperando até que Parlamentares como Vossa Excelência com tantos anos aqui dentro deste Parlamento, e outros Deputados mais antigos erguessem a sua voz na defesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. E hoje assisto com satisfação Vossa Excelência fazendo uma relação de defesa deste Parlamento e dizendo que encaminhará algumas observações ao Deputado Jone Varisco.

Contudo, Deputado Basílio Zanusso, o Deputado Jone Varisco é na verdade um irresponsável, procura com esta questão dos salários dos Deputados Estaduais fazer demagogia política, procura na verdade, Deputado, ficar numa posição de simpatia perante a opinião pública, e com isso nem só desmoralizando os Deputados Estaduais do Paraná, porque para mim não serviu a carapuça, mas acima de tudo nobre Deputado busca o infeliz Deputado Jone Varisco desmoralizar a instituição da Assembléia Legislativa do Paraná.

É por isso que eu parabenizo Vossa Excelência, porque não é possível permitir, e eu inclusive com a minha juventude acreditei que ajudando eleger o Deputado Jone Varisco nós teríamos lá em Brasília um agricultor na defesa dos interesses da agricultura do Paraná; mas lamentavelmente não vimos nada que viesse neste sentido.

Aliás, muito pelo contrário, apenas temos observado uma ação reprovável sobre todos os aspectos, nada de obras, nada de benefícios, o Paraná viu na ação deste Parlamentar.

E como dizia o Deputado Estadual Luiz Henrique Bona Turra, os Parlamentares não devem ter vergonha dos salários justos que recebem, devem ter vergonha aqueles que intermediam verbas ganhando comissões, aqueles que assacam o dinheiro público, aqueles que não defendem o dinheiro público com honradez e honestidade, estes sim devem ter vergonha de serem Deputados ou de exercerem outra função pública.

Por isso eu quero parabenizá-lo e gostaria que outros parlamentares desta Casa, mais antigos, que aqui vêm pela vontade da população defender os interesses deste Estado, também erguessem a sua voz, não se acovardassem na defesa dos interesses do Paraná e das instituições, e, sobretudo, desta Assembléia que é perene e que deve ser resguardada.

Por isso meus parabéns e mais uma vez admiro a sua atitude.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Muito obrigado Deputado Nereu.

O Deputado Joni Varisco e faço referência a ele em função das notícias recentes nos jornais e vou pedir-lhe que faça discursos lá na sua casa e altere e procure alterar as Leis que são de competência da sua casa, da Câmara Federal, ambiente de lobby que, lamentavelmente, nunca se viu, o que se fez nessa Constituição em função da presença de lobbistas, que é inegável!

Ele será muito mais útil ao país se lá, ele e seus colegas, fizeram uma legislação clara, concreta, porque nós não estamos aqui para sermos todo dia lembrados

achincalhados como se fôssemos aqui malandros. Aqui não se intermedia verba de ninguém, de coisa alguma a exemplo, lamentavelmente, do que se tem visto em outras áreas do Poder Público. Aqui somos pessoas que chegam cedo, trabalham em sessões diárias com exceção de sextas-feiras, muitos dos que estão aqui são conhecidos há longos anos, várias legislaturas e não podemos admitir que qualquer cidadão, que qualquer indivíduo e a todo dia, fique a nos agredir sem qualquer resposta.

O Sr. Ernani Pudell - V.Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Agradeço o aparte de V.Exa.

É bom lembrar que o Deputado Joni Varisco ficou conhecido pelo "milagre da multiplicação dos votos" no computador. É um Deputado, nós sabemos, de "release", a sua atuação se dá apenas em cima de materiais distribuídos à imprensa. A informação que temos do Congresso Nacional é que a atuação desse Deputado do Paraná é absolutamente nula, desconhecida e não tem, portanto, qualquer atuação. Tivemos conhecimento que lutava, por exemplo, dentro da comissão de Agricultura do Congresso Nacional contra a regulamentação da política de reforma agrária do país e mais do que isso, se insurgia até mesmo contra um dispositivo e um Projeto de Lei do Deputado Tonelli que previa a expropriação de áreas onde houvesse plantio de tóxicos.

Quer dizer, até isso o Deputado admitia. Quer dizer, era defensor intransigente até mesmo dos plantadores de droga neste país. Foi um Deputado que votou contra, por exemplo, reajuste do Salário Mínimo para o trabalhador do país. E eu tenho muita clareza, eu até nem me preocupo com a manifestação do Deputado Joni Varisco porque quem é lá da Região de Cascavel sabe que ele não goza de prestígio algum na cidade, e nem na Região. A sua atuação parlamentar foi muito fraca, o seu futuro político está comprometido e eu tomei essa manifestação do Deputado Joni Varisco como um ato de desespero, de quem tenta ocupar algum espaço na mídia questionando os vencimentos dos Deputados Estaduais. E nós do PT podemos falar porque temos sido muito críticos em relação a esta questão, não é a primeira vez que nós cobramos uma mudança de comportamento do Poder Legislativo do Paraná, um desapego maior em relação aos seus privilégios até mesmo para que oportunistas deste tipo, pessoas desqualificadas não venham fazer um carnaval, fazer bandeira de luta em cima das questões internas do Poder Legislativo. Eu acho que o Poder Legislativo, infelizmente, deve ainda o Paraná, à sociedade, uma postura mais desapegada aos seus privilégios, às

suas questões próprias. Não se tira o mérito dessa crítica.

O que dói na gente, realmente, é a hipocrisia de ver um cidadão absolutamente desqualificado, um político que entrou pela porta dos fundos pelo seu mandato, que não tem atuação nenhuma em favor da sociedade, que está lá para defender interesses de latifundiário, está com uma postura conservadora, quer dizer, um Deputado que inclusive compromete a imagem do nosso município de Cascavel. A sua representação compromete a nossa imagem. É um Deputado que faz discurso da boca para fora, não pesa as palavras que diz, inclusive tem sido chamado à atenção pelos seus próprios companheiros que fizeram dobradinha na última eleição e agora estão chamando de irresponsável. Eu acho que o PMDB deveria ter mais cuidado na próxima, quando for compor a sua chapa de candidatos, porque senão, o PMDB que é um partido que tem muita força na nossa região, tem uma máquina partidária invejável, uma quantidade muito grande de prefeitos, a máquina do governo do Estado a seu favor acaba elegendo um cidadão desqualificado dessa natureza. Eu quero fazer um apelo aqui ao ilustre Secretário Geral do PMDB do Paraná, para que haja um critério melhor na hora da composição das chapas do partido, porque efetivamente esse cidadão compromete a imagem que o PMDB vem construindo ao longo de muitos anos na história política desse país.

Eu queria fazer esse registro e quero dizer mais. O Poder Legislativo, e eu tenho percebido isso, por parte da Mesa Executiva dessa Assembléia, está preocupada em encontrar um caminho que não coloque em dúvida mais, do ponto de vista jurídico e do ponto de vista político e ético, a questão da remuneração dos Deputados do Paraná. Eu defendi na tribuna, a Bancada do PT defendeu com intransigência, argumentamos de que os Deputados não poderiam ser excluídos da isonomia geral que propunha o governo do Estado, porque seríamos nós, vítimas desta posição e aí está agora a se confirmar as profecias que nós fizemos e o Governador do Estado que foi o responsável, retirando os Deputados Estaduais da isonomia, quer dizer, ele manda uma mensagem para no dia seguinte, atacar a posição dos Deputados que estavam sendo excluídos da isonomia.

Quer dizer, começa a hipocrisia pelo próprio Governador do Estado, e agora, nos dói muito ver esse tipo de cidadão desqualificado para a vida pública, irresponsável, picareta, agora fazendo um carnaval em cima dos Deputados Estaduais do Paraná. Agora fica isso como lição para nós. Temos que agir com desapego, com muita lucidez, com muito sentido ético na questão da de-

finalização das nossas vantagens, para que nós, exatamente não sejamos mais achincalhados por gente dessa espécie.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Deputado Pudell, V.Exa. que tem se pronunciado acerca do assunto e conhecendo também o comportamento da Bancada do PT em relação a isso, ela não diverge nem um pouco do que nós pensamos também.

Recentemente nós estivemos em Brasília, liderados pelo Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Pessuti e também pelo Deputado Colaço, numa reunião, buscando lá informação, discussão acerca desse assunto que nos aborrece...

O SR. HENRIQUE BONA TURRA - V.Exa. concede um aparte, Deputado Basílio Zanusso?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - V.Exa. passa a falar no horário do Partido da Frente Liberal.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Pronunciamento ilegível).

O SR. ALGACI TÚLIO - V.Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Queria também acrescentar ao seu pronunciamento ainda, e lembrar esta Casa e o Estado do Paraná, que este cidadão, Jone Varisco, foi um dos principais articuladores no Congresso para que fosse aprovado o projeto de lei que visava a divisão do Paraná. E nós, quando lá estivemos numa Comissão de Parlamentares, chegamos até a ter que enfrentar este cidadão porque ele vivia com sua truculência e chegou a dizer que lá no Congresso estavam Parlamentares do Paraná representando a elite curitibana, a elite paranaense, que não queria o progresso no País, não permitindo a divisão e criação do Estado do Iguazu.

Então admito realmente que não disse o porquê de estar em Brasília, naquilo que diz respeito a atual defesa do Estado; deveria estar defendendo o Paraná, não dividindo.

Quero também incluir em seu pronunciamento esta posição e lembrar esta Casa de que este cidadão, ao lado do outro Parlamentar que infelizmente usa a sigla de nosso partido, o PDT, foram os dois principais articuladores, a nível nacional, para que fosse aprovado o projeto de lei que criava o Estado do Iguazu.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Obrigado, Deputado Algaci Túlio.

Esta Casa acompanhou inclusive com atenção o trabalho de V.Exa. e de outros tantos Parlamentares, quando foram a Brasília trabalhar para que o Paraná se mantivesse único.

Para concluir, concedo a palavra ao Deputado Bona Turra.

O Sr. Luiz Henrique Bona Turra - Obrigado.

Deputado Basílio Zanusso, a questão que Vossa Excelência traz merece ser tratada sob duas perspectivas distintas, quanto ao mérito das colocações feitas pelo Deputado Federal Jone Varisco.

Ele fala não apenas da alta remuneração dos parlamentares, como também diz do uso irregular de verbas locadas no gabinete de cada um dos Parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Creio que a população não rejeita, nem rejeitaria garantir, ao Presidente da República, Presidência oficial, bem como todos os meios de exercício do mandato presidencial. Creio também que seria equívoco imaginar que a população ao menos os extratos mais conscientes da população, façam a rejeição pura e simples de remuneração condigna e até quando comparada com o salário mínimo excessiva dos Parlamentares, desde que os mandatários populares exercessem com dignidade o mandato.

Na verdade, o que o Deputado Jone Varisco faz é explorar um sentimento vigente no seio da sociedade, que não só condena a remuneração alta dos parlamentares, como inclusive atribui aos Parlamentares e atividade política todos os problemas vividos pelo País.

Em recente pesquisa de opinião publicada pela Rede Globo, quando questionada sobre quais as causas dos altos juros, não posso me esquecer que cerca de 70% dos consultados atribuíram aos políticos os altos juros vigentes no País.

Apenas 2% entendiam que os altos juros decorriam dos interesses atuantes no setor.

Este o pensamento que existe no seio da comunidade.

Quanto ao mérito, o Deputado Federal Jone Varisco explora contradições que existem no seio do Parlamento Estadual, e o faz do modo mais atrasado possível, porque na verdade ele, como mandatário popular, deveria esclarecer o que efetivamente está em jogo, como por exemplo do que decorrem os altos juros praticados no País, qual a sua manifestação sobre isto, ao que sei mantêm altos débitos no Banco BAMERINDUS. E depois de ter qualificado o banqueiro Senador José Eduardo como inimigo público nº 01 do Estado do Paraná e do País, em seguida nada disse sobre a política do Senador banqueiro em relação ao trigo, em relação ao algodão, e deveria ter dito, porque representa uma região eminentemente agrícola.

Portanto, Deputado Basílio Zanusso, me parece que o Deputado Federal Jone Varisco trabalha com os dois pesos e duas medidas.

Quanto ao mérito, a justiça, no que diz respeito é preciso disciplinar esta matéria.

A Mesa da Assembléia, ao que sei, tem encaminhado medidas de que nós possamos separar a remuneração parlamentar dos outros recursos lotados nos gabinetes. Essa é tarefa essencial para que possamos disciplinar a matéria. No entanto, é preciso também ver de quem partem as denúncias. O Deputado Jone Varisco não tem autoridade.

Quando recentemente, há 10 dias estávamos debatendo na Assembléia Legislativa, e por unanimidade dos seus membros deliberamos contrariamente a privatização da ULTRAFERTIL tratando dessa matéria no Oeste do Estado em reunião havida na Cidade de Marechal Cândido Rondon este mesmo senhor Parlamentar, que deveria representar os interesses do Oeste do Paraná e da agricultura do Paraná, entendeu que divergia do ponto de vista da Assembléia aquilo que proferíamos naquele debate de Marechal Cândido Rondon porque entendia ele, a ULTRAFERTIL não deveria ser privatizada na forma de leilão. Antes deveria ser doada, segundo ele.

Portanto, veja bem Deputado Basílio, esse Senhor que condena a suposta e verdadeira alta remuneração dos parlamentares é o mesmo que entende que no processo de privatização o empreguismo, a sub-avaliação nas empresas oficiais não tem nenhum sentido, quando ele deveria se pronunciar sobre as matérias, como da dívida externa brasileira que afetam a fundo os interesses da nacionalidade se pronunciar sobre os golpes desferidos contra a agricultura; pronunciar-se sobre a roubalheira que significa esse conjunto de empréstimos como aquele que pretendia pela Oderbrecht e contratada pela Andrade Gutierrez nada diz, quando nós sabemos, Deputado Basílio, em recente visita à primeira Delegacia da Receita do Estado do Paraná por crime de ação fiscal, uma empresa apenas do Estado do Paraná numa ação apenas, estava respondendo por crime de sonegação fiscal suficiente para garantir a remuneração de 54 Deputados durante um ano.

Portanto, Deputado Basílio Zanusso, creio, é preciso resgatar a credibilidade e é preciso tratar do que é a questão do fundo e colocar as questões principais sobre a mesa, porque a questão da remuneração parlamentar é uma questão importante, mas é secundária quando estamos frente-a-frente com processo de privatização empreguista, quando estamos com tratamento empreguista da dívida externa brasileira, como nós temos alguns golpes desferidos contra agricultura, enfim, um conjunto de procedimentos, este sim merecer a voz de um Parlamentar Federal na Câmara dos Deputados. A voz conseqüente, abalizada e

responsável para esclarecer e não confundir, porque este Deputado Jone Varisco é um Deputado despreparado, confuso e que não sabe nem nunca leu a Constituição Federal e tão pouco leu a legislação vigente no Estado sobre remuneração de parlamentar e, portanto, não é autoridade para falar nem disso, nem de nada que deveria ser tratado na Câmara Federal.

Muito obrigado.

O Sr. Basílio Zanusso - Muito obrigado pelo aparte de Vossa Excelência.

E dizer que concordo e me referi a esses dois aspectos que Vossa Excelência fala da Casa, um o aspecto político, a remuneração de parlamentar e outro que é da administração. Mas isso compete à Mesa.

Discordo de Vossa Excelência quando se refere ao ilustre Senador José Eduardo Vieira que eu considero um homem de extraordinário valor e cuja presença nos honra em Brasília e, que lamentavelmente o Paraná não tenha outros tantos Josés Vieiras.

Concedo aparte ao Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa informa que o Horário da Liderança do PFL já foi utilizado por Vossa Excelência e concede mais alguns instantes para que o Deputado Manfrinato possa apartear-lo.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e quero lembrar, Deputado Basílio, quando se fala com relação ao descrédito dos homens públicos. O descrédito de alguns homens públicos são exatamente daqueles que são os verdadeiros falsos moralistas. E falar em falso moralista por que não dizer do Deputado Federal Jone Varisco? Um homem que não sabe o que é que foi fazer no Congresso Nacional em Brasília, um homem a quem deveriam ter cassado o mandato quando eleito, pelo abuso do poder econômico, e com um detalhe, abuso de poder econômico utilizando-se nomes fantasmas para dar golpes em bancos, utilizando meios ilícitos para chegar ao poder, e não tendo a personalidade de devolver ao povo do Paraná sequer um projeto de interesse da sociedade do nosso Estado. O único projeto que esse ilustre Deputado que envergonha a classe política do meu Estado, foi ser favorável à divisão do Estado do Paraná, quando a Assembléia Legislativa do Estado, aqui na Presidência do Deputado Anibal Khury saía na frente quanto a divisão do nosso Estado, e recebia o apoio de todos os Deputados que compõem esta Casa, o ilustre, falso moralista lá de Brasília era a favor que se vendesse parte do nosso

Estado.

Deputado Basílio, já estou nesta Casa pelo terceiro mandato e não aceito, de forma nenhuma as declarações colocadas por esse falso moralista, Deputado Jone Varisco. As suas declarações pela imprensa do Paraná são inverídicas e irresponsável acima de tudo. As prestações bancárias que fiz na minha vida, durante todo esse tempo eu deixo livre para a Assembléia Legislativa do Estado, aos Senhores Deputados a conferir, à imprensa conferir. Todos os empréstimos que fiz honrei com dignidade e saldei as minhas contas. Não dei calote em nenhum Banco no Paraná, e não posso permitir que esses que já estão na falência como homem público, que não mostraram nada de interesse à sociedade, que querem utilizar de artifícios desmoralizando a própria classe a que pertencem. Esses são os políticos que a imprensa deve julgar e o povo do Paraná deve julgar, porque ele já está na sepultura porque já no seu primeiro mandato não teve competência de continuar, na certeza que não se elegeria no segundo. Estes são os políticos que não merecem o crédito e o respeito da nossa população.

Em nome da Assembléia Legislativa do Paraná, à qual faço parte dessa Mesa da Comissão Executiva, eu ressalvo o respeito a todos os integrantes desse Poder, porque aqui nós temos deputados íntegros, sérios, que estão preocupados com os maiores interesses do nosso Estado, e repúdio as declarações deste incompetente, irresponsável, Deputado Jone Varisco.

Muito obrigado!

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem) - Com a autorização do nosso Líder, nós concedemos o Horário da Liderança do PMDB para que o Deputado Basílio Zanusso possa encerrar o seu discurso.

O Sr. Basílio Zanusso - Eu agradeço o aparte do ilustre Deputado Manfrinato. Vossa Excelência que é Parlamentar nesta Casa ao longo dos anos e, agora, eleito 2º Secretário desta Casa, portanto, integrante da Mesa Executiva, o seu pronunciamento foi muito oportuno porque no que nos diz respeito a nós Parlamentares acerca da remuneração ficou muito claro. Se alguma providência, se o Poder Legislativo no seu todo puder tomar, Vossa Excelência como integrante da Mesa Diretora tenho certeza de que não faltará a sua colaboração ao Senhor Presidente, Deputado Pessuti.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Encerrado o Grande Expediente.

Antes de passar ao Horário das Lideranças, em atendimento ao solicitado pelas

Lideranças, em manifestação que nos chegou através do Deputado Lourenço Fregonese, tendo em vista requerimento aprovado em Sessão do último dia 28 de junho de 1993, concederemos a partir de agora, a palavra ao Capitão Nelson Teixeira Martinelli, Capitão dos Portos, para que possa falar a este Plenário a respeito da situação atual do Canal da Galheta na baía de Paranaquá.

Informo ao Capitão Nelson que lhe concederemos 10 minutos, prorrogáveis por mais 10 se necessário, para que possa fazer a sua explanação.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, Pela Ordem. (Assentimento)

A gente poderá indagar do ilustre Capitão alguma coisa a respeito do Porto? Os Parlamentares poderão questionar o Capitão?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Se for do entendimento das Lideranças, nós poderemos.

Eu consulto as Lideranças para que se manifestem logo em seguida.

Com a palavra o Capitão Nelson Teixeira Martinelli.

O SR. NELSON TEIXEIRA MARTINELLI - Boa tarde, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Não poderia deixar de comparecer a esta Casa, atendendo a um honroso convite que me foi formulado, para que aqui colocasse a preocupações da Capitania dos Portos do Estado do Paraná com relação ao Canal da Galheta e sua situação atual.

Estou autorizado a trazer para os Senhores que esta posição da Capitania dos Portos já foi levada aos meus superiores hierárquicos e, deles, eu tenho todo o apoio que me seja necessário.

Eu espero que dez minutos sejam capazes de nos transportar há sete meses atrás quando a Capitania dos Portos entregou à administração dos portos uma batimetria que foi realizada nos berços de atracação e na bacia de manobra do Porto de Paranaquá. Com base nessa batimetria, se os senhores ainda lembram, o pier de atracação da PETROBRÁS perdeu um metro de calado, devido o assoreamento, não é coisa recente. Com base nessa batimetria, poderia ter sido tirado algo do calado de atracação permitido nos berços dos cais do Porto de Paranaquá. Por consideração e por me haver sido afirmado pelo administrado que seriam feitas as dragagens necessárias, a Capitania não tomou essas providências.

A partir de março de 1993, transmitindo a preocupação da praticagem do Porto de Paranaquá, foi levada até a administração do Porto a dificuldade de manobras que existiam entre os pares de bóias 09, 10,

11, 12, 13, 14.

Em maio de 1993, mais especificamente no dia 18 de maio - eu estou citando as datas para que não hajam dúvidas, foi levada à administração, mais uma vez, a preocupação da Capitania com relação ao problema havido e foi solicitado à administração dos portos a dragagem necessária e a apresentação de uma carta batimétrica que permitisse a real posição do canal da Galheta.

Foi-lhe dado um prazo até o dia 15 de junho do corrente ano, infelizmente no dia 10 de junho, quase dentro do limite dado, que ocorre entre a genialidade e a imbecilidade o navio encalhou dentro do Canal da Galheta, exatamente no eixo, causando todo o problema que os Senhores têm conhecimento a partir de 13 de junho, quando foi baixada a Portaria 28 de 93, restringindo em 32 pés o calado do Canal da Galheta.

Não tem como se voltar atrás dessa posição, enquanto não for sanado o problema.

A partir daí o que eu considero uma posição até irresponsável foi levado à Capitania dos Portos uma carta batimétrica feita pela Cia Docas do Rio de Janeiro, onde fica visível e patente a existência de 10 metros de água exatamente no meio do Canal da Galheta, onde existe registrada profundidade de até 4 metros de água.

Se um intervalo de 6 meses ou de 7 meses é um intervalo curto, isso é uma decisão assodada da Capitania dos Portos. Eu não sei como se poderia tomar uma decisão numa guerra.

Seis meses é um espaço curto, Senhores? Não creio. Isso é o que acontece hoje, continua a acontecer. Eu tenho registro de navios que com 30 pés de calado tiveram problemas para entrar no Canal.

Hoje ouvi uma frase que considero interessante, de que caneta de juiz faz crescer água no canal da Galheta. Não, Senhores, não faz crescer água no Canal da Galheta; faz crescer água no Canal da Galheta o profissionalismo da prática que tem levado os navios até lá fora, ziguezagueando dentro de um canal de 200 metros de largura, com navio de até 230 metros de largura.

Isso é fazer crescer água no canal? Não acredito que seja.

Infelizmente, até hoje dia 30 de junho o encalhe ocorreu, Senhores, no dia 10 de junho. Nenhuma providência prática foi tomada, que mostre que o problema está procurando ser resolvido, nada disso aconteceu. É uma pena que ocorra isso.

A Capitania dos Portos não tem uma posição irredutível, quando me perguntado ali, negativo, a Portaria 38/93, estabeleceu que a partir da hora em que seja feita a dragagem e seja apresentada a carta batimétrica voltará a existir o calado ne-

Curitiba, quarta, em 30.06.93

cessário dentro do canal da Galheta.

Mais uma vez foi dito e afirmado, já que a Capitania dos Portos não tem acesso à mídia. Teria sido entregue à Capitania e enviada ao Ministério da Marinha uma carta batimétrica, o que não corresponde realmente a verdade. Foram encaminhados à Capitania dos Portos sessões, onde foi mostrado o trabalho realizado com a draga Macapá. Em primeira observação pode ser verificado que existe 12 metros de água no Canal da Galheta, 11.5 metros de água. Como esclarecimento, 37 pés são 11.3 metros de água, profissional e tecnicamente que é a posição que ocupa a Capitania dos Portos para um calado desejado de 37 pés, há necessidade de haver 46 pés de água no canal, impraticável, como pode ser demonstrado a qualquer um dos Senhores que queira ver as plantas batimétricas que estão em minha posse agora.

Isso de maneira geral, mostra a preocupação que essa Capitania sempre teve e a consideração que essa Capitania sempre teve, não só com a cidade de Paranaguá, como com a Administração do Porto de Paranaguá e o Estado do Paraná.

Hoje se fala em perda de um milhão de dólares e esta perda se fosse aplicada na dragagem do canal não se teria 37 pés, poder-se-ia até 370 pés, por que não aplicar isto ali, porque não fazer a dragagem, por que simplesmente mostrar que a Capitania dos Portos numa decisão assodada e impen-sada assumiu 32 pés no Canal da Galheta? Não é bem esta a verdade.

Agradeço profundamente a oportunidade que está me sendo colocada agora de mostrar aos Senhores, que são os representantes do povo deste Estado do Paraná, qual é realmente o problema que existe no Canal da Galheta.

Isto me gratifica profundamente, porque há pouco tempo atrás a minha posição era de revolta, porque nada saía colocado pela Capitania dos Portos, sempre visando mostrar profissional e tecnicamente a posição assumida pela Capitania.

Se o Senhor Presidente permitir, gostaria até de poder responder às perguntas que os Senhores vierem a formular.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Com a palavra o Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Eu agradeço a concessão desta oportunidade e agradeço, também, a presença do Capitão.

Capitão, eu tenho algumas perguntas a fazer ao Senhor. Este assoreamento de que o Porto de Paranaguá - vamos colocar entre aspas - foi vítima, foi em virtude de quê? De irresponsabilidades ou de falta de trabalho adequado por parte da draga que lá está trabalhando?

O SR. NELSON MARTINELLI - O Canal da Galheta é o canal tirado da natureza. A natureza vai lutar sempre para recuperar aquilo que lhe foi retirado. Isso é a primeira coisa que podemos perceber. Levando em consideração todo um desmatamento que existe, hoje, às margens da Baía de Paranaguá e para cima, o assoreamento só vai tender a crescer. A draga Macapá, que hoje trabalha no Canal da Galheta, que aliás foi embora hoje, para Salvador, não tem capacidade suficiente para, num prazo rápido, trazer a profundidade ao que era anteriormente. Vamos usar uma imagem: a partir da hora em que se tira, do meio de um pires, onde exista pudim, o pudim volta a acupar a posição anterior. É isto o que acontece com o canal sendo tragado por uma draga de pequena capacidade. Enquanto não se tiver uma dragagem com uma draga de grande capacidade, se realmente se pretende recuperar o Porto de Paranaguá e não ficar jogando culpas onde não deveriam estar sendo discutidas, há necessidade, sob a minha ótica, de que fosse, realmente, feita a contratação de uma draga potente.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Esta dragagem, que é feita no Porto de Paranaguá, qual a periodicidade dela?

O SR. NELSON MARTINELLI - A draga Macapá esteve dragando até pouco mais de meados do ano passado, quando foi levada para o Rio de Janeiro, para engordar a Praia do Leblon. A draga Macapá esteve trabalhando no Porto de Paranaguá durante dois ou três meses.

Infelizmente eu não touxe as datas certas. Esteve trabalhando no Porto desde o dia 7 de junho até hoje.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Só mais uma pergunta que eu faço, e depois transfiro a palavra, com a permissão é lógico, do nobre companheiro Bona Turra, que também quer indagar o Senhor.

O Senhor disse que o navio encalhou no Canal. O Vice-Governador esteve hoje, na Rede Globo, dizendo que foi fora do Canal. baseado em quê o Senhor pode alegar, contestando aquilo que o vice-Governador do Paraná, Secretário dos Transportes, falou na televisão, hoje pela manhã?

O SR. NELSON MARTINELLI - Primeiro, eu gostaria de apresentar minhas desculpas por não conhecê-lo nominalmente, por não citar seu nome pessoalmente.

O SR. MÁRIO BEZERRA - É Mário Bezerra.

O SR. NELSON MARTINELLI - Deputado Mário Bezerra, pelo Regulamento do Tráfego Marítimo, baixado por um Decreto, é compe-

tência da Capitania dos Portos instaurar inquéritos para apurar acidentes ou incidentes de navegação.

O inquérito foi instaurado na segunda-feira, dia 14. E a partir do dia 14 começaram a ser escutados o comandante do navio, o imediato do navio, o prático que fez a manobra e as lanchas de praticagem, que estavam acompanhando o navio, na hora.

Todas as declarações afirmam e confirmam, inclusive proposição tomada dentro do navio, no seu GPS, de que o navio estava dentro do Canal da Galheta.

A posição que tem, hoje, o Senhor vice-Governador, é trazida para ele pela Administração do Porto, através de um xerox, um fax, que lhe chegou às mãos, a seu pedido, feito ao chefe da Seção de dragagem da Companhia Docas do Rio de Janeiro, no Rio de Janeiro.

A partir daí, ele passou a afirmar que o encalhe do navio se deu fora do Canal da Galheta. Não há competência nem técnica, nem legal do senhor Vice-Governador, ou da Administração dos Portos, que é a quem caberia o assessoramento ao Senhor vice-Governador, para afirmar que o encalhe se deu do Canal da Galheta.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Pela ordem de inscrição concedo a palavra ao Deputado Luiz Henrique Bona Turra.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Tendo ciência da vinda de Vossa Excelência à Sessão desta tarde, Capitão Nelson Martinelli, tomei o cuidado de desde anteontem proceder algumas anotações já que se trata de matéria polêmica, que vem tomando espaço no noticiário há mais de duas semanas, quase um mês, nós às voltas com esse debate que me parece debate importante e de interesse público. A primeira questão que coloco a Vossa Excelência é a seguinte, e esse talvez seja um aviso aos liberais e néo-liberais: O serviço de dragagem no Brasil sempre foi de responsabilidade da União, de responsabilidade do Estado brasileiro. Já no Governo Sarney nós tivemos a transferência desses serviços para outras unidades que não a original, até por fim termos, e essa é a notícia mais atual, o sucateamento de serviço fundamental ao sistema portuário brasileiro.

Tanto é que Vossa Excelência mesmo afirma, a draga Macapá, que é a que presta serviços, vinha prestando até hoje serviços no Porto de Paranaguá, se dirigindo agora, me parece, a Salvador, é insuficiente para a prestação de serviços, ao menos do aporte exigido pelo Porto de Paranaguá. Portanto, o que nós verificamos é um vazio em responsabilidade do Estado Nacional, é um vazio

em responsabilidade da União, e que por um processo de privatização crescente de serviços públicos indispensáveis dá nesse resultado. As notícias que vêm do Porto de Paranaguá são de que desde o início da administração, investimentos da ordem de dois milhões e meio de dólares foram feitos no serviço de dragagem. Além disso, tenho essa correspondência que Vossa Excelência se refere, que é a correspondência da Companhia de Docas do Rio de Janeiro que justamente afirma que o navio encalhou fora do canal, e há a ajuntada de um croqui próprio que procura identificar essa tese, é uma tese. De modo que a defesa que faz tanto o Superintendente da APA, como também o Secretário de Estado dos Transportes é legítima, ainda que não se tenha do ponto de vista da legalidade a capacidade, essas autoridades não tenham a possibilidade de emitir opinião final sobre a matéria, como são autoridades do setor de transportes e portuário, têm evidentemente a possibilidade de defender um ponto de vista, que me parece vem sendo adotado pela Companhia de Docas.

Além disso, eu iria diretamente aos quesitos que na verdade em parte já foram resolvidos por Vossa Excelência, quanto a fase do inquérito administrativo, Vossa Excelência já informou.

Portanto, sem esse inquérito não é possível termos uma opinião sobre se as falhas foram de natureza técnica, humana, ou se decorreram mesmo de culpa, negligência, imperícia, imprudência tanto da parte da administração dos portos, como da parte das atividades da União, que são atividades próprias, essas atividades de dragagem são atividades próprias da União Nacional.

As questões são as seguintes: Primeira, como o Senhor explica a carta da CDRJ - Companhia de Docas do Rio de Janeiro afirmando "Novo Horizonte" encalhou fora do canal? Já foi encerrado o inquérito administrativo sobre o acidente, Vossa Excelência em parte já respondeu isso, para que servem os práticos da barra? E a questão que tenho aqui é se o navio estava assistido por prático? Então, a primeira questão: Se o senhor desqualifica a opinião técnica emitida pela Companhia de Docas do Rio de Janeiro? E se essa desqualificação se refere a esse caso específico, ou a todos os casos sobre os quais se pronunciou a Companhia de Docas do Rio de Janeiro?

Porque me parece que para esse caso a opinião da Companhia de Docas não é na opinião da Capitania dos Portos opinião válida, e a questão que ponho é sobre se para os outros casos e para as relações rotineiras da Capitania dos Portos como é que se dá a relação entre a Companhia de Docas e a Capitania dos Portos, ou se só

Curitiba, quarta, em 30.06.93

para essa a opinião está invalidada?

Também como o senhor explica que todos os Portos do Sul do Brasil se utilizam das vantagens da Preamar. Não é falta de isonomia por parte do Ministério da Marinha já que, no nosso caso, não há o mesmo critério adotado? Por último, se os navios amparados por liminares saíram tranquilamente, sem problemas, isso não seria prova cabal e definitiva de que o canal tem profundidade suficiente? Como questão de fundo, é sobre justamente as responsabilidades que tem a União no serviço de dragagem e sobre como V.Exa. e a marinha brasileira pensam, como preencher essa lacuna que não é uma lacuna havida apenas no Porto de Paranaguá, mas, ao que sei, em todo o sistema portuário nacional.

A Federação das Indústrias do Estado do Paraná em recente manifestação, já alerta, inclusive, para a necessidade de inserção do serviço privado, da iniciativa privada na área, que é, ao que sei também, serviço que tem alto retorno e alta lucratividade.

Portanto, responsabilidades da União, a lacuna específica e sobre se a lacuna deixada pela privatização dos serviços, pelo sucateamento dos equipamentos não seria, na verdade e ao cabo, o principal fator que deu esse problema, fazendo com que seja uma questão de apenas determinar se o ponto era ou não aquele indicado por Vossa Excelência e Vossa Excelência indicou, indicou alertando o Porto de Paranaguá, Vossa Excelência teve a oportunidade de indicar a preocupação da Capitania dos Portos.

Mas a administração do Porto de Paranaguá indica que os pontos apontados por V.Exa. naquele expediente, são onde teria havido o encalhe.

Portanto, nós estamos às voltas com diversos problemas de natureza técnica e uma questão de fundo que é a questão das responsabilidades institucionais pelo serviço de dragagem no Brasil e incluído aí o Porto de Paranaguá.

O SR. NELSON MARTINELLI - A responsabilidade pela dragagem não só do Canal da Galheta como da Bacia de Manobra e dos berços de atracação é da Companhia Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina; não cabe ao Ministério da Marinha qualquer responsabilidade com relação a isso.

Há que se lembrar que desde dezembro a administração dos Portos tem essa concessão por mais dez anos, a ela compete manter, dragado, dentro dos limites necessários, o Canal da Galheta. Para mim isso é transparente.

Com relação à carta da CDRJ, acontece que de acordo com o que chegou ao meu co-

nhecimento e foi dito é que foi pedido pela administração dos portos uma carta onde ficasse mostrada a posição do encalhe do navio "New Orizon". A posição do encalhe mostrado naquela carta foi tirada pela draga Macapá que, pouco depois, passou pelo local. Aliás, pouco depois não, algum tempo depois passou pelo local. Isso não desqualifica a posição da Companhia Docas do Rio de Janeiro.

Nesta ocasião inclusive por disseminação de uma carta que não estava autorizada a ser disseminada, nesta hora, não caberia à Companhia Docas do Rio de Janeiro colocar posição. Na minha ótica.

Com relação à posição da Marinha do Brasil foge da minha competência responder, isso vai um pouco além. Realmente hoje, a dragagem no país, encontra-se totalmente sucateada. Com toda a reformulação que houve a Companhia de Dragagem Brasileira foi incorporada à Companhia Docas do Rio de Janeiro. A partir daí muita coisa se perdeu, mas não cabe a mim, Deputado, estabelecer culpas nem fazer julgamentos. Mais algumas coisas foram colocadas. Os práticos da Barra de Paranaguá são usados, como o próprio nome diz, porque têm conhecimento prático dos locais onde pode o navio passar mais facilmente ou menos facilmente. Em todos os portos do mundo inteiro existem práticos que são obrigatórios ao haver a demanda ao porto. Também em Paranaguá existe isso. E como eu falei anteriormente, graças à perícia desses práticos, os navios que saíram, com liminar, não vieram a encalhar no Canal da Galheta porque saem dos canais, como afirmado, praticamente fazendo ziguezague. Outros são necessários 20 a 25 graus de leme para governar um navio de 230 metros dentro de um canal de 200 metros de largura, mas a colocação de V.Exa. foi sobre a preamar. Talvez eu não me tenha feito entender, ou esclarecer desde o começo. O calado do local é estabelecido em função da água, não é estabelecido um calado para preamar ou para baixa-mar. Existe um calado de um determinado local. Dentro dos parâmetros de segurança para um navio que está saindo ali ou que está atracado é maior. Se é uma baixa-mar o navio tem toda a possibilidade, está completamente garantido que ele não vai ter problema de encalhe. Tecnicamente e assim que se coloca o calado. Não existe um calado para preamar ou um calado para baixa-mar, como já vi colocado em vários jornais. Não é bem assim. Os próprios do sul, todos os do sul e não só do sul, mas atualmente o Porto de Salvador também está com problema de assoreamento. Deve-se a isso a não manutenção de uma dragagem permanente que todo porto tem necessidade de manter. O Porto de Paranaguá também não é exceção e precisa que essa

dragagem seja mantida permanentemente, a partir da hora em que ela venha a ser uma dragagem grande o suficiente para torná-la capaz de suportar a passagem de navios até 37 pés de calado.

Espero que tenha respondido a todos os itens.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Pela ordem de inscrição, Deputado Luiz Carlos Martins.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - Primeiramente, gostaria de agradecer a presença do Capitão Martinelli, agradecer à Mesa Executiva, a esta Assembléia que abre um espaço importante para o início de uma discussão que deve se aprofundar cada vez mais a respeito do Porto de Paranaguá e não podemos negar que o Deputado Fregonese tem nos alertado há muito para isso.

Então esse espaço é de maior importância. É claro que, ouvidas as colocações inteligentes do Deputado Bona Turra, chegamos à conclusão que não é o Brasil que está em crise. Na verdade, o que está agonizante nesse País é o modelo que aí está, o modelo concentrador e que nos preocupa. Se a questão é do município, se a questão é do Estado, se a questão é federal, precisamos então refletir mais profundamente a respeito desse modelo que está aí, repito, agonizante e que todos somos co-responsáveis. Se o Estado não pode resolver a questão do Município, que o município resolva. Se a Federação, se o Governo Federal não pode resolver o problema do Estado, que o Estado resolva os seus problemas e se o Governo Federal não puder resolver as questões, que o cidadão então resolva, nós os cidadãos brasileiros.

Primeiramente, a primeira pergunta, Capitão Martinelli: existe um laudo técnico oficial da Capitania, dizendo que a causa principal do problema é o desmatamento? Segundo o senhor colocou. Isso foi informado ao governo oficialmente, a respeito do desmatamento?

Segundo: as informações que chegam da administração do Porto de Paranaguá ao governo do Estado são duvidosas?

Terceira, qual o papel da Capitania dos Portos?

O SR. CAPITÃO MARTINELLI - Nobre Deputado, as perguntas de V. Exa. me fazem sentir um pouco até pressionado. Não foi colocado a causa como desmatamento. A Capitania dos Portos nunca colocou o desmatamento como causa do assoreamento. O que disse aqui é que o desmatamento contribui para o assoreamento. Não compete à Capitania dos Portos cuidar do desmatamento nas bordas dos rios, ou da Baía de Paranaguá.

Com relação a exposições na adminis-

tração do Porto de Paranaguá e Antonina, que assessoram o Sr. Governador do Estado e o Sr. vice-Governador, não estou colocando como duvidosas, simplesmente coloquei e coloco aqui agora como sendo a visão do outro lado da coisa, não do lado técnico profissional, como estou colocando agora.

O meu modo de ver a coisa é bastante técnico. Tenho embasamento técnico, por isto foi resolvido baixar a Portaria 28/93. Algumas informações que hoje têm sido publicadas pela imprensa também, têm sido colocadas em diversos cumprimentos da verdade - vamos dizer desta maneira. Não que sejam informações duvidosas.

Com relação ao papel da Capitania dos Portos, ela tem competência sobre a segurança da navegação. É sua maior competência. Com base nisto a Capitania dos Portos se preocupa com o calado dos navios que entram e saem na barra, com a situação dos berços de atracação. Ela tem competência sobre pontos que possam interessar à segurança nacional. E também com os problemas que possam envolver a salvaguarda da vida humana no mar. São as três maiores competências da Capitania dos Portos. Não só do Paraná, mas de qualquer Capitania dos Portos.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Capitão Martinelli, algumas indagações.

A primeira delas é se o Sr. tem conhecimento que o alerta feito pela Capitania com relação à situação do assoreamento do canal que segundo o Sr. mesmo colocou feito com antecedência em dezembro do ano passado, se este alerta foi transmitido à Secretaria Estadual de Transportes, a qual a administração do Porto está subordinada, ela tinha conhecimento disto?

Se o Sr. imputa a situação ocorrida com o encalhe daquele navio, depois dos alertas, dos avisos que foram feitos com antecedência, se o Sr. imputa este encalhe, a situação atual de diminuição do calado do Porto, a uma negligência por parte da Administração dos Portos e até mesmo, por extensão, da Secretaria dos Transportes.

O SR. CAPITÃO MARTINELLI - Nobre Deputado, realmente todos os alertas que a Capitania dos Portos encaminhou à Administração dos Portos não o foram com cópia para a Secretaria dos Portos. A partir da hora - e começou-se a estabelecer uma polêmica principalmente via mídia, - passou a Capitania dos Portos a sempre colocar a Secretaria dos Transportes como informação de qualquer dado, ou de qualquer necessidade

que é transmitida para a administração dos Portos, como tem sido com relação à necessidade de apresentação de uma carta batimétrica de todo o Canal da Galheta, e não das sessões que me foram apresentadas preliminarmente.

Realmente me penitencio por não ter feito isso. Só que por formação minha, aprendi com meu avô, aprendi com meu pai, aprendi na Marinha, que quando dois homens se falam, eles são capazes suficiente de se entenderem e tomarem as medidas que combinam. Infelizmente eu tenho essa formação, ou felizmente.

A culpa do encalhe do navio Novo Horizonte no Canal da Galheta foi do assoreamento. O assoreamento é a fortuna do mar. Ninguém pode impedir que um canal venha ser assoreado. Há necessidade de mantê-lo sempre dragado dentro das características que ele está lançado, inclusive, em cartas internacionais. A competência da dragagem do Canal da Galheta era da administração dos Portos de Paranaguá e Antonina.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Como último inscrito Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Capitão de Mar e Guerra, Nelson Martinelli.

Em primeiro lugar queria agradecer a sua presença nesta Casa para estar aqui hoje para dar explicações a todo Estado do Paraná.

Eu lhe faço uma pergunta rápida, técnica e peço que o Sr. esclareça a todo Estado do Paraná.

O Sr. como representante do Ministro da Marinha, o Sr. como a pessoa mais indicada tecnicamente, que conhece o relevo do fundo do mar da Baía de Paranaguá, como se encontra hoje o Canal da Galheta, a baía de evolução e os berços do Porto de Paranaguá. Se existe problemas peço que o Sr. nos indique para que nós, como Deputados, façamos alguma coisa juntamente com a FIEP, com esta Casa e com o Governo do Estado para que incidentes como estes não venham mais acontecer e não tragam mais prejuízos ao Estado do Paraná, ao Brasil e, principalmente, a minha Paranaguá.

O SR. CAPITÃO MARTINELLI - Vamos começar pelo Canal da Galheta. A última batimetria aprovada pela diretoria de hidrografia e navegação que permitiu a fixação do calado de 37 pés é de 1990. Foi a última batimetria apresentada a um órgão técnico a quem cabia aprová-la. A partir daí foi fixado um canal dragado a 12 m.

Desde essa época a Capitania dos Portos foi cerceando, vamos dizer assim, a circulação de navios dentro do Canal da Galheta estabelecendo horário para entrada

e para saída, durante o dia ou com preamar, duas horas antes ou uma hora antes como foi a última posição assumida pela capitania dos portos.

Esta é a posição do Canal da Galheta. Hoje eu sei que ele está assoreado por uma série de cartas batimétricas que chegaram até a capitania como decorrência do inquérito administrativo que está sendo feito. A partir daí que eu tive conhecimento destas cartas. Cartas que foram feitas em abril de 1993 e que nos chegaram ao representante da autoridade marítima em Paranaguá antes do dia 7 de junho ou antes do dia 15 de junho, quando houve início do inquérito administrativo. Isso é bom que fique bem registrado.

Quanto aos berços da baía em evolução do Porto de Paranaguá, a última batimetria aprovada é de agosto de 1992. Batimetria que foi feita utilizando uma equipe da diretoria de hidrografia e navegação por sugestão da Capitania dos Portos e a partir daí, depois de apresentada à Administração dos Portos, encaminhada à Diretoria de Hidrografia e Navegação aprovada e homologada.

Como a situação do pier de inflamáveis da PETROBRÁS era extremamente grave, a Capitania dos Portos tomou a decisão de reduzir o calado em 3 pés. Redução de calado que permanece até hoje com grande prejuízo para a PETROBRÁS. Não se fala isso.

Existem berços dentro do Porto de Paranaguá, onde o navio não atraca a não ser com auxílio de flutuantes ou com a maré cheia, quando a maré não está cheia o navio chega próximo, passa as estias, e vai entrando as estias a medida que a maré sobe, é dessa maneira que o navio é atracado. Realmente, deveriam ter sido tomadas as providências para reduzir o calado desses berços, se tivesse sido feito anteriormente, talvez não tivesse chegado a esse extremo que aconteceu agora, ou teria continuado como até agora. A situação da baía de evolução e dos berços de atracação do Porto de Paranaguá ainda são muito ruins, até que me fique provado e demonstrado por cartas que têm sido homologadas pela Diretoria de Hidrografia e Navegação.

Por favor, Senhores, tem sido dito que a Capitania dos Portos está abrindo mão da sua competência para estabelecer o canal, o calado. Não é verdade. Existe a Portaria 0308/90 do Ministro da Marinha que estabelece como são os passos a serem seguidos, desde a aquisição para o início dos trabalhos até a aprovação desse trabalho. A partir da hora que ali prevê que não é necessário a homologação pela Diretoria de Hidrografia e Navegação, eu tenho que fazer cumprir isso, isso para mim é muito importante. A partir da hora que eu tenho

tido conhecimento que o calado do Canal da Galheta não era suficiente, mesmo que não seja uma carta homologada, eu tenho que tomar as providências necessárias, pois é da competência da Companhia dos Portos preservar e zelar pela segurança da navegação, por isso foram tomadas as posições e hoje a Capitania exige que haja homologação pela Diretoria de Navegação.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, só uma última pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Para uma última pergunta, com a palavra, o Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Capitão, a gente tem acompanhado pela imprensa que há uma pressão muito grande por parte do lado político e do lado empresarial para que o senhor reconsidere a sua decisão. O senhor responde se quiser. Existem essas pressões? Partem de quem? E com que argumentos?

O SR. CAPITÃO MARTINELLI - É uma posição difícil que me foi colocada agora, mas eu penso, não vou falar, eu acho, como venho dizendo, porque já um poeta nacional dizia que quem acha vive se perdendo, eu penso que tenho que responder.

Existem as pressões, quando se coloca no jornal que o Porto de Paranaguá está tendo um prejuízo de um milhão de dólares, isso é uma forma de pressão muito forte. Quando se coloca, à meia voz, que vai ser pedido ao Ministro da Marinha para que o Capitão dos Portos seja afastado da sua posição, isso é uma pressão. Só aí tem duas pressões muito grandes. Existem essas pressões, Vossa Excelência há de permitir que eu me omita com relação a quem faz essas pressões, mas existem, são muito grandes, e não há como a Capitania dos Portos voltar atrás antes de ter uma posição técnica que permita, realmente, o retorno aos 37 pés calados, como eu penso que o Porto de Paranaguá pode ter, desde que lhe sejam dados os meios necessários, ou seja, um canal de acesso dragado suficientemente para permitir 37 pés calados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Nós agradecemos a participação do Capitão Nelson Martinelli e se necessário, concedo a palavra a Vossa Excelência, para as considerações finais.

O SR. CAPITÃO MARTINELLI - Senhor Presidente, eu simplesmente quero, mais uma vez, agradecer a oportunidade que me permitiu descomprimir meu coração, já que eu poderia somente ler a posição e as inferências que eram colocadas e não conseguia

colocar, num nível tão alto como agora, porque sei que os reflexos serão muito grandes em todo o povo do Paraná, a posição técnica assumida pela Capitania dos Portos.

Eu espero, de coração, que a Assembleia Legislativa possa continuar a contribuir para a grandeza deste Estado que eu aprendi a respeitar, e que muito bem me recebeu.

Muito obrigado!

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, já que o assunto é tão envolvente, e ontem foi aprovado um requerimento de minha autoria para se formar uma Comissão Especial para acompanhar a problemática do Porto de Paranaguá, mais especificamente o problema de calagem, eu gostaria de solicitar a Vossa Excelência que, se pudesse, designar essa Comissão Especial, que não é de inquérito, para que nós pudéssemos, até nesse recesso legislativo, trabalhar em cima dessa problemática.

Era só, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Nós fazemos um apelo às Lideranças para que, dentro do que foi aprovado na Sessão de ontem, façam as indicações dos Deputados representantes de cada um dos partidos.

Encerrado o Horário das Lideranças, passaremos à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a Mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, na qualidade de Líder do BPI, constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados, para participarem da Comissão Parlamentar de Inquérito, que investiga a situação dos menores bóias-frias no Paraná. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Renato Adur, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, solicitando retificação de indicação anterior designando os Senhores Deputados Luiz Henrique Bona Turra e Domingos Carvalho para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a situação dos menores bóias-frias do Paraná e os Senhores Deputados Nereu Alves de Moura e Severino Félix para participarem da Comissão acima nominada, na qualidade de suplentes. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Erondy Silvério, na qualidade de Líder do PTB, constante do expediente, indi-

Curitiba, quarta, em 30.06.93

cando o nome dos Senhores Deputados para comporem a Comissão Especial que investigará a problemática de assoreamento e calado do Porto de Paranaguá. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Paulo Maia, na qualidade de Líder do PDT, constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados para comporem a Comissão Especial que investigará a problemática de assoreamento e calado do Porto de Paranaguá. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Ovídio Constantino, na qualidade de Vice-Líder do PT, constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados, para comporem a Comissão Especial de Investigação do assoreamento e calado do Porto de Paranaguá. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, na qualidade de Líder do BPI, constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados, para comporem a Comissão Especial que investigará a problemática de assoreamento e calado do Porto de Paranaguá. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado José Arthur Ritti, constante do expediente, comunicando seu afastamento do país, pelo período de 10 (dez) dias, em função de viagem aos Estados Unidos da América. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, com apoio dos Senhores Deputados Mário Bezerra e Ademar Traiano, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado João Preis, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria dos Senhores Deputados Ovídio Constantino, Ernani Puddell e Doutor Rosinha, devidamente apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº de 03 (três), de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº de 03 (três), de autoria do Senhor Deputado Arlindo Troian, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria dos Senhores Deputados Renato Adur e Heinz Herwig, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria dos Senhores Deputados Orlando Pessuti e Heinz Herwig, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2.^a DISCUSSÃO - da Proposição n° 026/92, de autoria dos Deputados RENATO ADUR, DURVAL AMARAL e OUTROS, que altera o inciso IX, do art. 179, da Constituição Estadual, suprimindo-se a expressão "sem ônus para o orçamento da educação". Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL.

Trata-se de Emenda Constitucional e será aprovada a proposta pelo processo de votação nominal se obtiver em ambos os turnos 3/5, ou seja, 33 votos dos membros da Assembléia Legislativa.

Lembramos aos Senhores Deputados que, ao serem chamados pelo 1° Secretário, deverão se levantar e quem for favorável dirá Sim; quem for contrário, Não à proposição.

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Zuk para que proceda à chamada.

Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL (Para Encaminhar) - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Nós queremos registrar a proposição contrária do Partido dos Trabalhadores a essa proposição porque, de certa forma, nos sensibiliza a realidade de alguns municípios, especialmente os pequenos, no sentido de que as despesas com o transporte escolar pudessem ser incluídas nos dispêndios e nos gastos da Educação.

Todavia, o projeto mantido da forma como está, sem as modificações, especialmente constando ainda a possibilidade de incluir gastos de alimentação e saúde no percentual mínimo de 25% fixados pela Constituição Federal, abre, ao nosso juízo, as portas para um precedente perigoso onde muitas Prefeituras poderão se utilizar desta válvula de escape e colocar despesas, as mais diversas, na rubrica da Educação e que não têm, efetivamente, qualquer relacionamento com o processo educacional. A alimentação especialmente e saúde, não podem, no nosso entendimento, estar ligadas atividades de ensino a atividades pedagógicas. Deveríamos talvez até abrir a exceção com relação ao transporte escolar, isso sim poderia ser admitido.

Portanto a nossa sugestão e o nosso encaminhamento é de que nós rejeitemos es-

sa matéria e que o autor da proposição, Deputado Renato Adur e outros fizessem essa modificação, que nós fizéssemos esse entendimento e eu acredito que aí sim nós teríamos condições de dar uma aprovação mais tranqüila a essa matéria aqui na Assembléia Legislativa do Paraná.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (Para Encaminhar) - A preocupação do Deputado Ernani Pudell, na verdade está atingida pelo projeto que ora ingressa em processo de votação e explico porque.

O que diz respeito especialmente aos programas suplementares de alimentação e assistência à saúde, a Constituição Federal já inspira a matéria em seu artigo 212 § 4° e sabe Vossa Excelência que Constituição Estadual, como toda legislação do Estado se subordina à Carta Magna.

Artigo 212 § 4° diz o seguinte:

"Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde, previstos no artigo 208 inciso 7° serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários", portanto os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde, ainda que a Constituição do Estado dissesse de modo diverso, seriam financiados por contribuições sociais ou outros recursos que não os orçamentários.

A emenda que nós pretendíamos ao projeto da lavra do Deputado Renato Adur e Durval Amaral, visava dizer na Constituição do Estado o que já dito na Constituição Federal, mas isso é desnecessário. Qual é, portanto, a preocupação remanescente e que o entendimento com o líder Renato Adur parece nós temos o encaminhamento.

A preocupação remanescente diz respeito ao transporte escolar.

A preocupação de que o orçamento da educação pudesse ser alcançado em demasia pelo transporte escolar, que pudessem por exemplo, os municípios estabelecer o passe escolar, fazendo ingressar no orçamento da educação, é portanto uma preocupação remanescente.

Como a Mesa não pode aceitar o substitutivo à Proposição n° 026/92 já que perdemos o prazo, nós tínhamos um prazo próprio para apresentação e não se teve a superação disso, o entendimento que tivemos com o Deputado Renato Adur, é no sentido de que nós pudéssemos ter ou a apresentação de uma emenda, que poderia ter a seguinte redação, uma emenda não a este projeto, mas a Constituição e eu reputo talvez mais adequado tivéssemos um projeto de lei complementar, que tivesse a seguinte recomendação:

"O programa suplementar de transporte

escolar poderá ingressar no cálculo previsto do artigo 185, que é aquele orçamento mínimo para a educação, até o limite de 10% devendo a despesa excedente ser financiada com outros recursos orçamentários". Portanto, esta é a última recomendação.

A recomendação que faço, em face deste acordo, é que pudéssemos ter a votação da matéria, porque na verdade atende aos interesses dos municípios e atendendo aos interesses dos municípios, atende aos interesses públicos, e imediatamente pudéssemos, no início do mês de agosto, já que o período se encerra ainda esta semana, apresentar uma Emenda à Constituição, mas eu reputaria mais adequado um Projeto de Lei Complementar, disciplinando até onde o orçamento de educação poderia ser comprometido com o serviço suplementar de transporte escolar. Não haveria, portanto, obstáculos a que votássemos a matéria, agora, já que os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde não serão alcançados pelo orçamento da educação, isto por força da Constituição Federal, remanescendo apenas a preocupação quanto ao transporte escolar, que por entendimento com a Liderança e Deputado Autor, poderá ser disciplinado seja na forma de Emenda à Constituição, seja na forma de projeto de lei complementar.

É o encaminhamento, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicito ao Deputado Luiz Carlos Zuk para que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados, lembrando mais uma vez que quem é favorável, diga SIM e quem é contrário, diga NÃO, em pé.

(É procedida a chamada nominal).

Quarenta e dois Senhores Deputados votaram. Cinco não, trinta e sete sim. Está aprovada emenda constitucional e virá à Redação Final, que será elaborada pela Comissão Especial de Reforma à Constituição.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Eu quero neste momento agradecer Senhor Presidente a compreensão dos Senhores Deputados em nome dos Prefeitos que os Senhores mesmos representam, porque a agonia era muito grande desses Prefeitos quando da prestação de contas no Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Estamos hoje resgatando um compromisso com os Prefeitos do Interior do Estado, principalmente dos pequenos Municípios do Paraná que têm uma dificuldade imensa no transporte escolar dos Distritos, das pequenas Vilas, das pequenas comunidades para os centros maiores da própria cidade, aonde se encontram as escolas de 5.^a a 8.^a e as escolas de 2.^o grau, e mesmo também as de 1.^o grau. Portanto, eu quero neste momento dividir com os compa-

nheiros Deputados esta aprovação deste Projeto porque estamos nós resgatando uma dívida que tínhamos com o pai do aluno, daquele aluno carente que tem dificuldade de acesso ao nível educacional no Estado do Paraná. Obrigado Senhor Presidente.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu quero também neste momento dizer de que o Bloco Municipalista nesta Casa teve uma atuação bastante destacada porque composto por ex-Prefeitos, Vice-Prefeitos compreendeu perfeitamente a importância desse projeto. E eu quero também aproveitar para dizer que tive a honra de presidir esta Comissão Especial, da qual nós tivemos como Relator o Deputado Júlio Bifon, ex-Prefeito.

Portanto, o relatório feito nesta Comissão Especial foi calcado exatamente em cima da melhor técnica possível, da melhor legalidade possível, e acima de tudo colocada a sensibilidade daqueles que passaram por uma prefeitura e sabem, especialmente aqueles do Interior, a dificuldade que tem o prefeito no transporte escolar do seu município.

Por essa razão quero cumprimentar o Bloco Municipalista presidido pelo companheiro Toti Colaço e a nossa Comissão Especial, o nosso Relator, Deputado Júlio Bifon, pela sensibilidade que teve no texto que nós assinamos e aprovamos nesta tarde.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 038/93, de autoria do Deputado COLOMBINO GRASSANO, que dispõe sobre a construção de creches e postos de saúde nos programas de habitação popular financiados ou com recursos com orçamento do Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.S.P. e C.O.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 08, de 02.03.93).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 169/93, de autoria do Deputado ANTONIO ANNIBELLI, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Florai, o imóvel que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.. **Aprovado** (Publ. no D.A. n° 42, de 06.05.93).

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 257/92, de autoria dos Deputados Ovídio Constantino, Lygia Puppato e Doutor Rosinha, autoriza a criação de Delegacia da Mulher em município paranaense e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.S.P.. **EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2.^a DISCUSSÃO.** Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.** O Projeto irá à Redação Final.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 395/92, de autoria do Deputado ALCEU SWAROWSKI, autoriza o DETRAN a proceder o licenciamento a deficientes físicos, de veículos adaptados com aparelhos aprovados pelo CONTRAN. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.S.P.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2.^a DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada**. Projeto - **Aprovado**.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 018/93, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, estipula o horário de realização dos concursos vestibulares de admissão, nas Faculdades e Universidades Estaduais. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., C.S.P.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2.^a DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada**. Projeto - **Aprovado**.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 073/93, de autoria do Deputado DOMINGOS CARVALHO, institui o Dia Estadual do Resgate das Crianças Desaparecidas. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.S.P.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2.^a DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada**. Projeto - **Aprovado**.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 176/93, de autoria do Deputado GERALDO CARTÁRIO, autoriza o Poder Executivo a doar um imóvel ao Município de Matinhos, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.O.P.T.C.. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2.^a DISCUSSÃO. Emenda n° 01 - **Aprovada**. Emenda n° 02 - **Aprovada**. Emenda n° 03 - **Aprovada**. O Projeto irá à Redação Final.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 185/93, de autoria do Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO, denomina a Cadeia Pública de Ponta Grossa de Cadeia Pública Hildebrando de Souza, localizada no Núcleo Residencial Santa Maria, naquele município. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.S.P.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2.^a DISCUSSÃO. Emenda de Plenário - **Aprovada**. Projeto - **Aprovado**.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 191/93, de autoria do Deputado ALGACI TULLIO, declara de Utilidade Pública o Expressinho Clube de Futebol, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado**, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 213/93, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, declara de Utilidade Pública a Associação Coro Itálico do Paraná, com sede e foro na Cidade de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado**, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 242/93, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Lupionópolis. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado**, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 251/93, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, autoriza o Poder Executivo a ceder para uso dos órgãos e instituições do Sistema Único de Saúde os bens imóveis, móveis e semoventes pertencentes ao Estado do Paraná e ao Instituto de Saúde do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., C.S.P. e C.O.P.T.C.. **Aprovado**, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 278/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 030/93, aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de Cr\$ 1.364.120.000,00 (hum bilhão, trezentos e sessenta e quatro milhões, cento e vinte mil cruzeiros). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado**, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 280/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 032/93, aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de Cr\$ 761.124.000,00 (setecentos e sessenta e um milhões, cento e vinte e quatro mil cruzeiros). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado**, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 281/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 033/93, aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de Cr\$ 36.848.363.000,00 (trinta e seis bilhões, oitocentos e quarenta e oito milhões, trezentos e sessenta e três mil cruzeiros). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado**, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 287/93, de autoria do Poder Executivo -

Mensagem n° 034/93, fica o Poder Executivo autorizado, nos termos da Lei n° 10.331, de 09 de junho de 1993, promover ajustes nas tabelas de vencimentos dos servidores da Administração Direta e Autárquica, do reajuste geral ao Funcionalismo Estadual no mês de julho de 1993. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F... COM SUBSTITUTIVO DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em n° de 04 (quatro), de autoria de diversos Senhores Deputados, devidamente apoiados, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO, DE N° 01,
AO PROJETO DE LEI N° 287/93.

Substitua-se a redação do artigo 2°, pela que segue, no Projeto de Lei n° 287/93 ou no Substitutivo Geral:

"Art. 2° - Fica, também, o Poder Executivo autorizado a conceder, no mês de julho de 1993, reajuste geral ao funcionalismo estadual, em percentual não inferior à variação do Índice Nacional de preços ao Consumidor - INPC, dos dois meses anteriores".

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(a) ALCEU SWAROWSKI

Apoio: Luiz Carlos Zuk, João Iensen e Júlio Bifon.

JUSTIFICATIVA:

Os preços da energia elétrica, tarifa telefônica, mensalidade escolar, água e impostos, entre outros encargos dos servidores têm, invariavelmente, correções mensais procedidas através de diversos índices, sendo o mais comum deles, a UFIR.

A irredutibilidade de vencimentos prevista na Carta Magna, bem como na Constituição do Estado do Paraná, deve ser interpretada, não só no sentido de que os dispositivos constitucionais têm por objetivo principal conservar o poder aquisitivo do servidor público.

A presente emenda não tira e nem modifica a essência do anteprojeto encaminhado a esta Casa pelo Chefe do Poder Executivo, tendo como finalidade única aprimorar o seu texto.

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
DE PLENÁRIO, DE N° 02.

O Projeto de Lei n° 287/93 passará a ter a seguinte redação:

"Art. 1° - O Poder Executivo, nos termos da Lei n° 10.331, de 09 de junho de 1993, promoverá ajustes nas tabelas de vencimentos dos servidores da Administração Direta e Autárquica, cuja implantação será efetuada em até 03 (três) parcelas iguais, de acordo com a disponibilidade financeira do Tesouro do Estado.

Parágrafo Único - Os reajustes gerais

Curitiba, quarta, em 30.06.93

de vencimentos que vierem a ser concedidos ao funcionalismo estadual alcançam, no mesmo percentual e data de vigência, os valores resultantes de ajuste a que alude o "caput" deste artigo.

Art. 2° - O Poder Executivo concederá, no mês de julho de 1993, reajuste geral ao funcionalismo estadual, no limite do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado nos dois meses anteriores.

Art. 3° - O Poder Executivo incorporará o abono provisório de que trata a Lei n° 9.701, de 11 de setembro de 1991, aos vencimentos do magistério público estadual de 1° e 2° graus.

Art. 4° - O Poder Executivo elaborará as tabelas de vencimentos relativas à presente lei, para apreciação do Poder Legislativo.

Art. 5° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros nela estabelecidos, revogadas as disposições em contrário".

Sala das Sessões, em 30.06.93.

(aa) PAULO MAIA

EMILIA BELINATI

Apoio: Luiz Carlos Zuk, Algaci Túlio e Lourenço Fregonese.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO N° 03

Art. 1° - ...

Art. 2° - Os reajustes gerais do funcionalismo estadual, no período de julho de 1993 à janeiro de 1995, dar-se-ão bimestralmente, nos índices do INPC acumulado nos dois meses imediatamente anteriores.

Art. 3° - Sempre que o índice da inflação ultrapassar a 20%, será concedido no mês em curso, antecipação salarial no mesmo índice, o qual será descontado no reajuste bimestral seguinte.

Parágrafo Único - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, no mês de julho de 1993, reajuste geral ao funcionalismo estadual, no limite do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), apurado nos dois meses anteriores.

Art. 4° - O abono de que trata as Leis n° 9.701 e 11.09.1991 e a de n° 10296 de 27 de maio de 1993, em seu art. 2°, serão incorporados aos vencimentos do magistério público estadual de 1° e 2° graus e demais servidores estaduais.

Art. 5° - O Poder Executivo enviará, em 30 dias, Projeto de Lei ao Poder Legislativo fixando as tabelas de vencimentos relativas à presente Lei.

Art. 6° - Os reajustes de que tratam os arts. 2° e 3° desta Lei ficam condicionados ao limite constitucional de que falam os arts. 38 e 17 da Constituição Federal e Estadual, respectivamente, sendo que os percentuais remanescentes serão pagos no mês imediatamente posterior e, acumula-

dos com os índices devidos por força dos mesmos dispositivos legais.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros nela estabelecidos, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.06.93

(aa) ERNANI PUDELL

DOCTOR ROSINHA

OVIDIO CONSTANTINO

Apoiamto: Algaci Túlio, Ademar Traiano, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO N° 04

Acrescente-se à redação do artigo 3º, as expressões que seguem abaixo:

"Art. 3º - ... antes de promover os ajustes de que trata o artigo 1º desta Lei."

Sala das Sessões, em 30.06.93

(a) ALCEU SWAROWSKI

Apoiamto: Luiz Carlos Zuk, João Iensen, Júlio Bifon, Mário Bezerra.

JUSTIFICATIVA:

A redação dada ao artigo 3º, na forma original, dá ênfase a dupla interpretação, confundindo-se com o texto do artigo 1º deste Plano de Lei.

Desde que o Chefe do Poder Executivo demonstrou que a intenção da administração é a incorporação do abono concedido pela Lei nº 9.701/91, a redação da presente emenda é mais clara e objetiva, assegurando que se proceda, primeiramente a incorporação do abono e, posteriormente os ajustes nas tabelas de vencimentos.

O projeto retorna à C.C.J. para Parecer e será incluído na Ordem do Dia da próxima Sessão.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 288/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 035/93, altera os artigos 9º, 10 e 13, da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, alterada pela Lei Complementar nº 19, de 29 de dezembro de 1983 e dá outras providências. Com PARECERES da C.C.J. e C.F. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 289/93, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, autoriza o Poder Judiciário a conceder, mediante decreto judiciário, no mês de julho de 1993, reajuste de vencimentos dos seus servidores, até o limite do Índice Nacional de Preços ao Consumidor. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.:

Sobre o referido projeto, Emendas Substitutivas de Plenário, em nº de 03 (três) de autoria de diversos Srs. Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes

termos:

PROJETO DE LEI N° 289/93

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO N°01

O Projeto de Lei nº 289/93 passará a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - O Poder Judiciário promoverá ajustes nas tabelas de vencimentos de seus servidores nos parâmetros a serem adotados pelo Poder Executivo, cuja implantação será efetuada em até 03 (três) parcelas iguais.

Parágrafo Único - Os reajustes gerais de vencimentos que vierem a ser concedidos ao funcionalismo estadual alcançam, no mesmo percentual e data de vigência, os valores resultantes do ajuste a que alude o "caput" deste artigo.

Art. 2º - O Poder Judiciário concederá, no mês de julho de 1993, reajustes de vencimentos aos seus servidores, no limite do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado nos dois meses anteriores.

Art. 3º - O Poder Judiciário elaborará as tabelas de vencimentos relativas à presente lei, para apreciação do Poder Legislativo.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão a conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros nela estabelecidos, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.06.93

(aa) PAULO MAIA

EMILIA BELINATI

Apoiamto: Algaci Túlio, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO, N° 02

Substitua-se, no Substitutivo Geral, a redação do artigo 1º, pela que segue:

"Art. 1º - Fica, o Poder Judiciário autorizado a conceder, no mês de julho de 1993, reajuste de vencimentos aos seus servidores, em percentual não inferior à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, dos dois meses anteriores."

Sala das Sessões, em 30.06.93

(a) ALCEU SWAROWSKI

Apoiamto: Luiz Carlos Zuk, João Iensen, Júlio Bifon, Mário Bezerra.

JUSTIFICATIVA:

Os preços da energia elétrica, tarifa telefônica, mensalidade escolar, água e impostos, entre outros encargos dos servidores têm invariavelmente, correções mensais procedidas através de diversos índices, sendo o mais comum deles, a UFIR.

A irredutibilidade de vencimentos pre-

vista na Carta Magna, bem como na Constituição do Estado do Paraná, deve ser interpretada, não só no sentido de que o valor do mês seguinte não pode ser reduzido, como, também, que os dispositivos constitucionais têm por objetivo principal conservar o poder aquisitivo do servidor público.

A presente emenda não tira e nem modifica a essência do anteprojeto encaminhado a esta Casa pelo Chefe do Poder Judiciário, tendo como finalidade única aprimorar o seu texto.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO N° 03

Substitua-se, a redação do artigo 2°, pela que segue:

"Art. 2° - Fica, também, o Poder Judiciário autorizado a conceder, no mês de julho de 1993, reajuste de vencimentos aos seus servidores, em percentual não inferior à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, dos dois meses anteriores."

Sala das Sessões, em 30.06.93

(a) ALCEU SWAROWSKI

Apoiamto: Luiz Carlos Zuk, João Iensen, Júlio Bifon, Mário Bezerra.

JUSTIFICATIVA:

Os preços da energia elétrica, tarifa telefônica, mensalidade escolar, água e impostos, entre outros encargos dos servidores têm invariavelmente, correções mensais procedidas através de diversos índices, sendo o mais comum deles, a UFIR.

A irredutibilidade de vencimentos prevista na Carta Magna, bem como na Constituição do Estado do Paraná, deve ser interpretada, não só no sentido de que o valor do mês seguinte não pode ser reduzido, como, também, que os dispositivos constitucionais têm por objetivo principal conservar o poder aquisitivo do servidor público.

A presente emenda não tira e nem modifica a essência do anteprojeto encaminhado a esta Casa pelo Chefe do Poder Judiciário, tendo como finalidade única aprimorar o seu texto.

O Projeto retorna à CCJ para Parecer às emendas e retornará na próxima Sessão.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 290/93, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça - Ofício n° 470/93, autoriza o Procurador Geral de Justiça a promover ajustes nas tabelas de vencimentos dos servidores do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, nos mesmos parâmetros a serem adotados pelo Poder Executivo, cuja implantação será efetuada em até 3 (três) parcelas iguais. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. SUBSTITU-

TIVO GERAL DA C.C.J.

Sobre o referido projeto, Emendas Substitutivas de Plenário, de autoria de diversos Srs. Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI N° 290/93

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO N° 01

O Projeto de Lei n° 290/93 passará a ter a seguinte redação:

"Art. 1° - A Procuradoria Geral da Justiça promoverá ajustes nas tabelas de vencimentos dos servidores do Quadro de Pessoal deste Órgão, nos mesmos parâmetros a serem adotados pelo Poder Executivo, cuja implantação será efetuada em até 03 (três) parcelas iguais.

Parágrafo Único - Os reajustes gerais de vencimentos que vierem a ser concedidos ao funcionalismo estadual alcançam, no mesmo percentual e data de vigência, os valores resultantes do ajuste a que alude o "caput" deste artigo.

Art. 2° - A Procuradoria Geral da Justiça concederá, no mês de julho de 1993, reajustes de vencimentos aos seus servidores, no limite do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado nos dois meses anteriores.

Art. 3° - A Procuradoria Geral da Justiça elaborará as tabelas de vencimentos relativas à presente lei, para apreciação do Poder Legislativo.

Art. 4° - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão a conta das dotações orçamentárias do Ministério Público.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros nela estabelecidos, revogadas as disposições em contrário."

Sala das Sessões, em 30.06.93

(aa) PAULO MAIA

EMILIA BELINATI

Apoiamto: Algaci Túlio, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO N° 02

Substitua-se a redação do artigo 2°, pela que segue:

"Art. 2° - Fica, também, o Procurador Geral de Justiça autorizado a conceder, no mês de julho de 1993, reajuste geral aos servidores dos Quadros de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, em percentual não inferior à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, dos dois meses anteriores."

Sala das Sessões, em 30.06.93

(a) ALCEU SWAROWSKI

Apoiamto: Luiz Carlos Zuk, Júlio Bifon, João Iensen, Mário Bezerra.

JUSTIFICATIVA:

Os preços da energia elétrica, tarifa telefônica, mensalidade escolar, água e impostos, entre outros encargos dos servidores têm invariavelmente, correções mensais procedidas através de diversos índices, sendo o mais comum deles, a UFIR.

A irredutibilidade de vencimentos prevista na Carta Magna, bem como na Constituição do Estado do Paraná, deve ser interpretada, não só no sentido de que o valor do mês seguinte não pode ser reduzido, como, também, que os dispositivos constitucionais têm por objetivo principal conservar o poder aquisitivo do servidor público.

A presente emenda não tira e nem modifica a essência do anteprojeto encaminhado a esta Casa pelo Chefe do Poder Judiciário, tendo como finalidade única aprimorar o seu texto.

O Projeto retorna à CCJ para parecer, retornando na próxima Sessão.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 291/93, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - Ofício n° 1242/93, autoriza o Tribunal de Contas, nos termos da Lei n° 10.331, de 09 de junho de 1993, promover ajustes nas tabelas de vencimentos de seus servidores, cuja implantação será efetuada em até 03 (três) parcelas iguais, de acordo com a disponibilidade financeira do Tesouro Geral do Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.

Sobre o referido projeto, Emendas Substitutivas de Plenário, de autoria de diversos Srs. Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos.

PROJETO DE LEI N° 291/93

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO N°01

O Projeto de Lei n° 291/93 passará a ter a seguinte redação:

"Art. 1° - O Tribunal de Contas promoverá ajustes nas tabelas de vencimentos de seus servidores, cuja implantação será efetuada em até 03 (três) parcelas iguais, de acordo com a disponibilidade financeira do Tesouro Geral do Estado.

Parágrafo Único - Os reajustes gerais de vencimentos que vierem a ser concedidos ao funcionalismo estadual alcançam, no mesmo percentual e data de vigência, os valores resultantes do ajuste a que alude o "caput" deste artigo.

Art. 2° - O Tribunal de Contas concederá, no mês de julho de 1993, reajuste geral aos seus servidores, ativos e inativos, no limite do Índice Nacional de Preços ao Consumidor INPC, apurado nos dois

meses anteriores.

Art. 3° - O Tribunal de Contas elaborará as tabelas de vencimentos relativas à presente lei, para apreciação do Poder Legislativo.

Art. 4° - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão a conta das dotações orçamentárias do Tribunal de Contas.

Art. 5° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros nela estabelecidos, revogadas as disposições em contrário."

Sala das Sessões, em 30.06.93

(aa) PAULO MAIA

EMILIA BELINATI

Apoio: Algaci Túlio, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO N° 02

Substitua-se a redação do artigo 2°, pela que segue:

"Art. 2° - Fica, também, o Tribunal de Contas autorizado a conceder, no mês de julho de 1993, reajuste geral aos seus servidores, em percentual não inferior à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, dos dois meses anteriores."

Sala das Sessões, em 30.06.93

(a) ALCEU SWAROWSKI

Apoio: Luiz Carlos Zuk, João Iensen, Júlio Bifon, Mário Bezerra.

JUSTIFICATIVA:

Os preços da energia elétrica, tarifa telefônica, mensalidade escolar, água e impostos, entre outros encargos dos servidores têm invariavelmente, correções mensais procedidas através de diversos índices, sendo o mais comum deles, a UFIR.

A irredutibilidade de vencimentos prevista na Carta Magna, bem como na Constituição do Estado do Paraná, deve ser interpretada, não só no sentido de que o valor do mês seguinte não pode ser reduzido, como, também, que os dispositivos constitucionais têm por objetivo principal conservar o poder aquisitivo do servidor público.

A presente emenda não tira e nem modifica a essência do anteprojeto encaminhado a esta Casa pelo Chefe do Poder Judiciário, tendo como finalidade única aprimorar o seu texto.

O Projeto retorna à CCJ para parecer e retornará à Ordem do Dia da próxima Sessão.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 130/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 009/93, ficam estabelecidas, nos termos desta lei, as diretrizes orça

mentárias do Estado para o exercício financeiro de 1994. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.. (Publ. no D.A. n° 33, de 15.04.93 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 130/93

P A R E C E R:

Trata-se de Mensagem Governamental que visa dar cumprimento ao estabelecido no art. 133 da Carta Estadual.

Para dar guarida ao § 3° do referido artigo 133, o Poder Executivo articulou no art. 1° deste anteprojeto 5 (cinco), incisos, entendidos naqueles dos n°s I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX do § 3°, do art. 133 da Constituição Estadual e que constituem os Capítulos I, II, III e IV desta Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Ressalta no art. 30 desta proposta as regras para apresentação de emendas ao Orçamento Anual.

Obedecidos os prazos regimentais, o Projeto reveste-se de legalidade e constitucionalidade, estando apto para ser analisado em Plenário.

Por último, data vênica, não posso escusar-me a fazer um reparo.

Não propriamente na parte formal e material do projeto, mas nas razões expendidas no seu encaminhamento, no tocante ao percentual de 6% destinados ao Poder Judiciário.

É que esse montante resulta do contido no art. 98, § 1°, da Constituição Estadual e não na opinião do Poder Executivo.

A expressão "que se tem mostrado adequado as necessidades de recursos daquele Poder", demonstra uma retração subconsciente, uma quase declarada, em todo caso indisfarçada idiosincrasia pelo Poder Judiciário à quem essa citação mais ofende.

É o parecer, s.m.j..

Sala das Comissões, em 26.04.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
COLOMBINO GRASSANO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Tendo em vista entendimentos mantidos com o Relator da Comissão de Orçamento e com as demais lideranças, o projeto não será votado no dia de hoje, retornando à Ordem do Dia de amanhã, com o devido e necessário Parecer publicado à Ordem do Dia. Então, transfere-se a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o dia de amanhã.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 183/93, de autoria do Deputado Ernani Pudell, que institui o Fundo Estadual de Moradia Popular, fixa diretrizes da Política Habitacional do Estado e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da

Curitiba, quarta, em 30.06.93

C.C.J. e C.O.P.T.C.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 47, de 12.05.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 183/93

P A R E C E R:

Trata-se de Projeto de Lei que visa dar cumprimento ao estabelecido na Constituição Federal (art. 23, inciso IX), do qual o art. 12, inciso IX, da Constituição Estadual é cópia.

Institui o "Fundo Estadual de Moradia Popular" e fixa diretrizes da política habitacional do Estado.

A competência para dispor sobre a matéria, segundo o art. 53, inciso XVI, da Constituição Estadual, é comum.

Nada existe que impeça sua tramitação, no que concerne ao seu aspecto constitucional.

Somos de parecer favorável à sua apreciação pelo Plenário.

Sala das Comissões, em 31.05.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
COLOMBINO GRASSANO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 183/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Ernani Pudell, tem por finalidade instituir o Fundo Estadual de Moradia Popular, fixar diretrizes da Política Habitacional do Estado e dá outras providências.

O plano de lei em estudo, em sua parte legal e constitucional, já foi devidamente analisado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que através de seu relator ofereceu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações não há nada que obste a tramitação do projeto de lei em tela neste Poder.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.06.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 298/93, de autoria do Deputado João Preis, que declara de Utilidade Pública o Conselho Regional da Hidrovia Paraná/Ivaí, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 84, de 24.06.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 298/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado João Preis, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública o Conselho Regional da Hidrovia Paraná/Ivaí,

com sede e foro nesta Capital.

Constitucionalmente a iniciativa é pertinente e a forma está adequada ao Regimento Interno.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 304/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 038/93, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.618.378.000,00 (um bilhão, seiscentos e dezoito milhões, trezentos e setenta e oito mil cruzeiros), ao vigente orçamento do Colégio Estadual do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 86, de 28.06.93 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 304/93

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, oriundo do Poder Executivo, visa aprovar a abertura de crédito suplementar ao vigente orçamento do Colégio Estadual do Paraná, no valor de Cr\$ 1.618.378.000,00 (um bilhão, seiscentos e dezoito milhões, trezentos e setenta e oito mil cruzeiros).

Como o recurso usado foi oriundo do excesso de arrecadação do Colégio Estadual do Paraná, conforme Anexo II desta lei e aplicação para o mesmo colégio, para gerenciamento da estrutura administrativa e programática, nada encontramos que impeça sua ida ao Plenário desta Casa de Leis.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 29.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

OSWALDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 304/93

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem n° 038/93, objetiva aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.618.378.000,00 (um bilhão, seiscentos e dezoito milhões, trezentos e setenta e oito mil cruzeiros), ao vigente orçamento do Colégio Estadual do Paraná.

O Plano de Lei em estudo, em sua parte legal e constitucional, já foi devidamente examinado pela Comissão de Constituição e Justiça que exarou parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Finanças, não há nada que obste a tramitação do Projeto de Lei em tela neste Poder, razão pe-

la qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.06.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 305/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 037/93, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 160.722.000,00 (cento e sessenta milhões, setecentos e vinte e dois mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. **Aprovado** (Publ. no D.A. n° 86 de 28.06.93 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 305/93

P A R E C E R:

Este Projeto de Lei, encaminhado pelo Poder Executivo, Mensagem Governamental n° 37/93, objetiva aprovar abertura de crédito suplementar ao vigente orçamento próprio da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, no valor de Cr\$ 160.722.000,00 (Cento e sessenta milhões, setecentos e vinte e dois mil cruzeiros).

Para tal crédito foi usado como recurso importância proveniente de superávit financeiro, apurado no Balanço Patrimonial da Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão, no exercício de 1992 e aplicado na própria Faculdade para administração e manutenção do Colégio Agrícola de Campo Mourão e Administração e Manutenção de Ensino Superior em Campo Mourão.

Somos de parecer favorável, uma vez que nada foi encontrado que impeça sua tramitação normal nesta Casa.

Sala das Comissões, em 29.06.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

OSWALDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 305/93

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental n° 037/93, o presente Plano de Lei objetiva aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 160.722.000,0 (cento e sessenta milhões, setecentos e vinte e dois mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, conforme especifica.

A presente matéria passou pelo grifo da Comissão de Constituição e Justiça, no tocante ao aspecto legal, constitucional recebendo desta parecer favorável.

Assim sendo, a que cabe a esta Comissão opinar, conforme lhe preceitua o § 3°, do art. 33, Regimento Interno, posiciona-

-se pelo parecer favorável, igualmente, opinando pela aprovação do presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.06.93

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 306/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 036/93, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.775.579.000,00 (Um bilhão, setecentos e setenta e cinco milhões, quinhentos e setenta e nove mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 86 de 28.06.93 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 306/93

P A R E C E R:

Oriundo de Mensagem Governamental n° 36/93, este Projeto de Lei tem por objetivo aprovar abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.775.579.000,00 (Um bilhão, setecentos e setenta e cinco milhões, quinhentos e setenta e nove mil cruzeiros) ao vigente orçamento próprio da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Sendo o recurso proveniente de superávit financeiro, apurado no Balanço Patrimonial da Universidade Estadual de Ponta Grossa do exercício de 1992, e aplicação na própria Universidade para Administração e Manutenção do Ensino Superior, nada encontramos de inconstitucional.

Somos de parecer favorável ao encaminhamento desta Mensagem ao Plenário.

Sala das Comissões, em 29.06.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
JOÃO IENSEN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 306/93

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental n° 036/93, tem por finalidade aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.775.579.000,00 (Um bilhão, setecentos e setenta e cinco milhões, quinhentos e setenta e nove mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

A medida proposta recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que impeça a normal tramitação do Projeto de Lei em tela neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.06.93

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
ÉLIO RUSCH - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 307/93, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - Of. n° 1241/93, que autoriza o Tribunal de Contas a reajustar, no mês de julho de 1993, o vencimento básico mensal do cargo de Conselheiro do Tribunal, até o limite do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado nos dois meses anteriores. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 86 de 28.06.93 - Ofício)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 307/93

P A R E C E R:

Este projeto de lei, oriundo do Tribunal de Contas do Paraná, autoriza o mesmo a reajustar, no mês de julho deste ano, o vencimento básico mensal do cargo de Conselheiro do Tribunal, até o limite do INPC, apurado nos dois meses anteriores.

Esta Comissão, após análise com relação à constitucionalidade e legalidade deste Projeto de Lei, se manifesta favoravelmente à sua normal tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.06.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
JOÃO IENSEN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 307/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Contas, tem por finalidade autorizar o Tribunal de Contas a reajustar, no mês de julho de 1993, o vencimento básico do Cargo de Conselheiro.

A matéria recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que possa obstar a sua tramitação, razão pela qual opinamos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.06.93

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
ÉLIO RUSCH - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 308/93, de autoria do Tribunal de Contas - Of. n° 1240/93, que reajusta o vencimento básico mensal dos cargos de Procurador Geral, Auditores e Procuradores do Estado junto ao Tribunal, até o limite do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado nos dois meses anteriores. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 86, de 28.06.93 - Ofício)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 308/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei tem por objetivo reajustar o vencimento básico mensal dos cargos de Procurador Geral, Auditor e Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas, até o limite do INPC, apurado nos dois meses anteriores.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada foi encontrado que obste a sua normal tramitação.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 29.06.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 308/93

P A R E C E R:

A presente proposição de autoria do Tribunal de Contas, tem por finalidade reajustar o vencimento básico mensal do Procurador Geral, Auditores e Procuradores do Estado junto ao Tribunal, no mês de julho de 1993.

O projeto recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça e no âmbito desta Comissão de Finanças nada há que possa obstar a sua tramitação, razão pela qual opinamos pela sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.06.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 175/93, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que decreta doação de terreno de propriedade do governo à Prefeitura Municipal de Alvorada do Sul - Pr. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 45, de 10.05.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 175/93

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Parlamentar Deputado Orlando Pessuti, o Projeto de Lei n° 175/93, ora sendo examinado por este relator, autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Alvorada do Sul, a área de terra de propriedade do Governo do Estado, sob n° 2 da quadra n° 17, medindo 15.00 metros de frente, por 40.00 metros ditos de frente aos fundos, contando o mesmo com uma casa de alvenaria, situado em Alvorada do Sul, Estado do Paraná, havido por doação em pagamento, lavrado no livro 437-N, às fls. 248, em data de 25 de julho de 1969, do 7° Ofício de Notas de Curitiba, com transcrição n° 3962 do livro 3-D do Cartório de Registro de Imóveis de Bela Vista do Paraíso, Estado do Paraná.

A doação pretendida destina-se à ampliação das salas de aula do Jardim de Infância Chapeuzinho Vermelho, entidade mantida pela Prefeitura Municipal do já citado Município, a fim de que a grande quantidade de alunos ali existentes possam ser atendidos.

Tais fatos, e mais o resultado da análise proferida, constatou-se revestir-se a iniciativa do autor de cunho meramente autorizatório, razões pelas quais emito o parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.05.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

OSWALDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES

E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N° 175/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Orlando Pessuti, o presente plano de lei autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Alvorada do Sul, a área de terra de propriedade do Governo do Estado sob n° 02 da quadra n° 17, medindo 15.00 metros de frente por 40.00 metros ditos de frente aos fundos, contando o mesmo com uma casa de alvenaria, situado em Alvorada do Sul, Estado do Paraná, havido por doação em pagamento, lavrado no livro 437-N, às fls. 248, em data de 25 de julho de 1969, do 7° Ofício de Notas de Curitiba, com transcrição n° 3962 do livro 3-D do Cartório de Registro de Imóveis de Bela Vista do Paraíso, Estado do Paraná.

Analisada a proposta pela douta Comissão de Constituição e Justiça, recebeu desta parecer favorável. Esta Comissão não encontrou nenhum impedimento à tramitação normal deste projeto pelos órgãos da Casa.

Isto posto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela aprovação deste plano de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.06.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 187/93, de autoria do Deputado Renato Adur, que declara de Utilidade Pública a "Creche Maria Aparecida de Lima", com sede e foro no Município de Campina da Lagoa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 50, de 18.05.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 187/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 187/93, de autoria do nobre Deputado Renato Adur, que visa declarar de Utilidade Pública a Creche Ma-

ria Aparecida de Lima, com sede e foro no Município de Campina da Lagoa, fundada aos 05 dias do mês de outubro do ano de 1983.

Procedida a análise legal, constitucional e regimental da matéria, constatamos que a iniciativa é de grande alcance social, pois a entidade em apreço está adequada às normas estabelecidas pela Lei Estadual n° 6994/78, de 10 de janeiro do ano de 1978.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável, para a sua respectiva tramitação e aprovação pelo douto Plenário deste Poder Legislativo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 205/93, de autoria do Deputado Paulo Maia, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Moradores e Amigos do Conjunto Residencial Buriti", com sede e foro em Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 59, de 26.05.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 205/93

P A R E C E R:

I. O nobre Parlamentar propõe projeto de lei que visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Conjunto Residencial Buriti, com sede e foro em Curitiba.

II. Analisada a matéria em seu aspecto legal, a encontramos em conformidade com a Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre as normas para a declaração de Utilidade Pública.

III. Assim sendo, somos de parecer favorável, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 15.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

EMILIA BELINATI - Relatora

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 210/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Moradores e Amigos da Vila Cândida", da Cidade de Campo Mourão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 59, de 26.05.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 210/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 210/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos da Vila Cândida, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

Nos estritos termos da competência

desta Comissão de Constituição e Justiça, não existem óbices à normal tramitação da matéria nesta Assembléia Legislativa e sua apreciação pelo Plenário.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Sala das Comissões, em 15.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 211/93, de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk, que declara de Utilidade Pública a "Fundação Avelino Piacentini". Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 59, de 26.05.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 211/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Luiz Carlos Zuk, declarando de Utilidade Pública a Fundação Avelino Piacentini, com sede e foro na Cidade de Campo Mourão, está legalmente constituído e, no aspecto de competência desta Comissão de Constituição e Justiça, não existem óbices constitucionais, legais e regimentais à normal tramitação da matéria e sua apreciação pela colenda Casa, sendo favorável a sua apreciação.

Sala das Comissões, em 15.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

OSWALDO TREVISAN - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 216/93, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que autoriza o Poder Executivo a ceder ao Município de Itambé, imóvel de propriedade do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 69, de 01.06.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 216/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, o Projeto de Lei n° 216/93, ora em trâmite para parecer por esta Comissão, autoriza o Poder Executivo a ceder ao Município de Itambé, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado à Rua Santo Indalécio, n° 1044, naquele município, constituído pelas datas de terras sob n°s 1 e 2 (um e dois), da Quadra n° 4-A, com área total de 1.350.00 m2 (hum mil, trezentos e cinquenta metros quadrados), conforme o que consta na matrícula n° 5.486 às Fls. 272, do livro 3-H, do Registro de Imóveis da Comarca de Marialva.

O retro citado imóvel, será utilizado exclusivamente para o funcionamento de órgãos daquela municipalidade, vigorando a cessão até 31 de dezembro de 1994, prorrogável por 4 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes, não podendo o mesmo

ser utilizado para outros fins, nem transferido a terceiros, sob pena de automático cancelamento da cessão.

Nada tendo sido encontrado de irregular no presente plano de lei, e por revestir-se o mesmo de cunho meramente autorizatório, este relator emite o seu parecer favorável, a cessão pretendida.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOSÉ ARTHUR RITTI - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 223/93, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que denomina "Nestor Ananias da Cruz", o trecho da Rodovia Jaguapitã - Guaraci. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 69, de 01.06.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 223/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, sob o n° 223/92, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, objetiva denominar o trecho da Rodovia PR-340, que liga os municípios de Jaguapitã a Guaraci, de Nestor Ananias da Cruz.

A intenção, como consta na justificativa do nobre Parlamentar, é a homenagear, com muita justiça, o Prefeito de Jaguapitã que faleceu em pleno exercício do mandato.

Analisando o projeto, notamos não constar nenhum óbice de caráter legal, regimental ou constitucional para a sua normal tramitação dentro dessa Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se por sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N° 223/93

P A R E C E R:

Analisando o projeto, notamos quanto a análise constitucional regimental e legal do referido projeto em epígrafe, temos a informar que nada opomos para a sua normal tramitação dentro dessa augusta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.06.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente

Heinz Herwig - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 221/93, de autoria do Deputado Severino Félix Pessoa, que declara de Utilidade

Pública as "Obras Sociais Nossa Senhora Aparecida", com sede e foro no Município de Primeiro de Maio. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 69, de 01.06.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 221/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 221/93, de autoria do nobre Deputado Severino Félix Pessoa, ora sendo examinado por este relator, visa declarar de Utilidade Pública as "Obras Sociais Nossa Senhora Aparecida", com sede e foro no Município de Primeiro de Maio, Estado do Paraná.

Como resultado da análise, constatou-se estar o presente plano de lei em perfeita consonância com a Lei n° 6.994, de 10 de janeiro de 1978, dispositivo este que dita as normas para que uma entidade possa ser declarada de Utilidade Pública.

Por tal fato, emito parecer favorável, à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.06.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 237/93, de autoria do Deputado Edson Silva Lino, que declara de Utilidade Pública a Fundação Torre Forte de Apoio ao Desenvolvimento Assistencial, Educacional e Cultural - FADAEC. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 70, de 02.06.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 237/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Edson Silva Lino, o Projeto de Lei n° 237/93, visa declarar de Utilidade Pública, a Fundação Torre Forte de Apoio ao Desenvolvimento Assistencial, Educacional e Cultural - FADAEC, com sede e foro na cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná.

Como resultado do exame proferido por este relator, verificou-se estar o presente plano de lei, em perfeita consonância com a Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, dispositivo este que dita as normas para que uma entidade possa ser declarada de Utilidade Pública.

Por tal fato, emito parecer FAVORÁVEL a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.06.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 238/93, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a

"Comunidade Cristã de Recuperação de Vida - CANAA", com sede nesta Capital". Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 70, de 02.06.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 238/93

PARECER:

O plano de lei em exame, de autoria de nobre Senhor Deputado Nelson Justus, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública no âmbito do Estado do Paraná, a "Comunidade Cristã de Recuperação de Vida - CANAA", com sede e foro em Curitiba.

Procedida à análise constitucional legal e regimental, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa da proposição em apreço estando a mesma de conformidade com as determinações da Lei Estadual n° 6.994, de 10 de janeiro de 1.978, que normatiza a matéria de Declaração de Utilidade Pública no Paraná.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei em epígrafe.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.06.93,
(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ROSSONI - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 240/93, de autoria do Deputada Emilia Belinati, que declara de Utilidade Pública a "Creche Quadrangular", com sede e foro na Cidade de Londrina, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. Publ.D.A.n° 73, de 07.06.93.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 240/93

PARECER:

O Projeto de Lei n° 240/93, de autoria da nobre Deputada Emilia Belinati, busca declarar de Utilidade Pública a Creche Quadrangular, com sede e foro na cidade de Londrina.

Nos termos estritos da competência desta Comissão de Constituição de Justiça, não existem óbices regimentais, legais ou constitucionais à normal tramitação da matéria e sua aprovação pelo Plenário.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Sala das Comissões, em 24.06.93
(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
PAULO MAIA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 245/93, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a "Associação Comunitária Veneza", com sede e foro em Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., APROVADO. (Publ. D.A.n° 74, 08.06.93).

Curitiba, quarta, em 30.06.93

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 245/93

PARECER:

A Proposição em epígrafe, de autoria do nobre Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, objetiva declarar de Utilidade Pública a Associação Comunitária Veneza - ACOVE - com sede e foro em Curitiba.

Procedida à análise constitucional, legal e regimental do Plano de Lei, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa, atendendo à proposta, a todos os requisitos determinados pela Lei Estadual n° 6.994, de 10 de janeiro de 1.978, estando a matéria em condições de merecer a apreciação do douto Plenário.

Assim sendo, esta Comissão de Constituição e Justiça, dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.06.93
(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente;
ROSSONI - Relator.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 247/93, de autoria do Deputado Oswaldo Trevisan, que declara de Utilidade Pública a "Creche Menino Jesus", com sede e foro na Vila Isabel, em Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A.n° 74, de 08.06.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 247/93

PARECER:

Analisando o presente projeto de lei, no que diz respeito a seus aspectos constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa, não encontramos óbices à sua tramitação regimental, até final deliberação pelo douto e soberano Plenário.

Portanto, recebe desta Comissão parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 15.06.93
(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
TOTI COLAÇO - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 248/93, de autoria do Deputado Oswaldo Trevisan, que declara de Utilidade Pública o Centro de Promoção ao Menor "Nossa Senhora das Graças", com sede e foro no Município de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 74, de 08.06.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 248/93

PARECER:

O nobre Parlamentar propõe projeto de lei que visa declarar de Utilidade Pública o "Centro de Promoção ao Menor Nossa Se-

nhora das Graças", com sede e fora na cidade de Londrina.

Analisada a matéria em seu aspecto legal, a encontramos em conformidade com a Lei n° 6.994 de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre as normas para a declaração de utilidade pública.

Assim sendo, somos de parecer favorável, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 15.06.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

EMILIA BELINATI - Relatora

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 258/93, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Missal - APAE. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. Publ. no D.A. n° 77, de 15.06.93.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 258/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Élio Lino Rusch, o Projeto de Lei n° 258/93, ora em trâmite para análise e parecer por esta Comissão, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Missal - APAE, com sede e foro na cidade de Missal, Estado do Paraná.

O plano de lei ora em pauta, obedece rigorosamente o disposto na Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, legislação esta que dita as normas para que uma entidade possa ser declarada de Utilidade Pública.

Por tal fato, emito parecer FAVORÁVEL, a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, 22.06.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 263/93, de autoria do Deputado CLEITON KIELSE CRISÓSTOMO, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Adrianópolis. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 77, de 15.06.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 263/93

P A R E C E R:

Analisando o presente projeto de lei no que diz respeito aos seus aspectos constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa, não encontramos óbices à sua tramitação regimental, até final deliberação pelo douto e soberano Plenário.

Portanto, recebe desta Comissão de Constituição e Justiça parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 22.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

TOTT COLAÇO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 268/93, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a "A Associação de Pais e Amigos da Creche Esperança", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. (Aprovado. Publ. no D.A. n° 79, de 17.06.93.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 268/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos da Creche Esperança", com sede e foro nesta Capital.

Procedida a análise legal, constitucional e regimental da matéria, constatamos estar de acordo com a Lei n° 6994, de 10.01.1978, que dispõe de normas para declaração de Utilidade Pública Estadual.

Somos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 24.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

OSWALDO TREVISAN - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 273/93, de autoria do Deputado Arlindo Troian, fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Terra Rica, mantenedora da Escola Especial Professora Alcí Frauches Zanelato, com sede e foro à Avenida James Patrick Clark s/n, na cidade de Terra Rica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 79, de 17.06.93.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 273/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Arlindo Troian, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Terra Rica.

Procedida a análise legal, constitucional e regimental da matéria, constatamos estar de acordo com a Lei n° 6994, de 10.01.1978, que dispõe de normas para declaração de Utilidade Pública Estadual.

Somos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 24.06.1993.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

OSWALDO TREVISAN - Relator

Requerimento n° 2454, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimentos n°s 2455 e 2456, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, e 2447, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, com apoio do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a Mesa, requerimentos n°s 2427 a 2436, 2446, 2448 a 2450, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2414, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2401, de autoria do Sr. Deputado Arlindo Troian, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n° 2368, 2371, 2372 a 2397, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2367, de autoria do Sr. Deputado Alceu Swarowski, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2402, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2356, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2357, de autoria do Sr. Deputado Severino Félix, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2369 e 2370, de autoria do Sr. Deputado João Preis, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2423, de autoria do Sr. Deputado Élio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2420 a 2422, de autoria do Sr. Deputado Toti Colago, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2403 a 2412, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2358 a 2366, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2413, de autoria do Sr. Deputado Luiz Henrique Bona Turra, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a Discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 2315, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2351, de autoria do Sr. Deputado Mário Bezerra, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Pela Ordem) - Eu gostaria que o Senhor contasse meu voto como Sim na Proposição n° 26/92, porque o momento da votação eu estava acompanhando o Capitão dos Portos até a portaria desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Registra-se a justificativa de voto de V.Exa. no entanto, não é mais possível anotar o voto de V.Exa. porque o assunto já foi encerrado.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Eu quero, também, agradecer a deferência especial do Deputado Fregonese em ter se preocupado, nós presenciamos e testemunhamos o acompanhamento que ele fez ao Comandante.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - V.Exa. e o Deputado Fregonese terão oportunidade de votar favoravelmente por ocasião da redação final.

Todos sabem que encerrar-se-ia hoje o período de Sessão Legislativa, tendo em vista que não foi possível votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias, considere-se prorrogados automaticamente as Sessões desta Assembléia, sem direito a receber extraordinário.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 01, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 287, 289 a 291/93, 175, 183, 187, 298, 304 a 308/93, 205, 210, 211, 216, 223, 221, 237, 238, 240, 245, 247, 248, 258, 263, 268 e 273/93.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 018/91, 174, 203, 222, 241, 271, 294,

297, 256, 249, 320 e 321 e 130/93, e dos de Resolução n°s 010/93 e 011/92.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 30 DE JUNHO DE 1993.

CARTA DE PINHAIS

Reunidos na Cidade de Pinhais, no Estado do Paraná, no dia 25 de junho de 1993, Presidentes e representantes de Conselhos Comunitários de Segurança de vários Municípios do Estado do Paraná, com a presença de convidados do Paraguaçu, do Curso Superior de Polícia de São Paulo, representantes da sociedade e comunidade em geral, todos preocupados em melhorar a qualidade de vida de suas respectivas comunidades,

Considerando que, o pensamento moderno de segurança pública tem como viga mestra para o sucesso de suas ações a indispensável participação da comunidade e suporte da opinião pública;

Considerando que, a Nação, neste momento, está sendo chamada a participar, através da cidadania, de movimentos que ajudem a colocar o País no lugar de destaque que merece;

Considerando que, as pesquisas a nível nacional apontam a segurança pública como um dos principais problemas a serem resolvidos em quase todas as comunidades brasileiras,

Resolvem recomendar:

1. Seja encaminhado o resultado deste Encontro através dos órgãos competentes, a todos os governos (Federal, Estadual e Municipal), a fim de que ele se reproduza em todo território nacional, visando, através da Polícia/Povo encontrar as soluções mais adequadas para este problema de difícil solução;

2. Que os referidos Conselhos Comunitários de Segurança sejam supra-partidários e integrados por diversos segmentos da sociedade;

3. Que os órgãos de comunicação abram espaço para difusão da formação dos Conselhos Comunitários de Segurança;

4. Que as Cidades de médio e grande porte, sejam os Conselhos constituídos de forma a assegurar, entre outros, a participação dos bairros e núcleos habitacionais, através de representantes eleitos e/ou indicados, havendo em cada cidade apenas um Conselho.

5. Que os Conselhos sejam a expressão da Sociedade civil organizada, através de clubes prestadores de serviços, associações de bairros, sindicatos, empresários e outros;

6. Que os Conselhos Comunitários de Segurança sejam ouvidos no sentido de opinar, na operacionalização e na fiscalização dos órgãos de segurança;

7. Que seja institucionalizada a criação de Convênios Tripartite (Prefeitura/ Conselho/ Governo do Estado) a fim de gerar recursos para atender, de pronto, as emergências que surgirem em suas respectivas comunidades;

8. Que o Conselho seja um elo de aproximação entre os órgãos de segurança e a comunidade, no sentido de estabelecer entre ambos, comunhão e bom relacionamento;

9. Que os Conselhos empenhem-se junto aos órgãos competentes (Assembléia Legislativa e Governo do Estado), no sentido de alterar-se a legislação de FUNRESPOL E FUNRESTRAN, de modo que 50% desses recursos sejam destinados ao Município de origem e aplicados por gerenciamento dos Conselhos Comunitários de Segurança;

10. Que os Conselhos sejam ouvidos, quando da indicação e da substituição dos cargos de comando e chefes de órgãos de segurança localizados no Município;

11. Que os Conselhos procurem os políticos de sua região a fim de que esses apresentem propostas na modificação da Constituição, no sentido de que, uma legislação moderna, ágil e adequada, seja inserida na Carta Magna, visando beneficiar a sociedade através de seus órgãos de segurança;

12. Que os Conselhos Comunitários de Segurança sejam informados dos valores e recursos destinados aos Municípios para aplicação em Segurança;

13. Que os Conselhos Comunitários de Segurança sejam reconhecidos como de Utilidade Pública, a nível Municipal, Estadual e Federal.

Finalmente que, na próxima Assembléia a ser realizada no mês de junho de 1994, seja criado, por eleição um Órgão de representação a nível Estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança do Estado do Paraná.

PINHAIS, em 25 de junho de 1993.

JOSE MOACIR FAVETTI

Secretário da Segurança Pública

JOÃO BATISTA COSTA

Prefeito Municipal de Pinhais

Deputado Algaci Túlio - Presidente Comissão de Segurança da Ass. Leg./Pr.